

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# REPÚBLICA DAS LETRAS PARA OS HISPANO-AMERICANOS: APRENDIZAGEM, REDES DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IGUALDADE NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XVIII

LAURA MARIA DE CARVALHO MATOS

**SALVADOR** 

#### LAURA MARIA DE CARVALHO MATOS

# REPÚBLICA DAS LETRAS PARA OS HISPANO-AMERICANOS: APRENDIZAGEM, REDES DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IGUALDADE NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa

M . I M . I G . II

Matos, Laura Maria de Carvalho

República das Letras para os hispano-americanos: aprendizagem, redes de comunicação, liberdade de expressão e igualdade nas décadas finais do século XVIII / Laura Maria de Carvalho Matos. – 2020.

165 f.: il.

M433

Orientador: Prof.º Dr.º Iraneidson Santos Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. República das Letras – História – América espanhola. 2. Cultura – Aspectos sociais - História – Séc. XVIII. 3. Liberalismo – História – Séc. XVIII. 4. Liberdade de expressão – América espanhola – Séc. XVIII. 5. Comunidade – Desenvolvimento - América espanhola. I. Costa, Iraneidson Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 301.3

#### LAURA MARIA DE CARVALHO MATOS

## REPÚBLICA DAS LETRAS PARA OS HISPANO-AMERICANOS: APRENDIZAGEM, REDES DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IGUALDADE NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XVIII

,	o apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Histó Jniversidade Federal da Bahia.
	Salvador, 20 de julho de 202
	Banca examinadora:
	Professor Doutor Iraneidson Santos Costa – (Orientador) Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia Universidade Federal da Bahia
	Professora Doutora Iacy Maia Mata Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia



## Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL	DE PÓS GRADIJAÇÃO	****		
NOME DO ALUNO	MATRICULA	NÍVEL DO CURSO		
Laura Maria de Carvalho Matos	217121	450 Mestrado		
República das Letras para os Hispano-Americanos: apreno expressão e igualdade nas décadas finais do século XVIII	lizagem, redes de comunica	ção, liberdade de		
EXAMINADORES Iraneidson Santos Costa (UFBA - orientador)	0 ( (	108.725.055-53		
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)	Leup por	254145425-20		
Iacy Maia Mata (UFBA)	Lary Maia Mata	668.667.235-15		
Aos três dias de fevereiro de dois mil e vinte, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Laura Maria de Carvalho Matos, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social. Após a abertura da sessão, o professor Dr. Iraneidson Santos Costa, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.				
PARECER GERAL				
A dissertação atende plenamente às exigências acadêmicas de a pesquisa rigorosa e ampla das fontes e o diálogo maduro co superidas, a banca recomenda a publicação da dissertação	om a bibliografia. Uma vez rea	alizadas as alterações		

contribuição para a história do pensamento americano.

SSA, 03/02/2020: Assinatura da aluna:

SSA, 03/02/2020:: Assinatura do orientador:

ESTRADA DE SÃO LÁZARO, 197 - FEDERAÇÃO CEP 40.210-730 SSA/BAHIA (71) 32836432 POSHISTO@UFBA.BR HTTP://www.ppgh.ufba.br



#### **AGRADECIMENTOS**

Todos os percursos que fazemos, em nossa vida, só são possíveis porque contamos com o apoio de muitas pessoas. Assim ocorreu durante o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Espero não esquecer o nome de nenhuma dessas pessoas neste momento dedicado a fazer os devidos agradecimentos.

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em História por ter possibilitado e apoiado a pesquisa e ao CNPq, por ter fornecido a bolsa de mestrado, sem a qual o trabalho se tornaria mais difícil. Sou grata também a todos os professores do departamento de História pelos ensinamentos e estímulos, principalmente a Iacy Maia Mata, que desde a graduação me aconselhou na elaboração do projeto de pesquisa com sugestões bastante construtivas, e orientou-me durante o tirocínio na pós-graduação. Nesse sentido, meu agradecimento a Iacy e Lina Maria Brandão de Aras por terem aceitado o convite de participar da banca de qualificação e defesa e terem feito um ótimo trabalho com as críticas construtivas e sugestões.

Meu agradecimento muito especial pela orientação de longas datas do professor Iraneidson Santos Costa, que me orienta desde o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, por todo apoio, paciência, incentivo e estímulo, e pelas correções dos meus textos, contribuindo bastante para minha formação e desenvolvimento da escrita.

Meus cumprimentos aos colegas que ingressaram no mesmo ano em que aderi ao programa de pós-graduação, pelas companhias enriquecedoras que contribuíram imensamente na minha formação, no meu interesse pelo tema e no meu crescimento enquanto pesquisadora. Em especial, a Georgia, uma pessoa generosa e prestativa que me ajudou na aquisição de fontes documentais em Cuba.

Cumprimento igualmente a Rodrigo, que nem conheci pessoalmente, porém, por meio de seu trabalho de correções textuais, me deu confiança para concluir minha dissertação.

À minha mãe e tia-avó, mulheres fortes que me criaram e financiaram desde pequena minha educação, sempre preocupadas em gerarem um ambiente seguro, criativo e carinhoso para meu desenvolvimento como mulher e cidadã. Não poderia esquecer o meu avô materno e avó paterna que infelizmente não viram as conclusões da minha graduação e pós-graduação,

mas enquanto estavam vivos me ensinaram valores de generosidade, ética e responsabilidade, cada um à sua maneira.

Falando em família, agradeço também à minha irmã por nossas estendidas e profundas conversas de temas científicos ou mundanos, que, indiretamente, me influenciaram como historiadora; por toda a sua dedicação e leitura. Aos queridos tios que vivem em São Paulo, Getúlio e Mário, que sempre me apoiaram em meus estudos, muito obrigada.

Sou grata aos amigos que se tornaram familiares, em especial a dois amigos, Eli e Érica, que conheci na graduação e me acompanharam durante a minha jornada universitária, em um companheirismo que ultrapassou o convívio acadêmico formal. Atualmente, apesar da distância que a vida impõe, ainda mantenho meus sinceros carinhos a eles.

MATOS, Laura Maria de Carvalho. República das Letras para os Hispano-Americanos: Aprendizagem, Redes de Comunicação, Liberdade de Expressão e Igualdade nas Décadas Finais do Século XVIII. Orientador: Iraneidson Santos Costa. 2020. 165 f. il. Dissertação (Mestrado — Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

#### **RESUMO**

No meio de todos os governos que decidiam o destino dos homens, a maioria deles despóticos, governados por soberanos ou magistrados cuja autoridade se estendia sobre pessoas e propriedades, existia um império que reivindicava influência na mente humana, denominado como República das Letras. Fruto da modernidade, a República das Letras era uma espécie de comunidade (de certa forma) livre, que ao compartilharem valores comuns - cosmopolitas, tolerantes e racionais – garantiriam as trocas colaborativas de conhecimento. Desse modo, como o espaço literário tinha uma dinâmica distinta do reino político, ao ser mais fraterno entre os seus, os conflitos se tornaram evitáveis para buscar-se a máxima do saber. Com os séculos XVII e XVIII, esta concepção adquiriu maturidade e chegou às terras americanas juntamente com uma otimista expectativa em prosperar à "luz da razão". Por conseguinte, esta dissertação estuda quais significados os hispano-americanos deram em associar-se a esse vasto reino da mente, diante das suas realidades particulares, baseando-se por quatro conceitos continuamente referenciados como classificadores da República das Letras, são eles: espaço de aprendizagem; extrapolação dos limites geográficos (redes de comunicação); igualdade entre seus membros; liberdade de expressão. A análise desenvolve-se por intermédio dos periódicos iluministas hispano-americanos, criados nas duas décadas finais do século XVIII, tendo, como objetivo principal, comprovar a iniciante, porém, empenhada, interlocução entre regiões distintas da Hispano-América (e da América com o resto do mundo), em uma aberta tentativa de robustecer o espaço literário americano. Dessa forma, a pesquisa propõe compreender se haveria, nos planos literários americanos, o indicativo de uma consciência nacional em formação.

**Palavras-chave:** República das Letras na América espanhola. Espaço de aprendizagem. Redes de comunicação. Igualdade entre os pares. Liberdade de expressão.

MATOS, Laura Maria de Carvalho. República de las Letras para Hispanoamericanos: Aprendizaje, Redes de Comunicación, Libertad de Expresión e Igualdad en las Décadas Finales del Siglo XVIII. Orientador: Iraneidson Santos Costa. 2020. 165 f. il. Disertación (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

#### RESUMEN

En medio de todos los gobiernos que decidieron el destino de los hombres, gran parte de ellos despóticos, gobernados por soberanos o magistrados cuya autoridad se extendía sobre las personas y las propiedades, había un imperio que reivindicaba influencia en la mente humana, llamado la *República de las Letras*. Fruto de la modernidad, la República de las Letras era una especie de comunidad libre (en cierto modo) que, al compartir valores comunes: cosmopolita, tolerante y racional, garantizaría intercambios de conocimiento en colaboración. Así, como el espacio literario tenía una dinámica diferente de la del ámbito político, ya que era más fraternal entre sí, los conflictos se volvieron evitables para buscar la máxima del conocimiento. Con los siglos XVII y XVIII, este concepto adquirió madurez y llegó a las tierras americanas junto con una expectativa optimista de prosperar a la "luz de la razón". Por lo tanto, esta disertación estudia qué significados dieron los hispanoamericanos para asociarse con este vasto ámbito de la mente, frente a sus realidades particulares, en base a cuatro conceptos continuamente referidos como clasificadores de la República de las Letras, que son: espacio de aprendizaje; extrapolación de límites geográficos (redes de comunicación); igualdad entre sus miembros; la libertad de expresión. El análisis se lleva a cabo a través de las publicaciones periódicas de la Ilustración hispanoamericana, creadas en las últimas dos décadas del siglo XVIII, con el objetivo principal de demostrar al principiante, sin embargo, una interlocución comprometida entre diferentes regiones de Hispanoamérica (y América con el resto del mundo), en un intento abierto de fortalecer el espacio literario americano. De esta manera, la investigación propone comprender si, en los planes literarios americanos, habría una indicación de una conciencia nacional en formación.

**Palabras clave:** República de las Letras en Hispanoamérica. Espacio de aprendizaje Redes de comunicación. Igualdad entre iguales. La libertad de expresión.

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1	"Real Ordem" no Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá, imposto
	pelo rei da Espanha
Figura 2	Exemplo da meteorologia presente no Papel Periódico de la Ciudad de Santafé
	de Bogotá39
Figura 3	Uma das poucas imagens encontradas no periódico Gaceta de Literatura de
	<i>México</i>
Figura 4	Anúncios de venda, notícias soltas e chegada de embarcações dentre as
	"Notícias Particulares" do Papel Periódico de la Havana41
Figura 5	- Primeira página do número inaugural do Papel Periódico de la Ciudad de
	Santafé de Bogotá42
Figura 6	Rotas de comércio interno56
Figura 7	Trecho de uma das listas dos assinantes do Mercurio Peruano

### **SUMÁRIO**

1 INTRODUÇÃO	12
2 A TRAJETÓRIA DA REPÚBLICA DO SABER E O CASO DOS PERIÓD	OICOS
AMERICANOS	22
2.1 DEFINIÇÕES GERAIS E A HISTÓRIA DO CONCEITO DA REPÚBLIC	A DAS
LETRAS	22
2.2 CRESCIMENTO NA AMÉRICA: O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS	
PERIÓDICOS SETECENTISTAS	32
3 REPÚBLICA DAS LETRAS À MODA AMERICANA	44
3.1 O PROJETO DE REPÚBLICA DO SABER	44
3.2 O SENTIDO DUPLO DE CIDADANIA NO ESPAÇO LITERÁRIO HISPA	NO-
AMERICANO	57
4 REDES TRANSATLÂNTICAS E HISPANO-AMERICANAS DE SABERI	
<b>4.1</b> COLABORAÇÃO É UM COMÉRCIO	75
4.2 AS REDES DE COLABORAÇÃO DOS PERIÓDICOS ILUSTRADOS HIS	PANO-
AMERICANOS DURANTE O SÉCULO XVIII	82
Tertúlias	99
Livrarias	103
Sociedades Econômicas de Amigos do País	106
5 IGUALDADE ENTRE OS PARES E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO	122
5.1 PRESERVAR-SE A IGUALDADE PELA DESIGUALDADE	122
5.2 DISCURSO IGUALITÁRIO: O USO DE PSEUDÔNIMOS, A DEFESA DO	)
TALENTO E O CONVITE DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO A TODOS	130
5.3 LIBERDADE NÃO É LIBERTINAGEM (O VERDADEIRO USO PÚBLI	CO DA
RAZÃO)	138
5.4 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O INADEQUADO COMPORTAM	1ENTO
SOCIAL	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

#### 1 INTRODUÇÃO

Num relato em 1793, o periódico limenho *Mercurio Peruano* enaltecia a disseminação que os seus textos haviam conquistado, percorrendo "de Madri ao México, de Buenos Ayres a Santa Fé, todos os bons patriotas se esforçaram para nos encorajar com promessas, elogios ou desculpas". Até mesmo os "húngaros, os alemães e os saxões, que mal tinham uma ideia do Peru devido às relações geográficas, agora leem nosso *Mercurio* com prazer: analisam nossos costumes, inferem a preponderância de nossos vícios ou virtudes, calculam nossos recursos políticos e mercantis", enquanto os italianos, estes às vezes deixavam "a agradável leitura do Jornal de Florência para folhear nossos jornais; eles preferem as notícias que damos da mineração". Mas a glória maior para o *Mercurio Peruano* estava no fato de que "o próprio monarca pede[ia] as coleções do *Mercurio*"<sup>1</sup>.

Através desse pronunciamento, o *Mercurio Peruano* quis evidenciar como cada vez mais, a partir dos seus impressos, havia pessoas da América e do resto do mundo que conheciam (melhor) o Peru. Isto pode ser interpretado como uma estratégia de propaganda do *Mercurio*, todavia, sugere uma percepção cosmopolita e altamente valorizadora do conhecimento racional que se ramificava no território hispano-americano.

Uma parte dos letrados, crioulos americanos e estrangeiros residentes na América, dedicaram-se em sintonizar-se com os valores do espaço literário mundial (constituído durante alguns séculos), para que pudessem usufruir dos supostos benefícios que a razão iluminista garantiria alcançá-los.

O foco deste trabalho é utilizar as fontes periódicas hispano-americanos dos finais do século XVIII para, assim, poder comprovar a existência de um entendimento por espaço cultural em pleno avanço e transformação na América. Isto é um fato já bastante documentado e argumentado por autores estudiosos do período, contudo, o que se pretende problematizar nesta dissertação é qual conceito foi dado, e aquele manifestado, ao espaço cultural de pensamento e de produção de saberes (a República das Letras) defendido pelos hispano-americanos a partir da segunda metade do século XVIII.

Uma das ideias oferecidas a esta *República das Letras* na América era exatamente que ela representaria a chegada do progresso na América, e que este florescimento chegaria com as novas comunicações (no caso, os periódicos). Havia uma crença eufórica nos meios de comunicação como promovedores de desenvolvimento social e econômico.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> *Mercurio Peruano. Concluye la introduccion al tomo VII*. Lima, tomo VII, 6 de janeiro de 1793, p. 16, tradução nossa.

Reconhece-se inexistir, aqui, como objetivo, saber se houve e quais seriam as mudanças socioculturais que os discursos de defesa por um espaço cultural americano provocaram na sociedade colonial setecentista hispano-americana. É um segmento distinto, simultâneo e posterior, todavia, fruto também deste entrelaçado entre experiências e expectativas. Talvez a mais recorrente das problematizações quanto às possíveis consequências desta concepção de espaço cultural setecentista seja o nacionalismo independentista americano. Ao contrário, a aproximação que esta dissertação terá com o debate nacionalista será mais para desfazer essas associações nacionalismo/ascensão de consciência identitária cultural, que são feitas às décadas finais dos setecentos.

A pesquisa, por outro lado, investiga o que há por trás dos variados sentidos dados aos meios de comunicação disseminados e participativos do espaço cultural na América Hispânica – no caso, através dos periódicos. Nestes significados existem convicções, intenções e comportamentos que orientaram os participantes do espaço cultural americano. Será através dessas crenças que se pretende alcançar os significados fornecidos ao "fazer intelectual", ainda não especializado, que revelam tanto as reivindicações por respeito e oportunidades.

Para os pensadores americanos, incluir-se no espaço republicano das letras garantiria participar de um ideal normativo de comunidade intelectual, e, que não haja dúvida, a inserção nesse tal projeto desenvolveu problemáticas exclusivas conforme o contexto colonial setecentista. Agora, se houve realmente mudanças sociais provocadas pela pauta cultural, isto é outra questão.

Outro ponto relevante: a imprensa setecentista hispano-americana não será o problema central de análise. A imprensa é um veículo, uma relevante fonte para compreender as noções que crioulos e espanhóis na América deram ao espaço cultural americano. A pesquisa beira mais para o lado da história dos intelectuais (a partir de uma história dos conceitos) ao invés de propor uma história da imprensa. Mas, o estudo da imprensa (quanto às suas principais características, origens, fases e integrantes da história de cada periódico-fonte) se fez necessário durante toda a pesquisa, na medida em que somente assim poderia ter acesso às condutas e aos contextos que geraram a formação desta República e aos valores que sustentaram estas comunicações no espaço literário, bem como e, principalmente, aos limites reais (as práticas) que cercearam o plano de uma *República das Letras* na América.

Esta República não se resumiu às redes intelectuais europeias, nem mesmo correspondeu apenas a uma expressão elegante utilizada, sobretudo, em notas introdutórias dos periódicos hispano-americanos. Afirma-se isto porque, muitas vezes, historiadores dedicados às temáticas correlacionáveis à república literária pouco se preocupam em detalhar ou enfatizar

o real motivo na escolha da terminologia, eliminando do debate os variados modos que nortearam a produção do conhecimento. Assim como a expressão *República das Letras* não era vazia em seu sentido para os setecentistas, também não deve ser entre nós.

A pouca base conceitual sobre a república literária camuflou o entendimento de que movimentos como a Renascença, o Barroco, ou mesmo a Ilustração, ganharam adeptos, tornando-se ideais acessíveis e hegemônicos, sobretudo, devido aos mecanismos exaltados por esta república entre homens em defesa de um modelo de produção de conhecimento e uma funcionalidade comum do saber, que absolutamente modificou-se com o passar do tempo. Havia uma maleável tradição intelectual, proposta pela república literária, que deu base de sustentação aos principais movimentos intelectuais ocidentais estudados até hoje.

Pode-se, sim, explicar grande parte o sucesso das ideias ilustradas no século XVIII por elas terem sido compatíveis e herdeiras desse vasto espaço republicano de comunicação. Através das propostas republicanas do saber, se conseguiu acessar o ideário ilustrado, no caso, hispano-americano. Essa república literária se sustentava a partir de *redes de comunicação*, conexões que se tornaram uma das pautas centrais a ser considerada nesta pesquisa. Inclusive, conduzindo a questões derivadas, como as discussões sobre tolerância e nacionalidade, já que o respeito possibilitaria o diálogo a todo custo.

Entre essas indeterminações conceituais, muitas vezes, as raras citações à república literária se resumem às apresentações, que deixam uma ponta de curiosidade quanto à dinâmica exercida pelas redes de comunicação entre regiões diferentes da América, ou as conexões literárias dos americanos com países diferentes do mundo:

Os periódicos científicos ilustrados fizeram o possível para que se estabelecesse uma comunicação entre os científicos de diversos lugares em cada país e, fato muito importante, entre os das diferentes regiões americanas também. Isto se manifesta na correspondência dos leitores que publicam estes periódicos, nos artigos de diversos autores, nos debates que se estabelecem etc. A respeito da comunicação transversal entre os diversos países, se observa nas citações e na reprodução de artículos publicados em outros periódicos americanos uma solidariedade de ideais e a gradual formação da "República da Ciência" americana. Vários trabalhos de Alzate foram publicados em Lima e Santafé e artigos do *Mercurio Peruano* se reproduziram em Havana, por exemplo. (SALDAÑA, 1995, p. 33-34, tradução nossa).

Estas modalidades, ideias e práticas que envolviam o escrever dos periódicos citados acima podem ser desvendadas através da exploração da noção de *República das Letras*, e, caso não fossem os periódicos, poderiam ser outras as fontes e a metodologia para atingir o que vinha a ser a *República das Letras* americana.

Entre pesquisadores europeus e estadunidenses há uma recorrente preferência por buscar em biografias de grandes *philosophes* ou *homens das letras* a possibilidade de traçar as rotas de comunicação acessadas por estes autores (cartas pessoais, textos publicados, viagens, entre outros), para, assim, desenhar os princípios destes republicanos do saber. Peter Burke elegeu Erasmo, Graeme Garrad analisou Rousseau, enquanto Dena Goodman aprofundou-se na história de algumas mulheres francesas esquecidas pela historiografia (BURKE, 1999; GARRARD, 2003; GOODMAN, 1996). Esses trabalhos formaram referências essenciais para esta pesquisa, sobremodo pelo caminho argumentativo que desenrolaram para definir essas personalidades.

A história dos autores (as biografias) oportuniza a entrada a variados espaços de sociabilidade mantenedores da *República das Letras*, sejam eles a imprensa, as sociedades, as academias etc., isto é, espaços que se interligavam porque eram guiados por princípios de formação e função do conhecimento muito semelhante. As biografias culminam dando narrativa à construção e à sustentação destes espaços e hábitos, já que as histórias individuais permitem compor um conjunto de ações que explicam, em sua regra ou em sua exceção, o sentido dado ao espaço cultural na época estudada.

Em contrapartida, mesmo elegendo apenas um desses espaços de sociabilidade como condutor da narrativa – no caso, o jornalismo –, isso não representará a impossibilidade de adentrar a outros espaços de interações e comunicação. Seria até incoerente limitar a discussão a um único espaço de sociabilidade, visto que aqui se discutirá redes de comunicação de saberes. Desvendar as conexões estabelecidas entre esses diferentes espaços de valorização do conhecimento permitirá definir as reais possibilidades fornecidas pela circunscrita conceituação de República das Letras.

Dessa maneira, para entender o conceito necessita-se ultrapassar a dimensão semântica da palavra *República das Letras*, o que, inclusive, não impede expor uma apresentação generalizada e extensa (na cronologia e no espaço) do termo, algo que faço no capítulo seguinte. Mas a proposta mesmo está em avaliar as noções particulares da expressão. Em consequência, o que representa nesta pesquisa ultrapassar o valor linguístico do conceito?

Reinhart Koselleck (2006) propõe que as "disciplinas" história dos conceitos e história social, carregam em si uma autonomia própria, mas existe a possibilidade de haver uma relação próspera e necessária entre ambas, uma vez que a história social não deve dispensar o auxílio que podia-lhe ser prestado pelas implicações histórico-críticas da história dos conceitos (p. 97-98). Todos os conceitos "fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais

complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave" (p. 98).

Em tese, a história dos conceitos ocupa-se predominantemente dos textos e dos vocabulários, em uma exegese textual, sempre de volta ao texto. Hipoteticamente, mesmo redirecionando o foco da investigação das situações políticas e estruturas sociais, e se concentrando na constituição linguística, como indica a base de seu método, inevitavelmente acaba por dar voz a essas mesmas situações políticas e estruturas sociais, porque, sem conceitos comuns, não é possível haver uma sociedade e, sobretudo, não existe unidade de ação política, pois, os conceitos criam meios e formas pelos quais grupos e indivíduos possam se reconhecer e se autodeterminar (p. 191-192). Sob o conceito político-social de *República das Letras*, indivíduos reivindicaram experiências e propuseram expectativas fortemente emaranhadas pelos acontecimentos e estruturas que sustentavam o século XVIII na América espanhola.

Em um resumo simplificado, como os conceitos indicam as representações determinadas ao contexto, inversamente, através do contexto sócio-político, se conseguiu entender as variadas concepções dadas ao próprio conceito. Porém, deve se atentar que os conceitos tendem a limitar, ou mesmo, encobrir experiências e expectativas, tornando-se às vezes escolhas espontâneas que deixam tantas outras de lado. Daí a preocupação com os silêncios e as diferentes designações que um conceito possa vir a ter em seu vocabulário, sempre na expectativa de preencher vazios ou ocultações. Deve se estar vigilante também para as permanências e alterações dos significados das palavras que não correspondem, necessariamente, à permanência e à alteração das estruturas por elas designadas.

Dessa maneira, para apresentar o problema desta dissertação, elegeu-se quatro elementos centrais classificadores do conceito de *República das Letras*. São eles: *espaço de aprendizagem*; *extrapolação dos limites geográficos*; *igualdade entre seus membros* e *liberdade de expressão*. Estes elementos representam definições recorrentemente dadas à *República das Letras*, e analisá-las uma por uma possibilitará entender os trâmites e circunstâncias (individuais e coletivos) estruturais que sustentaram a noção particular destas redes de comunicações e saberes na América Hispânica. Todo conceito social e político, para Koselleck (2006), carrega um elevado grau de generalidade e polissemia (p. 108-109), o que não é distinto nas definições associadas ao conceito buscado. Todas as quatro definições encontram-se carregadas desses mesmos atributos, polissemias e generalizações, e é exatamente nessas características que se pode desvendar as conjecturas próprias americanas.

Destacar-se-á a "extrapolação dos limites geográficos", pois nela se poderá enfatizar e apresentar os fortes indícios de trocas explícitas e implícitas entre os participantes dessa

República das Letras Ilustrada, residentes ou não da América espanhola. Mesmo na simples ação em citar pequenos informes produzidos por outros periódicos, demonstra-se como os periódicos americanos tenderam a rejeitar e limitar as suas preocupações e atenções ao seu espaço citadino, fosse na capacidade de deslocamento físico do impresso, ou na habilidade de englobamento de informações e ideias oriundas de outras regiões da América e das demais nações europeias.

Foram periódicos criados em um momento de crença na imprensa como veículo de reprodução rápida de textos e difusor das ideias ilustradas. Consequentemente à concepção expansionista do periodismo, multiplicaram-se esses escritos no século XVIII. O avanço nas comunicações correspondeu a um caminho sem retorno para hábitos de produção e circulação de ideias, em que, mesmo com a censura até os últimos momentos da colonização na América Hispânica, não foi possível impedir completamente esta realidade.

No caso da América espanhola, apenas nas duas últimas décadas do século XVIII parece ter existido um clima mais propício para a periodicidade dos impressos – refere-se à longevidade e à frequência dos periódicos variados –, resultando na concentração das criações dos periódicos, todos eles impulsionados e chancelados por governos locais representantes da Coroa Espanhola.

Para comprovar a existência do intercâmbio de ideias entre os periódicos, delimitou-se a escolha e a análise das fontes primárias a uma comum periodicidade entre as fontes, uma faixa temporal em que todas as redações dos periódicos estavam em funcionamento, reunindo o maior número possível destes documentos.

Em toda a América, cita-se ao menos a criação de onze periódicos entre as décadas de 1780 e 1790, e nove dos onze periódicos fundados se diziam fruto da "luz da razão", aludindo a si o discurso de produção e conteúdo distinto ao que existia até então como periodismo na América. São eles: Gaceta de México (1784-1809); Gaceta de Literatura (1788-1795); Gaceta de Real Tribunal de Consulado de Veracruz (1795-1803); Gazeta de Guatemala (1793-1816); Diario de Lima (1790-1793); Mercurio Peruano (1790-1795); Semanário Critico (1791); Gaceta de Lima (1793-1801); Papel Periódico de la Havana (1790-1804); Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá (1791-1797); Primicias de la Cultura de Quito (1792).

Através das hemerotecas virtuais, permitiu-se, para fins desta pesquisa, o acesso a seis destes nove periódicos que defendiam a filosofia ilustrada. Os três periódicos restantes não estavam disponíveis na rede mundial dos computadores (internet) e, mesmo entre os periódicos analisados, não se conseguiu obter a todas as edições do *Papel Periódico de la Havana* e da *Gazeta de Guatemala*. Apesar de algumas ausências de edições nesses dois periódicos,

adquiriu-se todas as edições do *Mercurio Peruano*, do *Papel Periodico de la ciudad de Santafé de Bogotá*, do *Primicias de la Cultura de Quito*, e do *Semanário Crítico*.

Portanto, baseando-se no tempo em que esses seis periódicos mantiveram ativas suas produções escritas, determinou-se a cronologia desta pesquisa, mas, para entender por completo o processo de criação desses espaços de sociabilidade culturais, o leitor encontrará na dissertação o contexto histórico hispano-americano da segunda metade do século XVIII.

O conteúdo dos periódicos não constitui o único meio seguro para entender as redes de comunicação, fato que ocasionou em adicionar, ao *corpus documental*, um periódico desconhecido em suas informações pela pesquisadora, tida a relevância histórica, o contexto de produção e os personagens envolvidos, como foi o caso da *Gazeta de Guatemala*. O que não parece imperfeito, mesmo porque os periódicos não são o objeto central a ser problematizado. Assim, foi possível selecionar os periódicos mais relevantes quanto a sua atuação e produção no período, todos eles citadinos, concentrados nos principais centros culturais na Hispano-América.

No conjunto de fontes documentais da pesquisa, foram removidos dois periódicos criados no Vice-Reinado do Rio da Prata, nos anos de 1801 e 1802. Desconhece-se, naquela região ao sul da América, uma impressa regular e científica durante o final do século XVIII e, como a temporalidade da pesquisa se limita ao final do século XVIII, retirou-se os periódicos argentinos à pesquisa.

Caso fosse incluído mais dois periódicos, além de tornar o trabalho mais exaustivo, representaria aumentar a periodização. Admite-se, entretanto, que excluir fontes de temporalidades tão próximas poderia se transformar em perdas, e por isso, ambos os jornais foram consultados. São periódicos que ainda se assemelhavam aos princípios levantados por periódicos ilustrados setecentistas, já que a mudança de século não correspondeu a uma transformação completa no modo de pensar e de se fazer imprensa.

A escolha de 1800 como demarcador simboliza muito mais um recurso dramático de contextualização de uma era que se finaliza: a segunda metade do século XVIII. Escolha que, de maneira alguma, representa a defesa da ideia do fim, a partir de 1800, de uma *República das Letras* na América, ou mesmo no mundo intelectual ocidental.

Entre 1790 e 1800 nasceram os periódicos ilustrados. Posterior à criação, muitas vezes, (antes da virada do século XVIII para o século XIX) os jornais não conseguiam se manter em circulação. Aqueles periódicos que ultrapassaram o século XVIII mantiveram-se pelas mudanças no seu formato e na equipe de produção.

Entende-se como a *Gazeta de Guatemala* persistiu de 1793 a 1816, exatamente pela alternância ao que foi proposto e informado no periódico. Assim, este intervalo teve alguns anos interrompidos: o primeiro formato do periódico se deu entre 1793 e 1796 e, a partir do ano seguinte, outros indivíduos já estavam orientando o periódico, que se estendeu ao ano de 1807. Mais uma vez, um ano após o fechamento (1808), o periódico renasceu das cinzas e sobreviveu próximo às lutas de Independência, em 1816. A *Gazeta de Guatemala* não padeceu sozinha desta situação.

Deve-se dar destaque igualmente às correspondências, pois eram esplendorosos espaços de conversação que impulsionaram o ato inicial e contínuo de diálogo entre os periódicos na época. No que diz respeito às correspondências pessoais dos envolvidos na escrita dos periódicos setecentistas, são poucas as que fazem parte do *corpus documental* desta pesquisa, diante da quantidade de pessoas que se dedicaram a participar do abastecimento de conteúdo dos periódicos.

No momento recente, através da internet, é possível acessar a cartas pessoais do Eugenio Espejo, Ramírez Alzate e José Mutis, três personagens importantes no cenário intelectual do período e que escreveram intensamente nos jornais do final do século XVIII. Estes textos são abrangentes em seu teor, contendo poesias, sugestões de livros científicos, observações sóciopolíticas, que, enfim, equivalem a fontes históricas que contribuem a entender o cenário literário do período.

Porém, o fato de os periódicos publicarem cartas escritas por leitores ajudou bastante à pesquisa, reforçando terem sido as cartas o principal meio de comunicação de ideias na época. Se pensar-se na quantidade de cartas produzidas, talvez possa considera-las mais notáveis que os livros impressos.

A partir dessas bases, pode-se elaborar a pesquisa que está dividida em quatro capítulos, além da introdução. A dissertação tem seu corpo a partir do capítulo 2, partindo da análise da apresentação do conceito histórico da expressão *República das Letras*, com a finalidade de demonstrar o momento em que os periódicos foram criados, amparados pelas políticas estatais, sobretudo do governo despótico de Carlos IV, que asseguraram a circulação de ideias ilustradas em todo reino espanhol.

Os três capítulos seguintes da dissertação procuram dar um formato próprio à *República das Letras* ao pensar suas feições no continente americano. O capítulo 3 aborda, a partir do conceito de espaço de aprendizagem da *República das Letras*, como a crença educativa do conhecimento (impresso nos periódicos) estimulou um projeto artístico, literário e cultural nas principais localidades da América espanhola, arquitetado, principalmente, em comunicação

com a realidade americana perante o cenário literário mundial. Em consequência, se pretende analisar se este plano coletivo de espaço literário na Hispano-América seria a indicação da formação de uma consciência nacional americana (com base, na noção de pátria e nação que orientaram os periódicos americanos).

O capítulo 4, por sua vez, propõe confirmar os esforços dos pensadores hispanoamericanos de seguirem fielmente um dos principais preceitos da *República das Letras*: a
criação de um espaço cultural que não se limitasse por obstáculos geográficos e, portanto,
negando-se enquadrar em (alguns) prováveis conflitos morais, políticos e culturais. De modo
que, com o passar do tempo, os americanos se viram cada vez mais em contato entre si (e com
o resto do mundo), seja através de tertúlias e de sociedades econômicas, seja pelos
deslocamentos de pessoas para o exercício de cargos na administração colonial, ou mesmo pelas
trocas de cartas. Formou-se um novo contexto cultural para os hispano-americanos, apesar de
toda a política exclusivista e isolacionista da Coroa espanhola, acentuada pela divisão da
América espanhola dividida em vice-reinados e subunidades menores, e pela determinação de
funções únicas de produção econômica

Já no capítulo 5 é analisada uma combinação de dois valores almejados pelos pensadores da época. Em primeiro lugar, a reivindicação ao princípio de igualdade, representado pelas contestações de um espaço literário em que a condição equivalente entre seus pares permitiria minimizar as vulnerabilidades decorridas do exercício da razão. O mérito estava também no centro desta pauta igualitária, sobretudo na busca para que as aptidões definissem o talento dos homens das letras e não apenas o status social. Nesse sentido, apesar de o igualitarismo apresentado pela República das Letras inclinar-se em atrair os seus fiéis representantes letrados, o discurso igualitário ocasionou em dinâmicas mais atraentes de colaboração que viabilizaram a presença de diferentes perfis sociais de curiosos. Era uma novidade que se tornou promissora em impulsionar mudanças na sociedade americana, que se mantinha, no século XVIII, definida pela rigidez dos padrões de raça, de gênero, de cor e de condição econômica.

O segundo problema abordado no capítulo 5 é a liberdade de expressão, uma pauta do espaço republicano do saber que proclamava a desprendida manifestação da opinião e a acessibilidade do pensamento racional a todos os homens em sociedade. Em contrapartida, nessas livres demonstrações de ponto-de-vista, recomendava-se a conservação dos valores do convívio respeitoso da República das Letras. Para alcançar-se esta harmonia no espaço das opiniões na América hispânica, coibiu-se árduas críticas ao Estado monárquico e a Igreja Católica, aliás, duas instituições geralmente abordadas pela historiografia como inibidoras da independente exposição do pensamento, no território americano.

Por fim, se conclui com as Considerações Finais, as quais, longe de pretender esgotar as discussões sobre o tema, figuram essencialmente como estímulo a novas perguntas, hipóteses e investigações sobre o universo dos letrados na Hispano-América.

### 2 A TRAJETÓRIA DA REPÚBLICA DO SABER E O CASO DOS PERIÓDICOS AMERICANOS

# 2.1 DEFINIÇÕES GERAIS E A HISTÓRIA DO CONCEITO DA REPÚBLICA DAS LETRAS

Dentre as definições evocadas à *República das Letras*, um editor anônimo da revista anual *Histoire de la Republique des Lettres en France* soube abranger algumas das principais características:

No meio de todos os governos que decidem o destino dos homens; no seio de tantos Estados, a maioria deles despóticos, governados por soberanos ou magistrados cuja autoridades se estende sobre pessoas e propriedades, existe um certo império que domina apenas a mente, [um império] que honramos com o nome República, porque preserva uma medida de independência e porque é quase a sua essência ser livre. É o império do talento e do pensamento. As academias são seus tribunais; pessoas distinguidas por seus talentos são seus dignitários. Sua reputação é o título deles... eles são, se você quiser, uma espécie de órfão, a quem a sorte nega aquelas distinções para as quais a natureza as intenciona. Eles formam uma espécie pelo mérito e ganham uma reputação tão brilhante quanto a das grandes potências da terra. (Desconhecido, 1780, p. 5-6, apud DASTON, 1991, p. 367-368, tradução nossa).

O editor da *Histoire* faz uma recorrente comparação da época para explicar o conceito de uma república do saber dentre os distintos poderes que cerceiam os homens: o reino político, representado pelos Estados soberanos e em contraste, o reino/império da mente, cujo interesse está na razão, na memória, na imaginação e, sobretudo, em uma das manifestações destas faculdades, o conhecimento. Participar da *República das Letras* significava estar unido pela mesma paixão, pela mesma curiosidade: o conhecimento. Desta maneira, o termo designou o coletivo para indivíduos interessados "em letras", que "cultivam conhecimento" ou se referem ao "conhecimento em si" e suas produções (LAMY, 2013, p. 92).

O império da mente, ao ser distinto do império político, preserva em certa medida uma independência libertadora em relação à esfera política. Esses dois espaços não se estruturam igualmente, regras diferentes lhes regem, no entanto, ao interagirem constantemente tornam-se complementares. Mesmo assim, essa autonomia garante à *República das Letras* um espaço comum, em que o saber e a discussão deveriam reinar acima das lealdades confessionais, dinásticas ou territoriais, já que qualquer interferência poderia acarretar obstáculos ao interesse que tanto almejavam: valorizar o conhecimento (TOMÁS, 2010, p. 18).

A reivindicação por liberdade também se relacionava à estrutura social, pois o império da mente, ao valorizar o talento em "manejar" o pensamento, estabeleceu a prática como

qualidade de mérito àqueles que participassem deste espaço. Seus títulos não viriam apenas nas heranças ou nas concessões reais, se estabelecendo também pelo julgamento que faziam os espaços de estruturação do conhecimento — as academias, por exemplo —, avaliando os integrantes que compõem esta República. Por natureza, devido a sua sabedoria, o homem deveria ser digno de reconhecimento quando a sorte nega aquelas distinções para quais ser-lheia de direito.

Pode se dizer que a *República das Letras* se tornou um refúgio para variados pensadores exatamente por contrariar barreiras sociais, religiosas, linguísticas e nacionais que pudessem impedir a confraternidade entre seus membros. Naquele espaço deveriam ser tratados como semelhantes, iguais em seu *status*. Diante dos percalços enfrentados em sociedade, o propósito era tornar o conhecimento disposto a contribuir para o progresso dos homens, beneficiário ao bem comum de todos; para isso, o êxito viria somente caso se excedessem as forças humanas isoladas do pensamento (LAMY, 2013, p. 94).

Era uma grande comunidade internacional de estudiosos que refletia seus gostos ecléticos, "cada um era uma enciclopédia, projetada para ensinar lições, algumas delas materiais ou visuais, sobre homem e natureza, ciência e história – é um laboratório, no qual novas formas de conhecimento tomavam forma" (GRAFTON, 2009, p. 3, tradução nossa). Todo esse sistema desejado e exercido estimulou um conjunto de generalistas, homens e mulheres, cujas artes, conhecimentos e interesses se estendiam a vários campos, não confinados em especializações.

Diante da tal amplitude de gosto por conhecimento, era necessário organizar o espaço republicano do saber. A *República das Letras* configurava, também, a união de indivíduos impulsionados pelo interesse comum em demarcar e organizar o conhecimento geral, era somente assim que aquele acúmulo de informações originário do "comércio" de comunicações, que intercambiavam de forma regulável e transparente, poderia ter fins úteis à humanidade.

E, com o exercício de sistematização, as informações se amplificaram cada vez mais, diante do intenso fluxo comercial intercontinental em que o mundo passou a vivenciar, sobretudo a partir do século XV, em decorrência da navegação dos europeus pelos oceanos Atlântico e Índico e, logo depois, pelo Pacífico. Os "Descobrimentos", guiados por fins comerciais, proporcionaram o alargamento do mundo conhecido pelos europeus, através da constatação da existência por mais culturas distintas no mundo. Evidenciava-se, entre viagens e relatos que os pensadores da Antiguidade, berço do conhecimento para os modernos, não haviam explicado o suficiente sobre o funcionamento do mundo (MIERT, 2016). Diante dessa evidenciação, caberia aos *philosophes* modernos decifrarem os problemas adquiridos pela percepção de novas dinâmicas humanas e da natureza física.

Era uma constante atividade de conversação com os mortos, ou através do intercâmbio entre vivos, em que não apenas se buscava conduzir o espaço das informações, como também superar o conhecimento produzido em momentos do passado, mesmo que respeitosamente, pois teriam sido os autores da Antiguidade que começaram tudo, sem estes não haveria um ponto de referência para os modernos. Agia-se para que o conhecimento alcançasse a posteridade e ultrapassasse as gerações.

De maneira alguma a conversação se limitava à informação escrita (manuscrita ou impressa), "viajavam" imagens,

materiais botânicos, zoológicos, ou geológicos de toda classe, resultado de observações astronômicas, geográficas ou meteorológicas, figuras, modelos e preparações anatômicas, instrumentos e aparatos indispensáveis para todas essas observações químicas ou físicas, e um largo eteceteras de materiais. (TOMÁS, 2010, p. 27-28, tradução nossa).

A cultura material – ou, como preferem alguns, a cultura científica –, nas suas mais variadas formas, fez parte desse esforço coletivo pela transmissão da informação. Porém, apesar de todo o material disponível para averiguação do conhecimento, as circunstâncias impulsionaram os membros da *República das Letras* a frequentarem o mercado da palavra escrita, "onde a letra impressa não era nem muito menos a única forma de expressão, mas, sim, a que mais cresceu em aceitação e eficácia comunicativa" (TOMÁS, 2010, p. 30, tradução nossa).

Por suposto, a participação mais desejada nesse processo era escrever e publicar textos escritos das mais variadas ordens, todavia, aqueles cuja situação não lhe permitia o feito também podiam participar comprando, presenteando, emprestando, pedindo, ou até roubando livros (TOMÁS, 2010, p. 30). Junto à forte cultura da escrita na era moderna, existia o costume de se acumular as publicações, estocando-as em gabinetes e bibliotecas pessoais, ou armazenando-as em extensas áreas institucionais de academias, escolas e universidades.

Escrita ou não-escrita, por séculos a *República das Letras* classificou-se como um "novo conhecimento" em comparação às tradicionais instituições, sobretudo as universidades, as quais, durante o final da era medieval e início dos tempos modernos, eram justamente as maiores representantes da *Respublica Christiana*. Em tese, essa república do saber não pretendia rivalizar com a "República Cristã", o proposto se aproximava mais em diferenciar-se dela, optando por criar as condições epistemológicas e espirituais a uma cristandade "reformada"; retomando os autores e modelos da Antiguidade, aprende-se pelas ações e pensamentos do passado (MADRID, 2017, p. 529).

Em sua obra *La República de las Letras*, Marc Fumaroli descreve as duas repúblicas (*Respublica Litteraria* e a *Respublica Christiana*) como juntas e intercambiáveis, e que adquirem formato aproximado com a interpretação de Santo Agostinho em *Cidade de Deus*. Ao se opor à concepção de Cícero da "ideia de comunidade de interesses, que tende demasiado às paixões egoístas, para basear sua definição da coisa pública em 'uma associação de seres razoáveis na participação concordante nos bens que amam'", Agostinho deu base à definição de uma República Cristã, unida pelo amor aos mesmo bens e por um direito, além de alguns interesses comuns. O elemento que Santo Agostinho queria incluir em sua definição política para a sociedade se especificou "mediante o adjetivo *litteraria*, que supõe, por sua vez, o *eruditio* dos cidadãos desta república, e a natureza do bem comum em que os reúne em um mesmo amor" (FUMAROLI, 2013, p. 22-23, tradução nossa).

Inclusive, dentre as tipologias governamentais possíveis na situação política romana, Cícero refere-se à classificação de "república" enquanto "coisa do povo" – e não o poder na soberania do povo da "democracia" –, "em uma reunião que tem como fundamento no conhecimento jurídico e na utilidade comum" (CÍCERO, 1995, p. 1; 34). A causa dessa agregação equilibrava-se por um instinto de sociabilidade inato em todas pessoas, já que a espécie humana não havia nascido para o isolamento e para viver errante, mas pela disposição que os leva ao apoio mútuo (CÍCERO, 1995, p. 1; 34). Desde a Era Romana na Antiguidade existia essa concepção da República como meio fundamental para o desenrolar da sociabilidade (AMBRÓSIO, 2002). Os letrados, quando recorreram a esse vocábulo, pretendiam resgatar uma forma ideal para o desenvolvimento social inerente ao homem.

Revestido como espaço cristão e pelo princípio de sociabilidade, a república literária construiu uma imagem poderosa para si como formadora de conhecimento e da opinião pública, poderio que se tornou tão formidável quanto aquele adquirido pelos governos organizados. A partir dos episódios históricos da Reforma Protestante, desde a ruptura de Lutero com Roma, inaugurada em 1517, o termo assumiu um significado renovado, porque poderia atuar como uma alternativa à ideia da pan-europeia *Respublica Christiana*, que agora se encontrava fragmentada (MIERT, 2016, p. 272).

A Reforma Protestante pôs em marcha outras manifestações religiosas frente ao valor unitário da fé católica e fez pensar que poderia existir uma resistência exitosa à autoridade da Igreja Católica. Ao configurar uma competência aberta de cultos, tornou-se inevitável a apelação à *consciência individual*. O impacto de gerações de criticismo racionalista influenciados pela valorização da consciência individual levou os homens a duvidar de sua fé

e a diminuir a importância das diferenças doutrinais, pois fazia parte da dinâmica interpretativa das doutrinas religiosas serem esboçados por distintos pontos de vista (MADRID, 2017, p. 527).

Os conflitos religiosos, meio século antes e depois de 1600, intensificaram um ruído, um barulho ensurdecedor, que atraiu cada vez mais pessoas ao reino da *República das Letras*, cada um querendo expor sua concepção de mundo. Inseridos neste contexto, seus defensores cultuavam tanto a comunicação quanto a prática da polêmica, pondo em evidência a necessidade da liberdade de consciência para o andamento do reino do pensamento – do qual a religiosidade também fazia parte (MIERT, 2016, p. 273). Aliás, predispostos a ignorar "questões delicadas" associadas a crenças religiosas, para que o acesso cobiçado de informações acontecesse.

Durante esse período, os humanistas renascentistas, ao debaterem com o saber convencional "escolástico" defendido pelos teólogos e filósofos que dominavam as universidades medievais, desenvolveram novas redes de aprendizagem que garantiria vitalidade à comunidade erudita. Nesse convívio com a escolástica, os próprios humanistas procuraram ser enfáticos em sua oposição a eles, como uma maneira de se contrastarem ao modo de pensamento que consideravam ultrapassado. Isso refletia o enfraquecimento histórico do método que proporcionava lógica ao pensamento escolástico, mas que se mostrava incapaz de adaptar-se à nova situação cultural sem prejudicar o seu intrínseco valor científico (MADRID, 2017, p. 516-517).

Com os escolásticos, não se assiste ao término do raciocínio frutífero, todavia, é verdadeiro que o pensamento escolástico dificultou uma unidade epistemológica da instituição acadêmica capaz de produzir grandes sínteses como a de São Tomás de Aquino, no sentido de produzir percepções generalistas do homem na terra, interagindo, criando... subordinado à vontade de Deus. Em consequência, negligenciou-se o estudo conexo das fontes ao centrar em vários casos sustentados por referências a comentaristas secundários. A proposta afastava os problemas filosóficos e teológicos de fundo, sustentadores da própria Cristandade, pelo exercício de indagações específicas relacionadas às ordens religiosas, num movimento tão minucioso como pouco significativo.

A mudança desse ambiente virá mesmo com a infiltração gradual nas universidades dos ideais humanistas, permitindo a renovação na estrutura intelectual das universidades escolásticas. O avanço das ciências da natureza se fez dominante, especialmente em Paris, estimulando muitas universidades a seguiram seu modelo. Evidente que houve desconcertos entre a aproximação da puramente contemplativa ciência natural com a ciência de natureza empírica, como demonstra bem a recepção condenatória às ideias astronômicas de Galileu ou

de Kepler durante o século XVII (MADRID, 2017, p. 518-519). A complementaridade entre os dois modelos necessitava de mentes capazes de coordenar de maneira exitosa a dialética dos princípios que amparavam a antiga ortodoxia com os novos conhecimentos do mundo, o que, definitivamente, não era uma alternativa fácil.

Esta tarefa representou uma das motivações para o surgimento dos espaços acadêmicos durante o século XV. As universidades, geralmente hostis às novas ideias debatidas pelos humanistas, incitaram nos humanistas incomodados a necessidade de criar uma instituição com fins próprios. Inspirada

em Platão, a academia estava mais próxima do antigo simpósio ou banquete (inclusive na bebida) que do moderno seminário. Mais formal e duradoura que um círculo (os discípulos de Petrarca, por exemplo), mas menos formal que um departamento universitário, a academia era a forma social ideal para explorar a inovação (BURKE, 2003, p. 37).

Essa tradição se propagou durante os séculos XVII e XVIII, períodos em que eram instituídas academias dentro das próprias universidades, seja de baixo para cima, organizadas por pessoas afins que formavam uma sociedade, ou pelos governos, cujos recursos eram necessários para projetos de larga escala. Mas as inovações não foram monopólio destas novas instituições. É necessário contextualizá-las adequadamente por temporalidades, somente assim se entenderá a relação existente entre as academias e as universidades. Muitos estudiosos pertenceram aos dois espaços, academia e universidade, seja ao mesmo tempo ou em momentos distintos de sua vida, enquanto outros sequer formaram seu intelecto em algum dos dois ambientes (BURKE, 2003, p. 26-27; 37; 39-40).

Não há uma oposição simples: academia progressista *versus* universidades reacionárias. As academias correspondem à adição de mais um elemento importante nesse movimento de valorização ao cultivo do saber, e de maneira alguma, suas criações se limitam a oposição às universidades medievais. Nem as universidades tinham a credibilidade de serem ambientes impassíveis de trocas de informações com distintos e novos espaços de produção de saber.

Por outro lado, as universidades deste período perdem realmente o monopólio do trabalho acadêmico e de preparação das elites intelectuais que tiveram durante a universidade escolástica, e de qual tanto orgulho sentiam. Muitos homens de letras entraram a serviço de príncipes, passaram a integrar academias ou simplesmente se retiraram para desempenhar seu trabalho de maneira privada. Prova disso "é que os descobrimentos científicos dos séculos XVII e XVIII não estiveram, em sua maioria, vinculados aos centros universitários, à diferença do

que ocorrerá durante a vigência da universidade do século XIX" (MADRID, 2017, p. 528, tradução nossa).

O novo tipo de letrado moderno que adquire cada vez mais consciência de si mesmo enquanto tal, e de seu grêmio, como um conjunto de homens importantes para o desenvolvimento do Estado, da sociedade e da vida pública. No medievo, essa unidade entre os letrados existia até por "um sistema internacional efetivamente unido pelo uso do latim e pela uniformidade essencial do currículo, possibilitando, assim, a mobilidade de alunos e professores, a chamada *peregrinatio acadêmica* e o *jus ubique docendi*" (BURKE, 1999, p. 5, tradução nossa). Mas a relevância que os letrados deram as suas funções, amplificaram os propósitos que os uniam como grupo. Assim, de um modo gradual, se sente menos vinculado com a universidade como um projeto apostólico comum. Pelo contrário, tende a acentuar-se a desvinculação com as universidades concretas em que se desempenham, e começam a conceber-se como pertencentes a uma casta superior e exclusiva (MADRID, 2017, p. 522).

O latim ainda se fez presente por muito tempo no espaço de aprendizagem e viabilizou um produtivo intercâmbio acadêmico, ao menos até meados do século XVIII. Mas a linguagem não se manteve intacta diante destas mudanças epistemológicas, progressivamente a ideia do diálogo universal cooperativo se concretizará também na adoção dos idiomas vernáculos compreendidos e falados pelas pessoas.

Referia-se a um dos ideais humanistas em recuperar as línguas originais expressadas no cotidiano: a intenção era desarticular o que se entendia como a obscuridade do falar pela universidade escolástica, que interpretava as línguas nativas como exotéricas e encerradas sem si. O conhecimento para estar vivo, em constante produção, precisava corresponder às necessidades comuns e cotidianas do homem, assim, o idioma habitual seria a maneira mais fluída e eficiente para manifestar a comunicação do aprendizado.

Com o decorrer dos séculos, a modernidade trouxe o esforço otimista em entender as origens das línguas nativas, resumido por Pierre Bayle em um artigo no *Dictionnaire Historique et Critique:* "O estudo da nova filosofía e das línguas vivas", escrevia ele, "determinou uma mudança intelectual e inaugurou um século mais esclarecido". Ao se distanciar do latim, a *República das Letras* moderna tinha agora como unidade "a razão natural aplicada aos fenômenos empíricos, e não as línguas clássicas, que mantinham o laço com a tradição". O interesse parece "estar dirigido não ao conteúdo sobre o que versavam estes textos em línguas clássicas, mas bem ao diálogo com tais fontes". (apud GOODMAN, 1991, p. 22, tradução nossa).

Ditas fontes já não são consideradas como um conjunto imutável de sentenças, mas como interlocutores de tempos passados: "O objetivo principal do diálogo era persuadir a audiência acerca do argumentado, mais do que alcançar uma verdade única e imutável". Neste sentido, o modelo do novo método

transita desde a dialética escolástica até uma forma de retórica centrada no brilhantismo da exposição e da eloquência, o que levava a evitar o uso de terminologia técnica, frequente na universidade escolástica, e a abrir-se às experiências pessoais e aos sentimentos considerados como recursos para alcançar o objetivo. (MADRID, 2017, p. 522-523, tradução nossa).

Percebe-se também essa mudança epistemológica por meio do termo latino *litterae*, que tinha no século XV o significado de "aprendizado". Para os humanistas que cunharam o termo, essa aprendizagem foi interpretada por princípios literários e linguísticos, omitindo-se o estudo da natureza, dado que os humanistas acreditavam que a análise apropriada da humanidade era o homem. Havia, portanto, uma pretensão em especificar o termo "*litterae*" a segmentos específicos do conhecimento humano, o que reduzia a extensão da *Respublica litteraria*. Apesar disso, os filósofos naturais foram capazes de entrar nessa república, já existindo em meados do século XVI ligações entre o humanismo, a astronomia e a medicina, por exemplo (BURKE, 1999, p. 5; 11).

Com o período ilustrado, a ciência natural (da natureza) adquire valoroso *status* como ramo de conhecimento, resultando até em definições mais brandas quanto às diferenças entre a literatura e a ciência – como não faziam os humanistas renascentistas. Para Voltaire, por exemplo, o homem de letras era também um homem de ciência, pois ambos mantinham vínculos íntimos mediante interesses comuns e necessidades naturais (VOVELLE, 1995, p. 154). É com esta proposta que a *Respublica Litteraria* se expande para uma *Repúblique des Lettres* científica.

Todo esse extenso movimento aconteceu sobretudo através das cidades, ambiente que floresceu uma classe de instruídos muito diversificada, dispersa e pequena em número populacional, caso se compare a ambientes rurais, que configurava uma particularidade completamente oposta àquela que persistia nos centros universitários: a tendência em se manter nos claustros. O que explica, pelo menos em parte, porque surgiu na Itália do século XV as academias europeias: ali havia uma interrompida tradição do mundo pagão que se conservou na região antes mesmo da invenção da imprensa. Ou seja, já havia na Itália um público, normalmente urbano, de leitores e escritores laicos, dos quais os textos compartilhados continham, diferentemente do discurso escolástico, um bom número de elementos privados e

pessoais – um conteúdo baseado, acima de tudo, na consciência individual (MADRID, 2017, p. 525).

Com a aparição da imprensa em meados do século XV, aumentou a sensação vertiginosa da impossibilidade em conter o conhecimento consagrado nos livros impressos, pois passava a existir variados gêneros, argumentações e vernáculos, que se deslocavam de um espaço a outro, em uma quantidade que variava em dezenas a centenas de edições, em velocidade nunca vista. Parecia que o conhecimento estava mais vivo do que nunca. Todos – autores, leitores e expectadores – tornaram-se conscientes de que a obra imprensa escapou-lhes do controle. (MIERT, 2016; TOMÁS, 2010).

Essa república literária também se robusteceu por práticas antigas. As correspondências geraram uma confortável sensação de intimidade entre distantes, que, aliás, respondia ao *ethos* humanista de expressar a subjetividade e provocar amizades pessoais para além da coincidência intelectual (MADRID, 2017, p. 520-521). A inclinação epistolar

nos permite entender como, através da desintegração da unidade eclesiástica na Europa, se forma uma república do saber europeu [...] Se bem revisarmos os livros acadêmicos desde o século XVI até princípios do século XIX, se advertirá que, na grande maioria dos casos, começavam com uma ou duas cartas, seja entre um autor e outro escritor, ou bem a alguma autoridade (MADRID, 2017, p. 521, tradução nossa).

Outro elemento que precisa ser adicionado ao quadro de mudanças contribuidoras para o desenvolvimento dessas redes republicanas de saberes são aqueles produzidos pela formação e consolidação dos Estados nacionais. Remete-se à conjuntura em que os governantes absolutistas se atentaram à utilidade das universidades e das academias, dentre tantas outras práticas comunicativas educacionais, ao perceberem que, por meio do conhecimento científico e tecnológico desenvolvidos naqueles espaços de saber, poderiam beneficiar-se, tornando o Estado centralizado por um aparato burocrático mais eficiente e resolutivo, o que possibilitaria melhor governabilidade.

Era a conjuntura em que *República das Letras*, sob a regência das ideias iluministas setecentistas, garantira aos valores normativos republicanos do saber seu ápice de universalização do conhecimento, a partir de um número crescente de distintos espaços de sociabilidade. Tais expansões asseguraram força e visibilidade ao projeto de comunidade intelectual internacional, na condição de contraponto às suas longas e antigas tradições, existentes desde os finais da Idade Média (GRAFTON, 2009, p. 11; 18).

Durante os reinados de Carlos III e Carlos IV, o Estado espanhol reproduziu o raciocínio estatal do período mediante a intenção de identificar e promover as melhores ideias associadas

ao ideário racionalista ilustrado, que mais tarde seriam aproveitadas para objetivos econômicos e políticos. Essa reforma da Ilustração manifestou-se entre grupos de pensadores que trabalharam dentro dos limites da estrutura política, econômica e social existentes para reforçálas através de uma modificação parcial. Tais patrocínios — estatais e privados feitos pelas aristocracias —, asseguraram a presença efetiva da Ilustração em todo o reino espanhol pelas categorias do "absolutismo ilustrado" e "despotismo ilustrado".

A certeza de ter existido práticas ilustradas no reino espanhol deriva do abandono às considerações restritas de Iluminismo, que tendem "a reduzir a um grupo específico de doutrinas identificáveis e ao pequeno grupo de pensadores que as propagaram", pois, afastaram as teorias e aspirações que davam uma "aparência intelectual" egoísta às políticas ilustradas do Estado espanhol, em que a reforma ilustrada não é mais que "um novo modo de descrever antigos projetos guiados pela razão de Estado" (PAQUETTE, 2014, p. 77-78, tradução nossa).

O pensamento ilustrado moderado e hegemônico europeu compactou frequentemente com essa finalidade exploratória em prol da felicidade humana, dando assim um enorme impulso aos governantes absolutistas para reprogramarem seus métodos na conquista de interesses pela eliminação de qualquer obstáculo que impedia um ótimo funcionamento do sistema monárquico. Tal comportamento reformista dos governantes era interpretado pela maioria dos ilustrados como coerente, já que se via na monarquia a entidade institucional mais adequada para intervir sistematicamente na economia e na sociedade em geral.

A imprensa hispano-americana se desenvolveu durante o século XVIII precisamente através desse cenário reformista espanhol, portanto, como reflexo das manifestações ilustradas espanholas que teriam trazido o progresso em terras americanas. Um tal crescimento evidenciado em distintos âmbitos da sociedade americana, que, em alguns casos, originou-se de reformas "que eram demasiado difíceis de experimentar na Península, onde, entre outros obstáculos, as elites limitavam o raio de ação dos políticos", e converteram as colônias da América em laboratório para firmes esforços dirigidos pela Coroa (PAQUETTE, 2014, p. 89, tradução nossa). Como então sinaliza a receptiva política espanhola em criar periódicos no território americano, ao invés de autorizá-los no espaço metropolitano espanhol, principalmente, em receio por refletir os terríveis acontecimentos da Revolução Francesa na territorialmente próxima sociedade espanhola.

## **2.2** CRESCIMENTO NA AMÉRICA: O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS PERIÓDICOS SETECENTISTAS

O século XVIII é usualmente nomeado na História como o período de crescimento na América Hispânica, ou mesmo como uma fase de recuperação em relação a séculos anteriores nos setores demográficos, urbanísticos, econômicos e culturais. Na verdade, a interpretação de crescimento dada ao contexto histórico hispano-americano setecentista demonstra a pretensão de inserir a América na geoeconomia da época. Ao século XVIII, associa-se um período de prosperidade aparente, de formação de grandes riquezas, originadas pelo comércio internacional em expansão e por melhorias nas técnicas de produção.

Conjuntamente, o período remete ao avanço da ciência e à libertação do próprio homem, sobretudo das amarras associadas às instituições tradicionais do Antigo Regime. Enfim, como o intervalo histórico produtor de um contexto progressista que será materializado séculos depois, já que estes "crescimentos" seriam indícios de uma novidade pronta para explodir. Pela lógica, o desenvolvimento socioeconômico e cultural na América seria o complemento dessa economia global que se movimenta, mas, também, se concentra desigualmente, e que produz também trocas culturais.

Conforme mencionou-se, o momento de formação e manifestação do desenvolvimento setecentista hispano-americano ampara-se na ação das políticas governamentais da dinastia Bourbon na América, nomeada como a *Segunda Conquista da América* (LYNCH, 1976). Corresponde às medidas prática que se concentraram na segunda metade do século XVIII:

A partir de então, sob o reinado de Carlos III e Carlos IV, a quantidade e a intensidade das reformas além-mar aumentou. Testemunhos da época presenciaram a incursão em terras indígenas, assentamentos dispersos em periferias rurais que compreendiam desde a Patagônia até a moderna Columbia Britânica; e a recuperação militar da Flórida, Luisiana e da Costa de Mosquito. A Coroa também tentou renovar a Armada, melhorar e ampliar o exército e as milícias coloniais, modernizar as fortificações costeiras, modificar a educação universitária, aprovar um regime comercial mais flexível, potenciar a produção mineradora, fomentar a produção agrícola baseada nas exportações, e reduzir o controle dos bens eclesiásticos e patronatos. (PAQUETTE, 2014, p. 74, tradução nossa).

Se pôr em comparação os esforços em administrar a América por dinastias espanholas anteriores, realmente houve um esforço sistemático pelo reformismo bourbônico em melhorar a administração. Para isso, "remodelaram o governo imperial, centralizaram o mecanismo de controle e modernizaram a burocracia. Criaram-se funcionários novos, os intendentes. Tentaram-se novos métodos de governo" (LYNCH, 2001, p. 25), empenhados por "erigir um

Estado-Nação unificado, subordinado à monarquia e capaz de insuflar um novo espírito patriótico" (PAQUETTE, 2014, p. 73, tradução nossa).

Seja por consequência dessas intenções, ou simplesmente por coincidência, a América espanhola experimentou esse notável crescimento em diferentes segmentos da vida colonial entre as vantagens e os rompimentos de equilíbrio. As reformas provocaram uma "aversão difusa e que instigaram a resistência, em especial nas comunidades ameríndias. Houve mais de cem levantes significativos nas comunidades indígenas da América espanhola entre 1720 e 1790". Os crioulos também colaboraram nessas revoltas, "principalmente porque sua participação na política se viu reduzida drasticamente". (PAQUETTE, 2014, p. 90-91, tradução nossa).

No entanto, parece inegável que existiram grandes oportunidades:

as elites crioulas participavam ativamente nos assuntos cívicos e aproveitaram das novas oportunidades favorecidas pelas reformas políticas e econômicas. A vida intelectual florescia graças a vigorosa reforma universitária. Criaram-se vias novas para os intercâmbios literários, puseram-se em marcha expedições científicas e enriqueceram as artes visuais e a arquitetura (PAQUETTE, 2014, p. 91, tradução nossa).

Havia bastante de otimismo no reformismo ilustrado espanhol, e foi contagiante, na medida de que seus seguidores se caracterizaram como representantes das luzes, construtores das soluções viáveis, em oposição às trevas dos tempos anteriores. Porém, a sensação experimentada estava envolta por percepções que não resistiam a traços pessimistas, já que a esperança estava atenta aos perigos e desafios que condiziam a má condição humana. A imperfectibilidade do homem tornara nítida a dificuldade em "propagar a tolerância, conter o fanatismo religiosos e, de maneira distinta, melhorar a organização humana, a ordem e o estado geral da saúde [...]" (ISRAEL, 2013, p. 17).

Em contrapartida, o otimismo se sustentava sobretudo na história, em razão de depararse com evidências de que a razão humana progredia, encontrando-se os indivíduos menos ignorantes, bárbaros e ferozes que nossos antepassados. Havia, portanto, menor resistência à ignorância e à superstição, enfim, a priorização da razão. Por maior que fossem as dúvidas sentidas acerca do futuro, os modernos homens instruídos tinham a certeza de que eles próprios já viviam no que designavam *siècle de lumiéres* ou Iluminismo, em que toda a Idade Moderna era incontestavelmente superior a qualquer outro período no passado (HAMPSON, 1973).

Muitos pensadores ilustrados pensavam dessa maneira, como Voltaire, barão d'Holbach e Immanuel Kant (ISRAEL, 2013). Entendia-se que a razão promovia o progresso quando

transformada em práticas de sociabilidade educacionais. Mesmo com incertezas, para os ilustrados valia a pena persistirem na instrução, uma vez que, em algum momento, bem aprendias promoveria mudanças paradisíacas. Não havia equívocos: certamente, a ciência – como manifestação da razão – asseguraria o progresso a toda sociedade e a toda pátria que abarcar essa sociedade.

Nesse sentido, a percepção de crescimento econômico, mercantil e urbanístico setecentista originou-se nas referências formuladas pelos próprios viventes durante o século XVIII. Em uma imagem progressista de si, representavam o momento como de abertura para expectativas confiantes no tempo presente e futuro. E, de fato, esses discursos foram necessários. Entre a comunhão de urgências "reais" de logística e da propaganda estatais, a defesa pela prosperidade afastaria a instalação de governos republicanos, tão temidos após a Revolução Francesa, ou impediria o intenso comércio entre colônias americanas e potências europeias intrusas. Na situação América-Espanha, a pauta pelo crescimento ordenado poderia distanciar e controlar qualquer ameaça de mudanças significativas na estrutura colonial e, ao mesmo tempo, atraía o interesse de americanos e espanhóis ao propor o aperfeiçoamento desta mesma estrutura colonial.

Não obstante, a esperança no presente experimentada pelo cenário cultural-científico americano lidou definitivamente com circunstâncias particulares. Embora o otimismo iluminista tenha encorajado a sociedade hispano-americana em buscar novas matérias-primas, incentivar o desenvolvimento através de inovações técnicas para a indústria e a agricultura, tal como estimular o controle de endemias e as melhorias na infraestrutura, persistiam as adversidades ao serem indagados dentro de um ambiente tutelado e dependente da metrópole espanhola, afastado dos grandes centros de produção localizados na Europa.

Por causa disso, abordar a criação do jornalismo hispano-americano setecentista tornouse necessariamente contar a sua história alicerçado pela listagem de *fatores de dependência*, para demonstrar as conjecturas que dificultaram o desenvolvimento da imprensa. Assim, para que fosse possível existir, a imprensa dependia tanto da energia quanto do talento de um editor ou equipe que praticavam um trabalho insuficientemente profissionalizado e pouco ou nada remunerado.

Quanto às condições materiais, a maquinaria restrita e de baixo rendimento muitas vezes trabalhava vários dias para preparar um único número, e o custo do papel correspondeu a outro obstáculo para o periodismo colonial, pois era caro e subordinado aos trâmites do comércio externo para a sua obtenção. O periodismo necessitava também da presença de uma população relativamente densa com um setor dotado de nível de instrução suficientemente

elevado para prover massa crítica aos leitores. Reunir todos esses fatores exigia obrigatoriamente de os periodistas estarem em grandes centros econômicos, políticos e culturais, posto que somente tais centros reuniram a conjuntura propícia à existência da imprensa periódica.

Por certo, teria sido improvável a produção e o consumo dos periódicos em território americano caso não existissem periódicos instalados e regulamentados na metrópole espanhola. Em Madri, durante o reinado de Carlos III se incorpora a gazeta à Coroa – feito que se repete na Hispano-América –, adquirindo deste modo um aspecto totalmente oficial. Desde o primeiro momento

aparece no periódico o sentido propagandístico e publicitário, ao que se une, no momento de guerra, o político. Em tempos de paz, as páginas da imprensa têm como motivo fundamental a atividade cotidiana, o didatismo e a comunicação dos avanços técnicos e científicos (PÉREZ DE TUDELA, 1980, p. 168, tradução nossa).

No momento que a imprensa se tornava mais um instrumento de governabilidade, no reinado seguinte de Carlos IV, novas leis foram promulgadas, dotando a imprensa de regras mais claras de como atuar e os limites que não poderia ultrapassar². Esses regulamentos valiam também para as colônias além-mar e de maneira semelhante deram sustentação e estímulo à multiplicação dos impressos periódicos na América espanhola. Sustentação essa que não se limitava às leis, mas também ao próprio conteúdo, dado que o início do jornalismo hispano-americano nas primeiras décadas do século XVIII foi realizado principalmente através das matérias copiadas dos periódicos espanhóis. Num período ainda de pouco reconhecimento dos impressos como instrumento de aprendizagem e com um reduzido grupo de indivíduos envolvidos em sua escrita.

É verdade que tais periódicos eram escritos por uma elite heterogênea e que manifestava opiniões diversas, capazes de serem distintas daquelas interessantes ao Estado. De qualquer maneira, pouco se conhece da história do periodismo na Europa e na América durante o século XVIII sem o apoio ou regulamentação estatal sobre os impressos. Fora desse ambiente oficial, a confirmação da existência de produções clandestinas de jornais se faz bastante difícil, o que demonstra como a censura existia e não foi leviana.

A história dos periódicos americanos se inicia como instrumento informativo do Estado desde a chegada dos espanhóis nas terras americanas, por causa do trabalho efetuado por

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Carlos IV. *Novísima Recopilación de Leyes de España*. Tomo III. Madri: Gabinete Jurídico del Boletín Oficial del Estado, 1993.

cronistas na Conquista. Ao mesclar o literário com o histórico – considerado a base do periodismo –, as crônicas comunicavam e davam a conhecer alguns fatos, supérfluos ou essenciais, à toda a comunidade, como para toda a nação diretamente implicada ou interessada no que se narrava. Os relatos dos cronistas tornaram-se uma tradição longeva no apontamento e na comunicação de dados entre a América e a Europa. (PÉREZ DE TUDELA, 1980).

Mas, efetivamente, a chegada das máquinas de impressão constitui o cenário propício para dar formato à história dos periódicos na América. A impressão nos séculos XVI e XVII se limitava, sobretudo, a *hojas volantes, simples boletines* ou *gacetillas*. Ainda que tais impressos possam ser considerados como precursores do jornalismo americano, careciam precisamente de qualquer periodicidade, além de nem sempre haver em seus planos registrar notícias de interesse local, repetindo, muitas vezes, publicações de papéis periódicos europeus (REVELLO, 1974, p. 160).

Era possível encontrar hojas, boletines ou gacetillas na capital da Nova Espanha ou na cidade de Lima. Em seu livro El libro, la imprenta y el periodismo en América durante la dominación española, José Torres Revello demonstra a tímida, mas longa tradição de impressões de livros na América. O pouco material informativo e a raridade que envolvia os impressos como as hojas volantes estimularam a preferência pela leitura de livros por pequenos grupos de consumidores. Devido às restrições que imperavam sobre a imprensa, os redatores dessas folhas soltas tinham que levar à mínima expressão as informações e comentários contidos nelas, reduzindo-se a serem simples gacetillas, condenadas sempre a perecer por calor público.

Enquanto isso, a maioria dos livros impressos eram obras de temáticas hagiográficas e de tratados apologéticos, sobretudo com funções catequéticas. Destaque também aos livros profanos, recorrentemente proibidos pela Inquisição, os chamados livros de cavalaria. Mesmo sendo gêneros que não tinham necessariamente qualquer vínculo com a história local ou regional, eram bastante populares e adorados pelo pequeno público leitor e seus ouvintes.

Era um contexto em que existiam poucas máquinas de impressão, todas oriundas da Europa, além do que, às vezes, vinham estrangeiros para manuseá-las em pequenas oficinas. Algumas ordens religiosas, como a jesuítica, tiveram autorização da Coroa Espanhola para imprimir textos de cunho educativo. De modo geral, foi limitado o controle laico sobre as máquinas de impressão, sendo raridade estarem em posse de hispano-americanos, aliás, era recorrente tais máquinas serem transladadas de região a região da América em busca de mercado de investimentos e compradores dos seus impressos. Inclusive, em virtude dessas

migrações é que terá início a prática de imprimir relatos, notícias ou ficções, em grande parte das cidadezinhas americanas (REVELLO, 1974).

Com o passar das décadas, o ofício foi sendo aprendido por nativos americanos, como também o maquinário foi se nacionalizando a partir dos reparos realizados por mãos americanas e de peças feitas na América. Durante esse processo transformador, revelou-se como a imprensa realmente correspondeu a um empreendimento citadino, realizado e concentrado nas grandes zonas urbanas americanas.

Assim, aos poucos, os primeiros periódicos foram oficializados em ritmo constante, a partir de 1722, começando pelas primeiras gazetas mexicanas e depois, sendo publicada em Lima a edição americana da *Gaceta de Madrid*. Por seu papel percursor, a *Gaceta de México y Noticias de Nueva España* (de 1722) foi um dos mais importantes periódicos americanos. Publicada pelo doutor don Juan Ignacio Castorena Ursúa y Goyeneche, suas notícias eram divididas por regiões e havia informações sobre festividades, personagens e sucessos de guerras ou dominações (SALDAÑA, 1995).

Encerrado pela censura após seis edições, o trabalho de Juan Ignacio abriu caminho para o jornalismo na América Hispânica. Seis anos depois surgiu mais um periódico, o *Mercurio de México*, fechado após dois anos de atividade. Depois deles, aparece a *Gaceta de Guatemala* (de 1729 a 1731) e em 1744 desponta a *Gaceta de Lima*, reaparecendo em 1743 (até 1767) e, novamente, em 1793. Um dos periódicos mais decisivos e influentes nesta etapa de iniciação da imprensa periódica hispano-americana foi o *Diario Literario* (de 1768), publicado por José A. Alzate. Sua curta duração – três meses – não deixou de influenciar a publicação de outros periódicos, como o *Mercurio Volante* (outra criação do amigo de Alzate, Ignacio Bartolache) e, anos depois, em 1786, a *Gaceta de Literatura*, com envolvimento de José Alzate. (SALDAÑA, 1995).

Nos anos de 1790, o *boom* dos impressos nas principais capitais dos vice-reinados americanos já se fazia visível e comunicável entre os principais envolvidos na realização desses periódicos. Minimamente autônomos, os editores elegiam os artigos publicados, em recorrência escritos pelo próprio público – ou se passando como público –, com um conteúdo associado aos interesses locais, regionais e pautas globais, expostos através de temáticas variadas, e prioridade para informações científicas e técnicas. Mantiveram-se as informações administrativas e as disposições reais, presentes fortemente nas décadas de 1740 até 1770, mas progressivamente fez-se menos regulares (POUPENEY-HART, 2010a, p. 16). As Ordens Reais reproduzidas pelos periódicos hispano-americanos muitas vezes representaram a única maneira dos residentes da América que não participassem da dinâmica administrativa colonial a conhecer

as decisões do monarca espanhol. Essas tais Ordens eram impostas aos editores dos papéis periódicos para serem publicadas por intermédio dos vice-reis, como pode ser visto na *Figura 1*, abaixo:

**Figura 1** – "Real Ordem" no *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá*, imposto pelo rei da Espanha

## NOTICIAS PARTICULARES. REAL ORDEN:

Exmo, Señor: El Rey ha resuelto, que se pongan prensas en todas las Aduanas de los Puertos habilitados de esta Peninsula, para que el que quiera llevar sus géneros, y prensarlos en ellas con presencia del sugeto ó vista que destine el Administrador lo execute, y cerrados y sellados los fardos, caxones, ó barríles en las mismas Aduanas, queden libres de registro en esos Dominios; no siendo estensiva esta gracia, á los que quieran prensar fuera de ella, pues aunque estarán en libertad de executarlo, quedarán precisamente sugetos al registro que debe hacetse en las Aduanas. Y que para evitar perjuicios al Comércio se advierta á los Administradores de dichos Puertos habilitados que con ningun motivo ni pretexto causen dilaciones en el despacho, y á los de esos Dominios de America que todo lo que vaya marcado y sellado por la Aduana se entregue sin registro á los dueños ó consignatários, no habiendo sospecha fundada de haberse abierto. Lo participo á U. E. de orden de S. M. que me ha comunicado el Exmo. Sr. D. Pedro de Leréna para que disponga su cumplimiento en las Aduanas del distrito de su mando. Dios guarde á U. E. muchos años. Madrid veinte de Diciembre de 1790. E Diego de Gardoqui.— Señor Virrey de Santafé.

Fonte: Biblioteca Virtual Luís Ángel Arango.

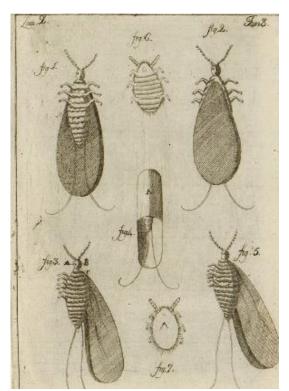
Quanto ao formato dos periódicos, após o decreto de 1785 predominou a publicação exata de quatro ou oito folhas por edição, sendo escassos os elementos iconográficos, dentre os quais nota-se raras ilustrações, que se resumiam a quadros estatísticos (sobretudo meteorológicos, como exposto na *Figura 2*, a seguir) e desenhos (cf. *Figura 3*) que até ocupavam uma página inteira, semelhante à exposição de um inseto que assolava os solos americanos, reproduzido pela gazeta mexicana:

**Figura 2** – Exemplo da meteorologia presente no *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá* 

El 30 de Luna meng. hasta las 6 y 51 minutos de la mañ. y creciente en lo sucecivo. Sale à las 6 y 3 minutos de la mañ. Se pone à las 6 y 15 minutos de la tarde Su latitud, es de 5 grs. ningun min. austral. Declina al Norre 17 grs-57 min dista del Zenit de Santafé 13 grs. y 22 min. Y está en los 12 grs. Cancer. Sale el Sol à las 5 horas 52 min. 21 segundos de la mañ. Se pone à las 6 horas 7 minutos 48 segundos de la tarde. Tiene el dia 12 horas 15 min. y 36 segundos. La noche 11 horas 44 minutos 4 segundos. El Sol declina al Norte 23 grados 9 minutos, dista del Zenit de Santafé 17 grados 34 minutos. Y está en los 9 grs. y 40 minutos de Cancer-

Fonte: Biblioteca Virtual Luís Ángel Arango.

**Figura 3** – Uma das poucas imagens encontradas no periódico *Gaceta de Literatura de México* 



Fonte: Biblioteca Digital da Universidad Autónoma de Nuevo León.

As publicações ocorriam regularmente uma vez por semana, quando não ultrapassavam mais de uma edição na semana, sendo comum ocorrer aos domingos. Organizados em seções, se dividiam pela publicação de notícias e artigos científicos, variando o espaço ocupado por cada categoria informativa conforme o periódico. Dentre os periódicos existia uma aparente

distinção entre as gazetas e os papeis periódicos: no primeiro modelo, o impresso é mais antigo, sendo visível a inspiração nas publicações oficiais peninsulares e a pretensão de comunicar informações práticas de ordem comercial e administrativa. (POUPENEY-HART, 2010a, p. 19).

Já nos papéis periódicos, predominava a publicação de textos científicos orientados por uma abordagem reformista nos campos da educação, saúde, cultura e economia. Também são encontradas traduções de textos científicos europeus ou mesmo produções de textos próprios influenciados pelas tendências europeias. Os textos técnicos abordavam temas variados: enfermidades (causas, diagnósticos e tratamentos), técnicas agrícolas (o combate a praga e inundações ou sobre o desgaste dos solos), educação (reformas na didática e no conteúdo de ensino) etc.

Existia também o apelo a textos de cunho filosófico em que se questionava o papel da razão, da ciência ou mesmo da sensibilidade patriótica. Inclusive, as artes foram priorizadas com publicações poéticas de autoria americana ou europeia. Em um dos poemas publicados no periódico de Bogotá, fazia-se a homenagem ao rei da Espanha, como Pai e Protetor da América:

### La America

¡O Carlos Augustino y Humano! ¿Conquéaccion espodré desde este día Mostrar mi gratitud y mi alegria Al verme tan horada por tu mano? Mi Padre yá, mas bienque Soberano, Te llamaré, y y eterna la voz mia Cantará de tu amor la bizarria Com teson siempre fiel y siempre ufano. Al Ser In menso pedir é incessante Que veas los hijos de tus hijos belos Reynando sobre tronos de diamante; Y que el tuyo tanbiená par de aquellos Le dé al Estado gloria mas triunte, Y à la Iglesia de Dios nuevos destellos.

Anônimo (sócio da Tertúlia "Eutropélica")<sup>3</sup>.

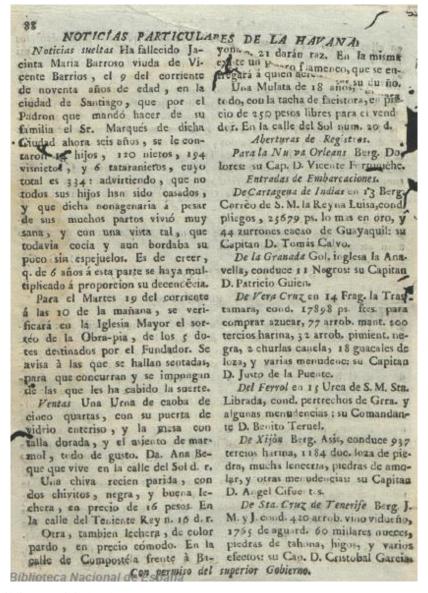
Nos papéis periódicos, os fatos históricos tinham um papel importante: se relatava a biografia das instituições ou das personalidades políticas e eclesiásticas locais, bem como havia o enfoque na história da colonização, via de regra através da exaltação das riquezas minerais e materiais dos povos aborígenes (que, de resto, justificavam o interesse do colonizador nas Américas). Ademais, havia os classificados de venda, de aluguel, de achados e perdidos, de embarcações e mercadorias aportadas (cf. Figura 4), as quais tinham boa reputação, não sendo

1793, p. 412.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. La América. Santafé de Bogotá, n. 104, 13 de agosto de

atípico ocuparem metade do espaço de toda a publicação periódica (hipoteticamente, por razões pecuniárias).

**Figura 4** – Anúncios de venda, notícias soltas e chegada de embarcações dentre as "Notícias Particulares" do *Papel Periódico de la Havana* 



Fonte: Biblioteca Digital Cubana.

Dentre as notícias informadas nesta edição do papel periódico *habanero*, estavam o falecimento de uma senhora viúva e o acontecimento do sorteio de caridade na Igreja Maior da cidade. Quanto à seção de vendas, priorizou-se a venda de escravas e, por último, a informação dos navios que atracaram no porto da Havana.

Mas o destaque principal da edição periódica era dado aos artigos científicos, logo no

início da publicação. Exatamente conforme fez o autor do periódico de Bogotá na sua primeira edição (cf. *Figura 5*), ao realçar que todas as ações dos homens deveriam ser ditadas pela razão, em prol da utilidade comum:

**Figura 5** – Primeira página do número inaugural do *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá* 

# Papel periódico de la Ciudad de Santalé de Bogota. Miercoles 9 de Febréro 1791. Communis utilitas societaris maximum est vinculum. Livius dec. 4 lib. 6. PRELIMINAR.

A pocas reflexiones que haga el hombre sobre si a ismo, conocera, que este predicado de racional lecobliga à vivir segun la sazon. El verá que todas sus acciones deben sen ilustracias y dirigidas por é e rayo relestial comque há sido ennoblecida su naturaleza. Y viendose colocado en medio de los de su estécie, no podra noenos de concebir à cenca de su persona una obligación muy propia de la dispidad, de su sen. La utilidad común sera el primer objeto, que dosde luego se pondra ante sus ójos. Este reciproto enláce, que forma la felicidad del Universo, hará en su animo una sensation, que no podrá mirar con indiferencia. A mucho más quanto considerandose un Republicano como los ótros, vé que la definición de este nombre le constituye en el honroso empeño de contribuír al bien de la causa pública.

He aqui el motivo principal y originário de los papeles peiódicos. La invencion de ésta espécie de escritos fue ran feliz, y can aplandida de los hombres de buen gusto, que prontamente se adoptó con general aprobación de todas las Cottes y Ciudades mas anhas de la Europa. De uno en ótro dia se ha ido propagando báxo de diferentes aspectos s pero sin perder el primario de la milidad comun, causa unica de su existencia Los Mercunios, Efemerides, Gazetas ademas eservisos de esta clase, parece haber sido derivados dos Dia-

Fonte: Biblioteca Virtual Luís Ángel Arango.

Ainda que essas características específicas estivessem presentes nos papéis periódicos, tais nomenclaturas (gazeta e papel periódico) não são tão confiáveis para se definir esses impressos, visto que foi comum à época compartilharem o emprego dos termos como

sinônimos: a *Gaceta de Literatura de México*, por exemplo, preferiu expor conteúdo científico. Independente do nome, gazeta ou papel periódico, a crença otimista que permitiu com que fossem reivindicados como instrumento eficiente de comunicação não conteve a desconfiança a tecnologia de reprodução mecânica e massiva de textos pelo governo espanhol. Nesse sentido, precisou-se muito da benevolência das autoridades políticas para a concessão de licenças práticas de impressão na colônia – as quais poderiam ser revogadas a qualquer momento (POUPENEY-HART, 2010b).

Viu-se como essas concessões aconteceram porque conseguiam sintetizar a ambição da Coroa Espanhola, que necessitava ampliar sua esfera de influência no novo continente (a partir das principais capitais do Reino), mas, no outro segmento, havia também os colonos americanos, que acolheram realmente a proposta de implementação desses impressos. Através dos periódicos – e não apenas por eles –, os colonos se propuseram a assumir cada vez mais a responsabilidade de buscar alternativas (científicas) para atuar nos seus espaços de vivência. Tal atitude representou um audacioso projeto de desenvolver-se a *República das Letras* na América. O objetivo do próximo capítulo é conhecer esse plano.

# 3 REPÚBLICA DAS LETRAS À MODA AMERICANA

# 3.1 O PROJETO DE REPÚBLICA DO SABER

Esmiuçar o sentido que os americanos deram à *República das Letras* seria uma tarefa mais fácil caso seus apoiadores fossem mais veementes em sua defesa. Vasculhando com muita atenção, a palavra está presente no vocabulário dos periódicos setecentistas entre os nomes *República de las Letras*, *Orbe Literário* ou *República Literária*; sinônimos que pressupõe um mesmo espaço. Provavelmente, a ausência de discursos prolongados e detalhados de definição e defesa da *República das Letras* nos periódicos da época se deve à promessa aos leitores de proporcionar uma escrita mais agradável:

[Os jornais eram] dirigidos à instrução e ao ensino de todos os tipos de pessoas, proporcionando a todos em virtude de sua agradável concisão, clareza e pureza de estilo um método fácil, suave e nada tedioso; não há necessidade de parar para provar sua utilidade desde que seus assuntos e explicações correspondam às regras que, para o efeito, são prescritas pela retórica<sup>4</sup>.

A comunicação através dos periódicos deveria acontecer por meio de uma linguagem rápida e atraente, evitando ao máximo longas explicações, como possivelmente demandaria ao se elucidar a *República das Letras*. No entanto, parece ser insuficiente o argumento: construir uma sensação prazerosa de leitura não eliminou debates densos nos periódicos. Os redatores, ao se nomearem ilustrados, embutiram no próprio discurso escrito discussões científicas e filosóficas complexas em apenas três folhas.

Como a profundidade e a riqueza do conteúdo era desmedida, não foi incomum aprofundarem o mesmo tema em mais de uma edição de periódicos, de três em três páginas. Havia um limite de páginas por cada edição, daí os prosseguimentos de um mesmo conteúdo; tampouco era atípico que os próprios redatores apontassem cortes nas exposições dos textos para continuar atraindo a atenção do leitor e permitir-lhes ter acesso a outros conteúdos nas edições seguintes.

A certeza de quem seria o público que poderia ler e dialogar com os periódicos parece ser a hipótese mais sólida para esta questão, ou seja, esses leitores teriam intimidade com o termo. Os leitores assíduos eram poucos, a ponto de recorrentes redatores pedirem nas suas

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Semanario Critico. Prospecto del nuevo papel periódico intitulado Semanario Critico. Lima. 1791, p. 1, tradução nossa.

introduções semanais o incentivo financeiro (na compra dos impressos) e participativo na escrita dos periódicos, enviando cartas e sugestões.

Chamados pelos redatores como homens de bom gosto e ilustrados, os consumidores se resumiam a uma pequena elite, seja ela econômica e/ou intelectual, porém, bastante heterogênea. Inclusive, os redatores dos periódicos tentaram estimular o público feminino letrado a consumirem suas produções. Isto é, havia uma noção de que se comunicavam com um grupo seletivo, escolarizado e, portanto, acostumado ao vocabulário erudito da época, o qual entendia a *República das Letras* como um ideal normativo regulador da vida intelectual. Não existia motivo para explicar uma terminologia a entendedores do assunto.

Numa carta enviada à *Gaceta de Literatura de México*, um tal don Silvestre Becuna – que já havia participado de uma edição anterior do periódico pedindo aos médicos americanos que escrevessem em bom castelhano as receitas médicas<sup>5</sup> –, apresenta ao público um "famoso ladrão da República das Letras" que passou a conhecê-lo por uma obra recém-comprada por ele, afirmando que "lê-lo havia lhe roubado honra, tempo e dinheiro"<sup>6</sup>.

Becuna intitula a obra lida como *Nuevo Sistema de Gobierno Econômico para la América por el Señor José del Campillo y Cosio* e informa que foi impresso em Madri no ano de 1789 – logo, Becuna comprou o livro uns quatro a cinco anos após a primeira edição publicada. Ele explica que não sabe o nome do tal ladrão e que o trapaceiro escreve sobre as ideias de Campillo y Cosio. Ademais, afirma-se espantado como a obra tem feito "até hoje [1794] a boa opinião acreditada de tantas pessoas dignas da república literária", enumerando os equívocos, anacronismos e esquecimentos presentes no texto. Por essa razão, lhe parecia "que a equidade, a razão e a justiça exigem que se evite o risco iminente de que muitos gastem muito dinheiro lendo e comprando um livro tão imperfeito".

Enfático na causa, Becuna considera a obra que critica um ultraje às pessoas reconhecidas, merecedoras e de boa opinião que compõem a república literária, pois o autor anônimo desprestigia a reputação do espaço literário. A usualidade no emprego do termo literário verifica-se por todo discurso defendido por don Silvestre Becuna, respaldado na certeza dele de existir um espaço específico de comunicação, dedicado exclusivamente às letras, que conviveriam ele e o público que lia a sua denúncia – passível de alcançar mais pessoas interessadas no conteúdo graças aos comentários desses leitores.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, tomo III, 9 de agosto de 1794, p. 314-319.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, tomo III, 9 de agosto de 1794, p. 365, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Ibidem, p. 367, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Ibidem.

Participante da república literária, os periódicos seriam a ponte de conexão entre essas pessoas ávidas por conhecimento. Nesses impressos, reconhecia-se o quão entusiasmados estavam os editores e autores dos periódicos diante da possibilidade de cumprirem tal função:

Que delícia tem sido para a sociedade ver que nas principais cidades da América se estabelecia uma escrita pública através da qual se ilustram mutuamente os países; que estreitar mais a comunicação dos homens; que circular com recíproco interesses um monte de notícias úteis; e, finalmente, vê-se imediatamente derramar-se a luz sobre o vasto terreno que em outro tempo foi invadido pela escuridão!"9.

A nova "escrita pública" que se estabelecia nas cidades americanas, que o trecho do artigo do periódico de Santafé de Bogotá noticia, era a criação de um novo periódico em Quito (o *Primicias de la Cultura de Quito*), no entanto, contou-se esse fato, reproduzindo uma publicação do periódico limenho, *Mercurio Peruano*.

Conectar curiosos de variados territórios tornou-se mesmo realidade, permitindo assim modificar um cenário literário recentemente enfrentado pelos hispano-americanos, em que "até um ano atrás", escreveu o *Mercurio Peruano*, "a América não contribuía à curiosidade dos homens, no máximo com poucos folhetos vindos do México", até então, "todo o resto deste vastíssimo continente representava um personagem meramente passivo naquela parte da *República da Letras* que ocupam os papéis periódicos"<sup>10</sup>.

Para então se deslocarem desse estágio "meramente passivo", os impressos dos principais centros culturais da Hispano-América se diziam absolutamente inspirados na produção científica ilustrada europeia, como, a propósito, teria seguido "a cidade de Lima, Capital do Reino Peruano, que em todas as Artes e Ciências conseguiu imitar o conhecimento útil, a fineza e a delicadeza das demais Nações"<sup>11</sup> europeias, na opinião de Juan Olavarrieta, autor principal do *Semanario Critico*, escrito em Lima. E como seria diferente, e não serem os europeus imitados? As populações americanas dominadas foram submetidas ao eurocentrismo como a maneira hegemônica de conhecer, tornando os métodos europeus unicamente legítimos à formulação do conhecimento.

Por serem os europeus apontados como um bem-sucedido modelo, o jornalismo americano deveria imitá-los na sua erudição, instituições e mecanismos. Mas alcançar esse objetivo não lhes parecia simples. Embora os hispano-americanos estivessem a conhecer "as

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Noticia de un papel periódico establecido en la Ciudad de Quito. Santafé de Bogotá, n. 43, 9 de dezembro de 1791, p. 354-355, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> *Mercurio Peruano*. Noticia de un nuevo periódico en Santafé de Bogotá. Lima, tomo I, n. 34, 28 de abril de 1791, p. 306, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Semanario Critico. Prospecto del nuevo papel periódico intitulado Semanario Critico. Lima, 1971, p. 2, tradução nossa.

vantagens de uma sociedade bem ordenada e desejar o prazer das conveniências usufruídas pelos povos mais instruídos"<sup>12</sup>, através das formulações da escrita impressa existia a constatação do descompasso americano quanto ao ideal modelo europeu.

Eugenio Espejo, o principal editor do Primicias de la Cultura de Quito, confessou ainda estarem

muito atrasados no conhecimento que prepara os materiais, que ilustram as ideias, excitam o gosto e elevam os ânimos ao entusiasmo de enobrecer a Pátria com nossas luzes, com nosso trabalho e esses estabelecimentos úteis à sociedade, sempre glorioso para a humanidade<sup>13</sup>.

Essa condição de atraso no cenário científico-artístico cultural americano concedeu ao exercício literato praticado pelos periódicos setecentistas o formato inaugural, em comparação ao intenso e concentrado espaço científico europeu. Era incontestável entre os redatores dos periódicos o quão distante eles estavam desse cenário europeu.

Na verdade, os europeus souberam se identificar como "a sociedade educada de homens e mulheres", em destaque os franceses, que enxergavam sua cultura como a melhor do mundo, na medida em que seria a nação mais sociável e polida, onde se atingira o ponto de maior elevação à qual a civilização já havia alcançado (GOODMAN, 1996, p. 3-4). Cabia agora aos hispano-americanos lutarem por esse propósito.

Para isso, os periódicos americanos propuseram a exposição irrestrita da *literatura*, que fornecia as diretrizes ao espaço republicano de saber. A *Gaceta de Literatura de México* caracteriza *literatura* no momento em que se direcionou ao público para esclarecer quais seriam as publicações presentes na gazeta:

Por meio dele [do periódico], tentei expor as memórias e dissertações sobre comércio e navegação, seja no extrato, na cópia ou na tradução do que é útil; o progresso das artes não será objeto menos apreciável para o qual minhas ideias são direcionadas; a história natural, que tantos presságios fez presentes em nossa América, será um dos objetos da predileção<sup>14</sup>.

E prosseguia:

<sup>12</sup> Papel Periódico de la Havana. Consideraciones sobre La Havana. Havana, n. 41, 2 de maio de 1792, p. 162, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Primicias de la Cultura De Quito. Instruccion Previa sobre el Papel Periodico, intitulado Primicias de la Cultura de Quito. Cidade de Quito. 1791, p. 2, tradução minha.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Gaceta de Literatura de México. Prólogo del autor. Cidade do México, tomo I, 15 de janeiro de 1788, p. 2-3, tradução nossa.

A vida e os eventos dos homens que ilustraram nossa nação hispano-americana devem permanecer em silêncio? De maneira alguma". Nem mesmo a gazeta omitiria "as descobertas que foram verificadas na Europa, bem como nas experimentais Física, Matemática, Medicina, Química e Agricultura? Não também<sup>15</sup>.

Segundo as explicações da gazeta mexicana, a *literatura* abarcaria inúmeros segmentos, conforme atualmente denomina-se por Ciências e Filosofia. O que significaria expor temas distintos relacionados ao homem, propondo, assim, discussões desde a liberdade humana, a variação das espécies de aves ou mesmo a escrita poética. No século XVIII o termo *literatura* não era reservado a princípios gramaticais, retóricos e poéticos, da maneira que se tende a associá-la à palavra *letras*.

Ao esclarecer seu conteúdo, a *Gaceta de Literatura* definia tanto os interesses próprios vinculados especificamente a sua comunidade intelectual novo-hispana, assim como existe uma lista de tópicos amplos (comércio, navegação, agricultura, dentre outros) ligados às matérias científicas, todas elas de relevância global. Do particular ao geral, os periódicos americanos ilustrados asseguraram a exibição de uma vasta "literatura", permitindo-os, deste modo, se inserirem nesta República ainda tão afastada.

Existia a crença de que, ao informar a *literatura*, estimular-se-ia a instrução racional, sobretudo na promoção das ciências experimentais. Os periódicos americanos, ao propor reunir pessoas "interessadas em letras" que "cultivam conhecimento" ou o "conhecimento em si" e suas produções, queriam aglomerar indivíduos que acreditavam no papel de aprendizagem do conhecimento.

Há claramente nos periódicos a pretensão de entreter seus leitores na exposição dos conteúdos, no entanto, a ideia maior que envolvia a funcionalidade daquelas impressões era que o público pudesse utilizar o conteúdo que ali existia. Conhecer seu próprio espaço os concederia decisões mais racionais na maneira de lidar com a produção econômica, a infraestrutura, a higiene, a educação etc. Reconhecia-se, portanto, a necessidade em amadurecer para que se pudesse realmente beneficiar-se da razão científica.

A crença na aprendizagem mantinha-se nos periódicos especificamente analisados, cada um à sua maneira. Não é incomum encontrar dentre suas orientações sugestões de como educar os filhos, tendo assim opinado o periódico *habanero*:

Deve vossa mercê formar em seu filho um julgamento reflexivo sobre a necessidade de bons costumes, de maneira que, sem prejudicar a vivacidade de sua imaginação, facilite o discernimento e a escolha dos verdadeiros princípios das coisas, e, ao

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Gaceta de Literatura de México. Prólogo del autor. Cidade do México, tomo I, 15 de janeiro de 1788, p. 2-3, tradução nossa.

encadeá-los em uma ordem que os torne mais brilhantes, pareça que eles são mais sólidos<sup>16</sup>.

Mas, se havia um debate compartilhado entre os seis periódicos americanos, era o da educação moral. Dentre os ensinamentos ilustrados enfatizados, estava a sensibilidade, a racionalidade, o patriotismo e a caridade e, por isso, eles se preocuparam desde o aprendizado dos pequenos até a formação adulta.

Enquanto isso, reformas educacionais adequariam a formação de mestres e pensadores. Críticas eram feitas à repreensão que se fazia à filosofia moderna, feitas por "alguns peripatéticos [que] espalharam contra a filosofia moderna, representando-a, no máximo, como uma filosofia de pura diversão"<sup>17</sup>. Ao passo que a *Gaceta de Literatura de México* ironizava a obsessão da escolástica pela figura de Aristóteles:

Descartes, Newton e todos os seus apoiadores [...], que todos esses atrevidos modernos sejam multados com punições pecuniárias pela imprudência de denunciar as opiniões estabelecidas do mencionado Senhor Aristóteles, permanecendo sempre a nós a faculdade de burlarmos seus descobrimentos e de suas máquinas desconhecidas da venerável antiguidade<sup>18</sup>.

Para outros, sobretudo aqueles próximos a espaços universitários, o caminho era o meiotermo, uma espécie de convívio pacífico entre as "duas teorias", apesar das acentuadas inclinações ao estudo de autores da Antiguidade<sup>19</sup>.

A educação se voltou também para hábitos mais higiênicos, seja com o próprio corpo ou através da limpeza, desinfecção e conservação de espaços urbanos (sobretudo o cuidado com o ar e as águas). Assim, uma matéria "discute longamente a utilidade dos banhos, propícios à limpeza, muito mais com relação à saúde"<sup>20</sup>, enquanto outra alerta para o fato de que os "abusos e excessos podem ser fatais em toda a série da vida, e a robustez não é exceção da lei geral, pela qual nos aniquilamos insensivelmente"<sup>21</sup>.

Na tentativa de sempre harmonizar a relação entre o homem e o ambiente urbano, os periódicos americanos ilustrados sugeriam melhorias no funcionamento e estruturação desses

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Papel Periódico de la Havana. Carta en que se prescriben algunas reglas de educación. Havana, n. 15, 19 de fevereiro de 1792, p. 60, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Gaceta de Literatura de México. Apéndice. Cidade do México, 26 de julho de 1791, p. 238, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Gaceta de Literatura de México. Memorial ajustado. Cidade do México, tomo II, 30 de novembro de 1790, p. 68, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> *Mercurio Peruano*. Proyectos Literarios. Lima, 17 de novembro de 1791, p. 196-199.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Gaceta de Literatura de México. Extracto de una memoria sobre el mejor uso de los baños, presentada por el conde Milly a la Real Academia de las Ciencias de Paris. Cidade do México, tomo II, 5 de novembro de 1790, p. 25, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Gaceta de Literatura de México. Advertencia que hace Mr. Daubenton a las personas robustas. Cidade do México, tomo II, 2 de novembro de 1790, p. 60, tradução nossa.

espaços (projetos de infraestrutura), de modo a convencer acerca da "necesidad de la iluminación" nas ruas da cidade de Santafé de Bogotá<sup>22</sup>.

Estimulou-se, também pelos periódicos, certas práticas de prevenção por meio de conselhos e desmistificações, como, por exemplo, enaltecendo "os benefícios da vacinação, cuja verdade todos falam e disputam, ansiosos por garantir a precisão", contando que "a primeira é que os mais vacinados não encontraram nenhum tipo de vacina contra varíola"<sup>23</sup>, como consta no *Papel Periódico de la Havana*.

Vale destacar a preferência desses periódicos em relatar descobrimentos que certificavam como a educação científica se renovava a passos largos na história, relatando, a título de exemplo, que

a enumeração dos quadrúpedes aumenta com o dia, o Sr. Zimmernan os classifica em relação ao clima. [...] O famoso Screiber continua a descrição dos quadrúpedes que têm seios, expondo-os bem. Gmelin publicou o primeiro volume de uma nova edição do sistema da natureza Linnaeus e descreveu 439 espécies de quadrúpedes<sup>24</sup>.

É curioso que algumas novidades que se costuma apontar como originárias da Europa são reivindicadas como já praticadas na América. Numa delas, se adverte

que os índios colocavam folhas de repolho [ou couve] sobre o solo das mudas, ou uma esteira, e, com isso, alcançam a realização de muitas técnicas científicas recentemente reconhecidas por tais na Europa; como é possível verificar muito ar mefítico e umidade suficiente entre a cobertura e o solo para que as sementes prosperem<sup>25</sup>.

Os inventos eram também voltados à produção econômica, verdade seja dita. A prioridade se deu na defesa de programas setoriais de desenvolvimento econômico, fomentando novas técnicas de produção, como prometeu o

Mestre Joseph Laos y Cabrera com uma máquina que ele inventou. Depois de passar a vida inteira treinando em vários ramos da Mecânica e se exercitando na fabricação de várias máquinas, as luzes adquiridas por um e outro meio tornaram conhecidos todos os moinhos e engenhos destinados a moer cana. No Peru, eles estavam errados na fabricação e colocação de seus feixes, seguindo neles um sistema vulgar, apoiado apenas em sua antiguidade<sup>26</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Nota. Santafé de Bogotá, n. 9, 8 de abril de 1791, p. 72.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Papel Periódico de la Havana. Señor Editor. Havana, n. 34, 26 de abril de 1804, p. 133, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Gaceta de Literatura de México. Zoología. Cidade do México, tomo II, 16 de agosto de 1791, p. 249.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Gaceta de Literatura de México. Suplemento. Cidade do México, tomo II, 26 de junho de 1790, p. 396-397, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> *Mercurio Peruano*. Noticia de una máquina para moler caña inventada por el Maestro Joseph Laos y Cabrera. Lima, tomo VIII, n. 254, 9 de junho de 1793, p. 98-99, tradução nossa.

Os periódicos americanos também sugeriam novas explorações: "Na gazeta política mexicana propus as vantagens que o público desfrutaria no caso de que se criasse peixes nas margens da lagoa de Chalco"<sup>27</sup>.

Como não seria diferente no informe dessas anunciações, tais tecnologias estavam baseadas na história natural, sobretudo na sua dimensão da natureza química, física, biológica etc. Num de seus artigos, a *Gaceta de Literatura de México* fazia questão de esclarecer:

Se sabe o grande mérito do Sr. Lovoisier: suas raras descobertas, suas sublimes manipulações em relação a operações químicas são bem conhecidas, [...] Certamente não ousarei condenar esse sistema como inteiramente falso. Observo nele muitos elementos que me encantam e se, nessa ocasião, tomo a pena para falar sobre isso, não é tanto para contestá-la quanto para apresentar aos escritores um fato que parece destruir um de seus princípios fundamentais<sup>28</sup>.

Conjuntamente, o intuito de promover a educação perpassava sempre a valorização da história daqueles espaços em seus aspectos geográfico (terrestre ou hidrográfico), vegetal e animal (variação das espécies) ou cultural (fruto da descendência indígena ou hispânica), explorando toda a diversidade que os rodeavam e narrando a história natural americana. Como verifica-se na gazeta mexicana a explanação de que,

na Nova Espanha, ao contrário, nos alimentamos de plantas e frutas que deveriam ser consideradas venenosas se a legislação botânica estivesse correta. Sabe-se que a erva *Mora* ou *Solanun* é mortal e aqui temos o Costomate, o Tomate, o Galtomate e outras espécies bastante consumidas, e esse crédito deve ser dado aos botânicos<sup>29</sup>.

A gazeta preocupa-se também em registrar que "o barro usado pelos índios de *Tonalá* é retirado de uma caverna não muito longe de sua cidade, e eles o preparam da mesma maneira que os oleiros usam"<sup>30</sup>, para sinalizar as prováveis trocas culturais entre os povos humanos.

Igualmente, os periódicos americanos mapearam a memória histórica das instituições, personalidades, processos de colonizações (como as missões) e arquitetura, dentre outros temas, para narrar histórias como a do "Colégio de Santa Cruz das Meninas Órfãs, na casa de Nossa Senhora de Azocha"<sup>31</sup>, criado na cidade de Lima. O *Mercurio Peruano* trazia também uma denúncia em defesa da cientificidade da Paleografia:

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> *Gaceta de Literatura de México*. Sobre la facilidad que tenemos para formar estanques en los que se crie el pescado. Cidade do México. 6 de março de 1792, p. 351, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Gaceta de Literatura de México. Sistema de Lavoisier sobre la física. Cidade do México, tomo II, 30 de maio de 1791, p. 190-191, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Gaceta de Literatura de México. Botánica. Cidade do México, tomo I, 15 de fevereiro de 1788, p. 21, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, tomo II, 26 de junho de 1792, p. 372, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Mercurio Peruano. Noticia histórica y económica del Colegio de las Niñas Expósitas de esta Capital. Lima,

Desde a sua conquista, os arquivos de Cuzco, Caxamarca e Quito foram perdidos para sempre; o frágil *Quipos* reduzido a pó; alterou-se a tradição dos eventos memoráveis do Reino devido à ignorância e ao descuido dos depositários, [de modo que] um observador é forçado a recorrer à investigação comparativa ou ao que vamos chamar de interpretação dos fragmentos e ruínas antigas<sup>32</sup>.

Na realidade, a *República das Letras* fortaleceu ao conhecimento um valor bastante prático e transformador, como se os homens pudessem, através dos saberes, controlar o que lhes apeteciam, sem precisar clamar tanto a Deus. Já que, independentemente da origem divina da sociedade existente, esta apresentava um quadro crônico de privação e desordem, e que exigia saber o porquê e como mudar o cenário.

"Qual será o remédio possível para a depravação geral da sociedade?", perguntou d'Holbach em 1773, quando tantos fatores se combinavam para perpetuar a desordem e a miséria prevalecente. A resposta do filósofo foi única: a (re)*educação* das pessoas, como a primeira etapa para renovação da sociedade (ISRAEL, 2013, p. 88-89, itálicos nossos). Mas havia um obstáculo para alcançar-se esse objetivo. O Iluminismo setecentista era descrente em relação a universalização da educação.

A maioria dos pensadores da época fazia uma distinção aguda entre o público culto para quem escreviam e a ralé analfabeta. Mesmo radicais "como Helvetius e d'Holbach, que encaravam grande parte da ordem social com cólera e desprezo, se mostravam pessimistas quanto à possibilidade de melhora" (HAMPSON, 1973, p. 109). Voltaire, em especial,

gostava de se alargar sobre o assunto [e afirmava] : "Numa nação há sempre um núcleo de pessoas que não tem contato algum com a sociedade educada, que não acompanha o seu tempo, que é inacessível à progressão da razão e que é atrozmente dominado pelo fanatismo. "É conveniente que essas pessoas sejam *conduzidas*, mas não ensinadas, pois não são dignas de tal esforço [...]. Não é o operário que devemos instruir, mas sim o bom burguês, o comerciante". (HAMPSON, 1973, p. 158-159).

Tais atitudes não implicaram necessariamente em desprezo nem hostilidade com aqueles cujo destino era trabalhar para a sociedade. Os homens de letras esperavam que o lento progresso de ensino viesse a elevar gradualmente a plebe ao nível de participar numa sociedade educada. Entretanto, não devem ser feitas falsas associações. Derrubar a tradicional hierarquia social não fazia parte dos planos educacionais da República. Pelo contrário, a convição da sua própria incapacidade de fazer mais do que difundir conhecimento, inclusive no seu formato moral, ensinando tolerância e humanidade, parecia-lhes ser uma garantia de que seu ensino

tomo I, n. 19, 6 de março de 1791, p. 179-171, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> *Mercurio Peruano*. Idea general de los monumentos del antiguo Perú. Introducción a su estudio. Lima, tomo I, 17 de março de 1791, p. 202, 204-205, tradução nossa.

benéfico não poderia causar qualquer prejuízo a quem quer que seja (HAMPSON, 1973, p. 159-160).

Para os hispano-americanos, soou esperançoso o pragmatismo educativo na medida em que este gerava expectativa de que dias melhores estavam porvir, mesmo que tal fosse acontecer lentamente, e melhor, sem provocar tumultos ou improvisos. Daí o riquíssimo inventário de riquezas de suas localidades que esses periódicos se propuseram a fazer em um estoque sistematicamente organizado de conhecimento objetivo e verificável empiricamente.

No decorrer dessa jornada em inserir-se na *Orbe Literária*, produzindo *literatura*, os americanos inspiraram uns aos outros. Inclusive, influenciado por realidades mais próximas da recém colônia libertada do Norte. Nas colônias inglesas na América, o periodismo apareceu relativamente cedo (1704) e, por volta de meados do século XVIII, já se encontrava catorze publicações semanais em seis das treze colônias britânicas (POUPENEY-HART, 2010a). A sólida prática de escrita jornalística pelos colonos ingleses fora requisitada pelo periodismo hispano-americano, como sugerem alguns conteúdos escritos lá, que foram traduzidos ou resenhados por jornais da América espanhola. Mas, de fato, a Europa ofuscou qualquer interesse mais latente pelos impressos norte-americanos.

Provavelmente, o debate incomum com os letrados do estado independente formado na América do Norte deu-se pela novidade que era esse pedaço do mundo para os hispano-americanos. Os americanos se comunicavam por séculos com os europeus ocidentais através de diferentes meios, entretanto, os intercâmbios culturais de modo algum se reduziam aos europeus.

Ao estudar a história da *Gazeta de Guatemala*, identificou-se relatos de diálogos entres os redatores deste impresso com homens instruídos da ex-colônia inglesa na América do Norte, uma comunicação iniciada graças ao conteúdo dos periódicos guatemaltecos. Diante do reduzido acesso a este periódico, impossibilitou-se demonstrá-los na pesquisa. Seria necessário mais tempo de pesquisa, mais recursos e um maior número de fontes documentais para assegurar a dimensão dessa convivência dos hispano-americanos com as ex-colônias do norte.

De modo semelhante, as realidades literárias vivenciadas nos vice-reinados hispanoamericano serviram com força inspiradora entre eles mesmos. Como a colônia espanhola na América se estruturava em espaços hierarquizados, consequentemente, se concentraram em determinados espaços as probabilidades mais viáveis de desdobramentos científicos, artísticos e culturais. Esses centros administrativos demonstravam para os que viviam nas periferias que eles possuíam realidades sócio-políticas mais parecidas com as suas, e, portanto, passíveis de revelar práticas mais realizáveis, se comparado ao contexto europeu.

Enquanto existiu uma hierarquia entre as regionalidades, inevitavelmente as capitais do Vice-Reinado da Nova Espanha e do Peru se mantiveram como centros de incentivo cultural, político e econômico às demais regiões americanas – sobressaindo a capital da nova-hispana. Nessa escala de centros de atração e atenção colonial, cada periferia almejava ascender a um degrau mais alto dentre os núcleos de produção de conhecimento no mundo.

Ao relatar a criação de mais um periódico em Lima, o Mercurio Peruano constatava animado que a capital havia alcançado "finalmente ao nível do México na época de seu maior brilho, possuindo um Diario, um Mercurio e um Semanário Crítico<sup>33</sup>". Como então supôs um autor anônimo do Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá de que, "o Reino de Bogotá talvez conseguiria igualar o esplendor e a magnificência a realidade literariexistente do México e do Peru se tivesse a sorte de que três ou quatro vice-reis do gênero que descrevemos tivessem se sucedido no governo"<sup>34</sup>. Segundo este artigo do papel periódico de Bogotá, os tais vice-reis teriam fomentado as Ciências e as Artes nos outros dois vice-reinados.

Ainda com a sobreposição desses espaços-referências americanos sob os demais vicereinados, a proposta jornalística consagrou-se majoritariamente pela convivência. Sintonizados ao discurso cooperativo e tolerante da República das Letras, os periódicos setecentistas não demonstram uma "disputa cultural" entre as principais localidades hispano-americanas, apesar das expectativas contrárias incitadas pela política colonialista.

Em primeiro lugar, porque a própria natureza física reforçou as divisões geográficas impostas pelo homem, acentuadas pelas dificuldades de comunicação que separavam cada colônia. O isolamento contribuiu para as particularidades no território hispano-americano, que tão somente se fortificavam devido às divisões econômicas impostas pelas barreiras legais de comércio intercolonial (LYNCH, 1976, p. 36).

Como os espanhóis preferiram dimensões territoriais mais restritas, na tentativa de conceder funções específicas a cada uma delas, de acordo com Benedict Anderson, qualquer

> concorrência com a metrópole estava vedada aos americanos, e mesmo as partes individuais do continente não podiam comerciar entre si. Mercadorias americanas partindo de uma ponta da América a outra tinham de seguir o circuito passando por portos espanhóis, e a navegação espanhola tinha o monopólio no comércio com as colônias (2008, p. 91).

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Mercurio Peruano. Idea de un nuevo papel periódico que se va a dar a luz en esta Capital con el título de Semanario Critico. Lima, tomo II, n. 46, 9 de junho de 1791, p. 103, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Idea del nuevo Reyno de Granada. Santafé de Bogotá, n. 256, 12 de agosto de 1796, p. 1535, tradução nossa.

Naturalmente, essas medidas foram implementadas apenas em parte, tendo sempre existido bastante contrabando.

Contudo, mesmo que sob efeito das duradouras políticas coloniais, vivia-se um momento particular na América espanhola quando foram criados os periódicos, no final do século XVIII. Com a dinastia dos Bourbon na Espanha, melhorou-se os caminhos e as estradas, além dos serviços postais e das comunicações marítimas do império, ainda que enfrentando os obstáculos naturais representados pelos rios, planícies e desertos e as impenetráveis selvas e montanhas da América. Essas medidas reformistas deram mais interatividade ao comércio de longas distâncias que já ocorria durante o século XVIII.

Tais rotas comerciais aconteciam junto com as redes burocráticas que moviam os detentores de cargo de um lugar para outro, sendo, portanto, os únicos laços reais que davam unidade ao império americano, conforme demonstra a *Figura 6*, quanto às possibilidades existentes de rotas entre as principais cidades da América espanhola:

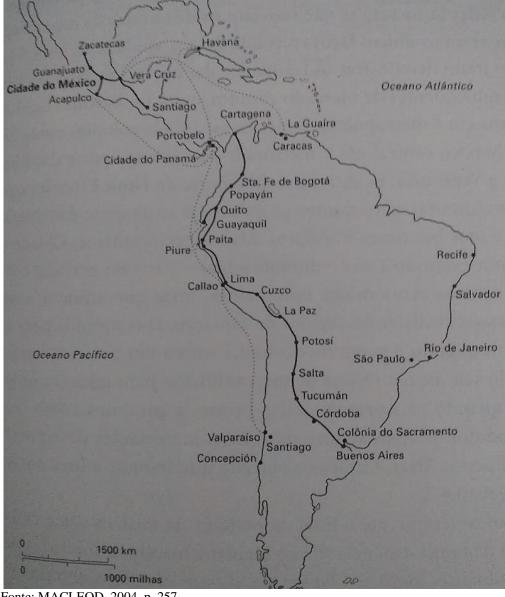


Figura 6 – Rotas de comércio interno

Fonte: MACLEOD, 2004, p. 257.

Quanto às barreiras econômicas entre reinados e cidades hispano-americanos, estas foram oficialmente encerradas a partir de 1765, na ocasião em que o governo imperial estimulou o comércio interamericano (LYNCH, 1976). Através do *Reglamento de Libre Comercio*, permitiu-se que portos de Cuba, Santo Domingo, Porto Rico, Trinidade e Margarita pudessem comercializar entre si. Nos anos posteriores, garantiu-se comercializar da Nova Espanha e Guatemala com regiões do Vice-Reinado do Peru. Essa política de integração econômica estendeu-se em uma tentativa do governo espanhol de controlar mais diretamente as atividades mercantis na América e na Espanha, e o intuito de elevar a entrada fiscal em combate ao contrabando (BRAVO, 2001, p. 124-125).

Em consequência, as novas medidas conceberam uma maior fluidez entre regiões distintas da Hispano-América, permitindo aos periódicos americanos comentarem sobre os seus irmãos vizinhos, em discursos que manifestam a real existência em criar-se um cenário mais próspero culturalmente. Este empenho não se limitava ao tempo presente; pelo contrário, como era apenas o seu começo, desejava-se expandi-lo a um futuro próximo, para que, "talvez antes do ano de 1800, Buenos Ayres e Chile deem à luz, respectivamente, um *Diario*, um *Mercurio* ou uma *Gazeta*. A posteridade admirará nossa previsão"<sup>35</sup>, dizia o *Papel Periódico de Bogotá* em 1791.

Em suma, quando foram criados pelos autores e editores os periódicos nas principais cidades da Hispano-América, no final do século XVIII, projetou-se ao material elaborado escalas distintas de alcance comunicativo. Seja dialogando com seus amigos mais próximos ou pela conversação com aqueles tão distantes, viventes da América ou do restante do mundo, buscando agir como cosmopolitas. Para garantir essa multiplicidade de rede de comunicações, os hispano-americanos inspiraram-se nos europeus ou nas principais capitais dos vice-reinados americanos para interagir no espaço literário, tal como os exemplos a serem almejados. Os americanos estavam convictos de que participar da República das Letras deveria sempre ser exercido por um trabalho coletivo entre essas diferentes escalas.

# 3.2 O SENTIDO DUPLO DE CIDADANIA NO ESPAÇO LITERÁRIO HISPANO-AMERICANO

Os hispano-americanos definitivamente queriam se posicionar como cosmopolitas com as alegações relacionadas à república dos saberes. Nos tempos modernos, o princípio cosmopolita se baseava cientificamente, sobretudo, na uniformidade da Natureza, tendo sido inaugurado pela concepção de uma Natureza funcionando como uma máquina que não tinha vida ou conduta moral, composta somente por movimentos e agrupamentos que poderiam explicar-se de acordo com a disposição lógica de suas partes. Por exemplo: após dividir um objeto em partes, desmembrá-lo e reduzi-lo ao maior número possível de fragmentos, caso depois se pretendesse recompô-lo, somente se conseguiria remontá-lo perseguindo seu mecanismo de funcionamento, segundo a ordem lógico-matemática. Conhecida como o paradigma filosófico cartesiano, a visão diminuía cada vez mais a noção espiritual do universo para associá-lo a uma concepção mais similar a uma máquina, na qual natureza, seja os

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Noticia de un nuevo periódico en Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, n. 24, 22 de julho de 1791, p. 204, tradução nossa.

fenômenos do mundo físico ou a vida em geral, seria como mero autômato regido por um fundamento mecânico (CASTRO-GÓMEZ, 2009, p. 2).

Nesse sentido, tanto a ordem social como a ordem natural eram comandadas pelo mecanismo automático (por leis invariáveis) que atuava livremente, apesar das intenções humanas. A natureza humana, nessa situação, passava a ser uma fundamentação transcendental que valia para todos os povos da terra e funcionava independentemente de qualquer variabilidade cultural ou subjetiva. A *filosofia natural* dos modernos converteu-se assim na plataforma inobservada (porque nem tudo podia se observar) a partir da qual um observador imparcial se encontra na capacidade de estabelecer as leis que governam tanto o cosmo como a polis (CASTRO-GÓMEZ, 2009, p. 4-8).

A busca por leis sociais e naturais deu espaço também às diferenças, uma vez que a noção mecanicista se dinamizou ao conceder mais autonomia à razão humana, que lhes fazia divergir em posicionamentos durante o processo histórico. De preferência, se questionou a invariabilidade através da *assimetria entre os povos* para explicar as distinções entre europeus e indígenas americanos, a título de exemplo. Esclarecia-se que ambos viviam no mesmo espaço, a Terra, no entanto, em temporalidades desiguais, ou seja, em períodos evolutivos comparativamente contrários. Como as leis revelavam a inevitabilidade dos fenômenos sociais (divisão do trabalho, a propensão ao comércio mediante o intercâmbio de bens etc.), poder-seia supor que para as sociedades inferiores faltava galgar etapas sócio históricas já ultrapassadas há algum tempo pelos europeus (CASTRO-GÓMEZ, 2009, p. 4-8).

Apesar das certezas, a complexidade do princípio da natureza humana tendeu somente a se expandir: teria o clima ou a geografia influência sobre as faculdades humanas? Ou haveria a superioridade natural de algumas raças? Enfim, debates que se tornaram característicos nos séculos XIX e XX. Mas, desse longo relato, destaca-se que a confiança na existência de leis iguais que orientassem as sociedades permitiu uma retórica de cooperação entre os indivíduos de regiões específicas, uma vez que, caso houvesse diferenças entre os homens, estas eram apenas de cunho circunstancial ou temporal. Ao serem inexoráveis, as leis faziam toda a humanidade ser uma única sociedade. Sem dúvida, para transformar-se em um homem das letras era preciso ser simultaneamente um *homem do mundo*, em contato e em debate com distintas opiniões e à procura dos princípios que regiam a humanidade.

O fato de o cosmopolitismo procurar instituir um comportamento mais proativo dos hispano-americano, no espaço republicano literário, não converteu tal atitude a um posicionamento tão distinto ao do circuito europeu. Se colocar-se uma lupa no contexto cultural-científico dos impérios e nações europeias, evidenciar-se-á diferentes estágios de

empolgação ou desânimo em relação à busca por contato com o mundo. Existiram espaços que desesperadamente se preocuparam em estabelecer políticas de recrutamento de pensadores (autóctones ou estrangeiros) para as suas academias nacionais, como os regimes de Frederico II da Prússia e Catarina II da Rússia, ambos frutos de respostas ao estado de subdesenvolvido em que se encontravam na vida intelectual doméstica. Eram monarcas ambiciosos pela reputação de suas novas academias, porém, que em muitas ocasiões não tinham escolha senão praticar uma espécie de cosmopolitismo, apesar do interesse em que esse investimento cultural fosse de natureza nacionalista – como foi o caso da monarquia espanhola. Daston (1991, p. 374) chamou esse entendimento de "cosmopolitismo do desespero".

Entre esses diferentes esforços literários, o cosmopolitismo manteve-se amparado por princípios essenciais. Se, no século XVII, os intelectuais haviam ansiosamente planejado reunir os seus correspondentes estrangeiros, seus sucessores no final do século XVIII suspiravam pelos benefícios em nunca olharem um para o outro. Como dizia D'Alembert, amizades iniciadas à distância eram "muitas vezes destruídas pela presença" (apud DASTON, 1991, p. 384). O cosmopolitismo almejado pela *República das Letras* foi ansiando cada vez mais por distância, literal e metafórica. Para aqueles que excediam, somente seria alcançável os padrões da crítica imparcial ao tratar as suas descobertas e ideais com um completo estranho.

Exageros à parte, a aproximação demasiada se transformou numa atitude evitada, somada à incessante abnegação ao fervor religioso e aos favores aristocráticos, até mesmo pela renúncia à família e aos amigos na procura pela isenção intelectual. Para além de tudo isso, a busca por neutralidade existia em reverência à posterioridade, já que o futuro seria um avaliador melhor do passado, ao conhecer as situações-contexto que haviam embalado a escrita no passado (DASTON, 1991, p. 384). Na verdade, com essas regras do jogo, a meta era que o cosmopolitismo se tornasse a maneira mais justa e confiável em avaliar o talento dos seus integrantes.

Mas acontecia simultaneamente outro importante movimento na orientação desse espaço literário. Com o tempo, a erudição das nações tornou-se política de Estado e competição entre as monarquias. Dos porta-vozes da *República das Letras*, mais fluentes, estes também se ligavam ao ideal da glória nacional. Apesar de ter sido cosmopolita em sua perspectiva científica, mesmo assim D'Alembert afirmou que a "reputação intelectual, tão desejada, tão procurada, é... o patrimônio do Estado" (DASTON, 1991, p. 379).

Por maior que fosse o sentimento cosmopolita que movesse estes homens das letras, não havia como se desconectarem das suas realidades nacionais e, consequentemente, da

interpretação cívica que sua atitude intelectual passou a possuir<sup>36</sup>. Como poderiam ignorar totalmente as diferentes identidades que os separavam? Mas, evitando-se pensamentos radicais, um fato não necessariamente elimina o outro. Interessar-se na sua pátria não os impediam de serem cidadãos honestos de uma República das Letras cosmopolita. Dessa forma, seria impossível compreender o cosmopolitismo da república do saber sem a sua *dupla cidadania*: nacional e global (GOODMAN, 1996, p. 4).

Realmente, nem a nacionalidade nem a língua eram a unidade primária de estilo ou afiliação na *República das Letras*. No artigo da *Encyclopédie* sobre "Preconceito" não aparece o preconceito nacional, e embora o artigo sobre "Nação" contenha um resumo de uma só frase de estereótipos nacionais (francês frívolo, escoceses orgulhosos, alemães bêbados, irlandeses preguiçosos etc.), não há qualquer sugestão de que essas diferenças de caráter podiam impedir o intercurso de homens de letras de diferentes nações.

O trabalho mais influente do Iluminismo

sobre as diferenças nacionais, *O espírito das Leis*, publicado por Montesquieu em 1748, atribuiu isso ao clima e não à nacionalidade. Havia pouco nesses pronunciamentos teóricos sobre o caráter nacional para impedir a livre troca de ideias e informações entre os cidadãos do império invisível da República das Letras (DASTON, 1991, p. 374).

Todavia, durante o desenvolvimento desse espaço do saber, as circunstâncias atuantes da nacionalidade assumiram crescente proeminência, a ponto de torná-la obrigatória nesta equação.

Nacionalismo e cosmopolitismo coexistiram na glória nacional, na crença de que seriam os estrangeiros os juízes de mérito mais confiáveis do que os seus compatriotas, ou no apoio financeiro dos compatriotas estatais à sua produção, como também na convicção de que o conhecimento não deveria ser privado a poucos. Ambos os sentimentos deveriam agir em conjunto, pois os homens, como indivíduos, não deixam de ser membros dessa grande sociedade, constituída a partir de toda a raça humana, tão somente pelo fato de que alguns desses indivíduos tenham formado juntos uma sociedade particular (PAGDEN, 2002, p. 97).

A propósito do julgamento do conhecimento produzido, acreditava-se que a glória de cientistas individuais ou instituições científicas eram igualmente de sua nação, e o tribunal que poderia conferir imparcialidade a essa disputa entre pátrias deveria ser composto de tantos outros sábios, viventes de diferentes nações. Neste caso, não haveria como o nacionalismo

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> A utilização da língua nativa representa um adequado exemplo desse engajamento praticado pelos intelectuais. Não foi incomum a defesa através da escrita em idioma nacional (oficial).

excluir o cosmopolitismo, pois afetaria a própria confiabilidade do conteúdo fornecido por suas nações, isto é, abalaria a existência de quaisquer espaços de sociabilidade de saberes. Como afirmou-se há pouco, o elogio dos mais próximos era visto como suspeito à República, ademais, em comparação com a arena das nações, os compatriotas "avaliadores" se contavam como poucos (DASTON, 1991, p. 381).

É evidente que essa relação nacionalismo-cosmopolitismo se sustentou num convívio desequilibrado, advindo daí manifestações de competitividade originárias, muitas vezes, dos conflitos geopolíticos entre monarquias e impérios nacionais. Mas nesse jogo de coexistência entre cosmopolitismo e nacionalismos incipientes, as nações cortejavam a admiração estrangeira por suas realizações, todos queriam dignificar-se. O empenho constante dos hispano-americanos em desfazer erros e superstições que envolviam o entendimento de sua cultura e história pelos outros justifica-se bastante por esta constatação.

Como propôs o *Mercurio Peruano*: "O principal objetivo deste jornal, de acordo com o anúncio antecipado em seu Prospecto, é tornar mais conhecido o País em que vivemos, país contra o qual os autores estrangeiros publicaram tantos paralogismos"<sup>37</sup>. Neste artigo, o autor explicava que tudo o que se sabia sobre o Peru até então fora adquirido por meio dos materiais desses escritores. Em consequência, esses conteúdos "influenciaram tantas obras, que o Peru que eles traçam para nós parece ser um país totalmente diferente daquele que o conhecimento prático nos mostra". Para solucionar o problema, afirmavam serem capazes de "fazer um desenho geral do Peru sem temer a nota de observações, [...] com a garantia de espalhar notícias mais exatas, e talvez mais recentes, que até agora se foram dadas"<sup>38</sup>. Somente baseados em informações confiáveis que os estrangeiros e americanos poderiam avaliar (com imparcialidade) a história do Peru.

O descompasso das informações que circulavam na América e sobre a América era um incômodo. Especificamente, existia a insatisfação com a maneira pela qual os estrangeiros descreviam os americanos. Estrangeiros, aqui, não se refere apenas a autores nascidos na Europa, mas, sobretudo, àqueles que nem sequer pisaram os pés na América ou que, em virtude de expedições, tinham passado uma temporada no Novo Mundo. De fato, boa parte dos autores que produziu uma literatura sobre América não nasceu no continente. Era reduzida a produção de literatura interna que alcançava uma grande repercussão, sobretudo porque se imprimia em reduzido número. Foi somente durante o século XVIII que se viu esse exato cenário adquirir características mais regulares e frequentes quanto à escrita feita pelos americanos. A partir desse

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Mercurio Peruano. Idea general del Perú. Lima, n. 1, 2 de janeiro de 1791, p. 1-2, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Ibidem.

novo ambiente literário americano, a retificação de informações errôneas se propunha especialmente na formulação de novas informações, mais atualizadas e exatas. Diante de tantos mal-entendidos, acreditava-se que, se houvesse uma maneira dos hispano-americanos contribuírem com a *República das Letras*, seria através dessas correções.

Na realidade, junto a este posicionamento dos letrados americanos perante a república mundial das letras, manifestou-se tantos outros níveis de interesse, que, afinal, cabe esclarecer acerca das especificidades da identidade nacional dos *americanos espanhóis* – como algumas vezes chamavam a si próprios. É preciso explicar que os periodistas que formularam as concepções dos impressos estavam atentos à relevância que o espaço literário no mundo dava ao fator nacional, portanto, na percepção da função útil e prática do conhecimento para a realidade circunscrita.

Por isso, ao reivindicarem integrar a *Orbe literária*, o *Primicias de la Cultura de Quito* exalta no *sentimento patriótico* o impulso para os filósofos produzirem conhecimento: "Plutarco disse que ama seus filhos; mas quem ama sua terra natal em um grau mais eminente, alguém pode negar que esse amor é heroico? Alguém poderia negar que o patriotismo é o que supera no filósofo o amor tão natural da prole? Eu acho ninguém", opina o editor do periódico quitenho. E complementa: "A Pátria é sua mãe [para o filósofo], e esse nome augusto é de inexplicável ternura, de consolidação, de respeito, da doçura mais suave; e assim ama seu país acima de tudo o que aqui pode ser amado" Sem o amor que tinham pela pátria não haveria cabimento elaborar os próprios periódicos, já que assim não fariam a "diferença positiva" no cenário social, econômico, político e cultural de seus reinos.

Ademais, a proposta dos periódicos era encorajar o patriotismo no corpo social por meio de informações variadas sobre a pátria, sobre a qual tão pouco se sabia:

A escassez de notícias que temos do próprio país que habitamos e as que alguns veículos, que se proporcionam para espalhar nossas noções na órbita literária, são as causas de onde nasce que um Reino como o Peru, tão favorecido da natureza no clima benigno e na opulência do solo, apenas ocupe um lugar muito pequeno no quadro do universo.

## Prossegue o articulista, esclarecendo:

Não seria lucrativo e agradável conhecer física e cronologicamente os assuntos com os quais estamos cercados e que, por assim dizer, tocamos continuamente com uma mão incerta e no escuro de todas as notícias positivas? Os dados de nosso comércio na parte ativa e passiva; conhecimento de nossa mineração; o estado de nossas artes,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Primicias de la Cultura de Quito. História Literária y Económica. Quito, n. 4, 16 de fevereiro de 1792, p. 28-30, tradução nossa.

agricultura, pesca e fábrica, seja no centro da Pátria, seja no Reino; os procedimentos da nossa navegação costeira; a alternativa de nossa felicidade, de nossas mesmas diversões e fraquezas. Esses são alguns objetos que, embora não formem uma história separada, fornecem ideias históricas e merecem a atenção de todo cidadão bom<sup>40</sup>.

Análogo à maioria dos periódicos americanos ilustrados, o discurso patriótico do Mercurio Peruano fundamentava-se no conhecimento das suas histórias locais e regionais, seja nos seus costumes, patrimônios, personagens, eventos históricos, conformações físicas, demográficas, morais e econômicas. Todos reunidos pela premissa de utilidade pública e patriótica da razão.

Por certo, a expressão pátria se confunde nos textos tanto para nomear as cidades que centralizam regiões maiores quanto (e sobretudo) para se referir ao país ("pays") que reúne territorialmente pessoas de um mesmo reino: peruanos, mexicanos etc. A cidade em diferentes escalas, as secundárias e os povoamentos, eram onde se encontravam o centro de poder de uma região. É ali que se enraízam e se expressam as identidades culturais mais fortes, "fundadas sobre o apego ao solo, os costumes peculiares, o culto dos santos patronos, ou seja, uma memória partilhada, tanto religiosa quanto profana" (XAVIER-GUERRA, 1999, p. 14).

Nesses periódicos ilustrados, encontra-se constantes referências de pátria pelo vínculo de povo, cidade, província, país ou reino em que se havia nascido. Declaração semelhante foi dada pelo Papel Periódico de la Havana: "Havana, você é nosso amor, você é nossa cobertura; escrevemos isso não por lazer, mas por excesso de patriotismo"<sup>41</sup>.

Não obstante, essa compreensão da pátria dependeu das identidades culturais dos reinos para se manifestar, nem todas as regiões americanas progrediam num mesmo ritmo e nem seguiram as mesmas vias. São exatamente nos mais antigos vice-reinados, da Nova Espanha e do Peru, que pode se encontrar os cenários literários em maior prosperidade. Em ambos os vicereinados,

> instalados sobre as ruínas dos "impérios" Asteca e Inca, a elaboração [identitária] foi precoce e bem-acabada, ainda que ela repousasse sobre fundamentos diferentes. A Nova Espanha privilegia a base religiosa, escolhendo como heróis mais os evangelizadores do que os conquistadores e fazendo do culto à Virgem de Guadalupe o elemento unificador de todos os componentes da sociedade mexicana. O Peru tende sobretudo à continuidade do "império" Inca e ao culto da primeira santa americana, Santa Rosa de Lima (XAVIER-GUERRA, 1999, p. 15).

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Mercurio Peruano. Prospecto del papel periódico intitulado Mercurio Peruano de Historia, Literatura y Noticias públicas, que a nombre de una Sociedad de Amantes del País y como uno de ellos promete dar a luz don Jacinto Calero y Moreira. Lima, 1790, p. 2, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Papel Periódico de la Havana. Havana, n. 1, 24 de outubro de 1790, p. 2, tradução nossa.

Para Quijada (2003), no México e no Peru, essa identificação de "pátria" com "reino" pode ter imposto uma percepção coletiva de singularidade, reforçada em seus limites pela assimilação da primeira ao conceito territorial e institucional de nação. Dessa maneira, as pátrias mexicanas e peruanas diferenciavam das dos demais americanos, pois compreendiamse, não em sua plenitude, pela ideia de uma população associada a um território e, por uma dimensão institucional do termo, como algum povo grande, reino, sujeito a um mesmo Rei ou Governo.

Diante do destaque e do simbolismo que o Estado espanhol deu aos vice-reinados da Nova Espanha e do Peru, prematuramente, mais um estímulo para o desenvolvimento de formas de identidades prévias e distintas. Os espanhóis instalaram uma corte de vice-rei na Cidade do México e em Lima, que se tornaram em relevantes polos culturais para os demais letrados. Essas cidades partilhavam de uma vigorosa atividade cultural, seja mediante do esplendor dos palácios públicos e particulares, dos esportes equestres, das procissões e das representações teatrais, dos torneis de poesia, das festas cristãs, "mas também no casamento de um príncipe, numa vitória militar na Europa, na chegada de um vice-rei" (LAFAYE, 2004, p. 616-617). As universidades e, sobretudo, as casas religiosas eram igualmente lugares para dedicação das artes e da literatura:

Muitas das casas religiosas funcionavam ou como colégios ou como sociedades ou clubes: neles, como nos informa Sor Juana Inés de la Cruz, podia-se aprender música e dar concertos e recitais. Os frades crioulos do final do século XVI já não eram soldados de Cristo como seus antecessores, mas antes moradores da cidade que muitas vezes levavam uma vida de caráter extremamente secular. Os leigos eram bem-vindos às casas religiosas; estas se converteram numa espécie de salões onde floresceu a arte da conversação. (LAFAYE, 2004, p. 617).

Como herdeiros desse patrimônio cultural, os autores e editores dos periódicos da Cidade do México e de Lima se declaravam com maior veemência serem continuadores do trabalho de periódicos mais antigos, pois estes haviam lhes dado alguns parâmetros a seguir.

Nas cidades de Quito, de Santafé de Bogotá, de Havana e da Guatemala, onde foram criados os outros periódicos ilustrados durante o século XVIII, os periodistas americanos tiveram que se esforçar um pouco mais para reverter essas fragilidades e formularem referências identitárias, baseadas principalmente na estruturação e na divulgação de suas histórias particulares.

Em um debate proposto no *Papel Periódico de* Bogotá, Manuel del Socorro Rodríguez apresentou os antecedentes da história literária colombiana. Chamado de "Satisfação com um pouco de julgamento exato da literatura e bom gosto, antigo e atual, dos naturais da cidade de

Santafé de Bogotá"<sup>42</sup>, o artigo reflete acerca da aparente impossibilidade dos habitantes do Vice-Reinado da Nova Granada à expressão poética. A discussão iniciou-se com uma carta firmada pelo "Espectador Ingênuo", quem assegurava que somente no México e em Lima haveria um incipiente gênio literário. Para comprovar o contrário, Rodríguez apresenta alguns exemplos literários nativos de Bogotá, principalmente na caracterização do sacerdote poeta Dominguez Camargo. Sobre este autor, o cubano Rodríguez aponta o seguinte: "Você foi o primeiro que, neste Novo Mundo, sabia imitar com elevação e domínio a linguagem harmoniosa de Homero e Virgílio!"<sup>43</sup>.

Com a análise em torno da figura de Dominguez Camargo, Manuel del Socorro Rodríguez procurava demonstrar que o emprego da língua espanhola permitiu aos americanos ingressarem na tradição literária europeia, cujos epítomes seriam Homero e Virgílio. Podia-se até, para Rodríguez, a expressão poética dos americanos chegar a possuir um gênio superior ao dos europeus, como demonstravam os poemas de Camargo em comparação a outros parnasianos europeus de sua geração.

Hernando Dominguez Camargo é o nome do poeta de grande importância para a literatura colombiana do século XVII. Em princípio, acredita-se que tenha nascido em Santafé de Bogotá em 1606 e falecido em Tunja em 1659. Realizou seus estudos em um colégio dirigido por jesuítas, onde manteve um estreito contato com as letras e a arte em geral. Dentro do contexto educativo de sua época, se ordenou como sacerdote no Colégio da Companhia de Jesus, à qual esteve fortemente ligado até o final de seus dias. Justamente, entre suas últimas vontades, indicou que suas obras inéditas e suas notas fossem entregues às autoridades jesuítas do colégio.

Foram muitas outras ocasiões em que Manuel Rodríguez propôs, no papel periódico de Bogotá, a construção da desconhecida história do vice-reinado da Nova Granada. De acordo com Rodríguez, essa história quando elaborada por outros sempre deveria culminar na junção dos dois elementos culturais americanos: desde seu passado pré-hispânico – representado pelo estudo das línguas indígenas – até seu presente hispânico, com as suas expressões literárias (HENAO, 2012, p. 151-171).

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Satisfacción a un juicio poco exacto sobre la literatura y buen gusto, antiguo y actual de los naturales de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, n. 59, 30 de março de 1792, p. 57-64, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Satisfacción a un juicio poco exacto sobre la literatura y buen gusto, antiguo y actual, de los naturales de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, n. 59, 30 de março de 1792, p. 63, tradução nossa.

Pátria, portanto, mantinha-se no vocabulário castelhano da América espanhola por irregulares experiências, e além disso, havia outro fator em questão. Ainda que tal sentido e significado segue sendo o mais frequente nos periódicos americanos, outra interpretação da palavra pátria começa a aparecer nos textos: o uso, o significado, a ideia de que América, a totalidade da América espanhola, é a pátria dos nascidos nela. A ideia setecentista da América espanhola como uma unidade e, para um americano, como uma só pátria, aparece no período de introdução nas colônias das ideias e das reformas promulgadas pelos reis da casa Bourbon e seus ministros. Dado que desejava-se racionalizar as instituições e uniformizar o regime dos vice-reinados americanos, a ponto de sobrepor-lhes as veneráveis estruturas administrativas as novas intendências e sua maior eficiência (MONGUIÓ, 1978, p. 454). Logo, imaginar uma América tornaria mais eficiente administrá-la.

Pensarem-se como grupo comum perpassou por todo o projeto de *República das Letras* na América. No momento em que os periódicos americanos dialogam entre eles, na procura por inspiração artística-cultural, promovia-se, na verdade, um esforço coletivo em redirecionar os escassos e lentos estímulos à produção de conhecimento centralizados em universidades e monastérios, para alastrar inúmeras criações de ambientes de sociabilidade intelectual ilustrada. Formou, assim, uma defesa precisa de valorização da cultura científica. Uma novidade na administração colonial espanhola, que existiu, portanto, mediante a atuação regional desempenhada por cada centro – ou seja, por cada pátria – que integrava aquela extensão continental.

Os editores do *Mercurio* expressam tal noção de coletividade ao resenhar o *Papel Periódico*, de Santafé de Bogotá, quando presta suas felicitações pela "rapidez com que se vê propagando em diversas partes de nosso continente esse espírito patriótico que dirige nossas operações"<sup>44</sup>. Nesta frase, o *espírito patriótico* não se refere somente ao Peru, denota-se igualmente aos americanos.

Os periódicos hispano-americanos ilustrados foram redigidos em plena consciência de haver outros habitantes de províncias (situadas na América) vivendo em mundos paralelos aos deles. Como afirma Benedict Anderson, mesmo que os leitores de jornais da Cidade do México, de Buenos Aires e de Bogotá "não lessem as gazetas uns dos outros, ainda assim sabiam da existência delas" porque lhes pareciam "semelhantes" (2008, p. 105). Essas "semelhanças" apontadas por Anderson transformaram-se em legítimo elemento de união. Juntos como

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Mercurio Peruano. Progresos del Papel Periodico que publica em Santafé de Bogotá, anunciado en el Mercurio Peruano. Tomo I. pag. 306. Lima, tomo III, n. 87, 3 de novembro de 1791, p. 165.

americanos, teriam supostamente mais força para se posicionar diante de espaços mais bem estruturados culturalmente, como eram dos europeus.

Nesse sentido, a pátria na sua forma mais localizada, bem como manifestada pela coletividade comportada na América espanhola, não assegurou apenas um projeto literário americano, mas também proporcionou vigorosas comunicações internas entre os vice-reinados hispano-americanos. A contrariedade dessa situação está que esses "semelhantes" não eram vistos como "partes" integrantes de si (ANDERSON, 2008, p. 105-106). Isto é, a percepção coletiva de "americanidade" durante o século XVIII não passava de um esboço (rascunho) do conteúdo cultural que pudessem defini-los como um grupo único. Diante do pouco conhecimento que os crioulos tinham do vasto território americano, parecia-lhes ainda debilitado que se caracterizassem por exclusividades histórico-culturais que os uniam como americanos. Daí os periódicos americanos ilustrados proporem, no século XVIII, converteremse em um veículo de conhecimento entre pátrias distintas da América.

Por isso, a noção de pátria, sejam suas manifestações mais firmes ou demasiadas recentes, foi insuficiente para a criação, durante o século XVIII, de um imaginário coletivo americano sem a percepção intrínseca de pertencimento à nação espanhola. E como não poderia o coeficiente *pertencer à Coroa Espanhola* representar o elemento imprescindível de definição identitária para muitos americanos, em uma sociedade na qual a cor da pele determinava o destino de glórias ou desgraças das pessoas?

Segundo Monguió, a maior parte dos crioulos entendia o significado de *nación* como raça ou casta, devido ao caráter multirracial de sua população, constituída sobre as bases da pré-existente população indígena, a nova população espanhola conquistadora e imigrante, a adição de negros e escravos, e alguns outros, quantitativamente menos significantes, elementos étnicos (1978, p. 462). Entrelaçado a castas, existia a nação para designar, por exemplo, tribos de índios da Montanha, mestiços hispanizados, crioulos, ou nações de europeus com traços próprios.

Em um artigo no nº 48, de 16 de junho de 1791, por exemplo, o autor do *Mercurio Peruano*, ao referir-se às congregações religiosas de negros, explica que estes pertencem a várias nações e que, nas eleições celebradas para designar os dois líderes de uma confraria, foram tomados os votos dos "negros capatazes e vinte e quatro (os chamaríamos senadores caso não temêssemos profanar este nome) de cada nação" (p. 115).

Apesar da ideia de nação ter aceitações de diferentes naturezas, em todos os casos, o conceito de nação cumpria com uma função precisa: "distinguir, delimitar ou definir conjunto sociais caracterizados por compartilhar determinados atributos como lugar de origem, traços

étnicos ou estar subordinados a um mesmo poder político" (WASSERMAN, 2008, p. 202, tradução nossa). Aliás, um sentido de poder político comum que também aparece nos periódicos ilustrados, quando a palavra *nación* era escrita muitas vezes com as iniciais em maiúsculo para designar a totalidade dos reinos, províncias e povos que deviam obediência à Monarquia espanhola.

O historiador Fabio Wasserman justifica que, no final do século XVIII, a nação entendida como populações submetidas a um mesmo governo seguia tendo como referência a monarquia. Por isso,

podia considerar-se a existência de nações fundamentadas na chave étnica, territorial ou institucional que, a sua vez, formavam parte da nação espanhola definida pelo fato de compartilharem a lealdade à Coroa, ainda que, de forma secundária, podiam também incluir-se traços culturais como língua, religião e costumes (2008, p. 204, tradução nossa).

Assim, mesmo quando a "americanidade" veio em resposta à visão indelicada que a ciência europeia dava ao Novo Mundo e seus habitantes, os argumentos perpassavam pela conquista e pela administração espanhola na história americana. O patriotismo (promovido pelos debates racionais iluministas) expresso nesses periódicos americanos não simboliza distorções de seu tempo, pelo contrário, desenvolveu-se dentro e como sustentação da ordem estabelecida, e não fora ou contra ele. Como observa-se a vinculação do sentimento patriótico ao Estado-Nação, proposto na figura do monarca absoluto e na lealdade a ele.

Para que os *espanhóis americanos* conseguissem fazer valer sua atuação no espaço cosmopolita do saber, estes se utilizaram da ligação cultural com os espanhóis, ou seja, do seu vínculo de glória nacional para contar ao mundo a presença do interesse científico no continente americano.

Diante disso, os periódicos americanos ilustrados persistiram em lembrar que teria tido a nação espanhola um passado progressivo nas artes da navegação e do comércio, manifestado antes das civilizações mais aclamadas da história ocidental, o que a tornou atrativa às Artes e à Ciência, como conta o periódico cubano por meio da atuação espanhola na História da Antiguidade: "O comércio e o estabelecimento dos fenícios na Espanha eram anteriores à época de Salomão. Essa verdade é um argumento que comprova o feliz progresso do espanhol nas ciências antes da literatura mais antiga da Itália". No período do grande Império Roma, explica que "quando Roma desprezou os retóricos e filósofos gregos entre eles, como os mais

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Papel Periódico de la Havana. Al Periódico número 103 del año anterior. Havana, n. 5, 15 de janeiro de 1792, p. 17-19, tradução nossa.

famosos, Carneardes, Diógenes e Critolaus, sabemos que os gregos já haviam disseminado à Espanha a Cultura e a Literatura"<sup>46</sup>.

Um legado espanhol à humanidade que se mantinha no século XVIII, como demonstra outra exemplificação publicada também no *Papel Periódico de la Havana*:

Nosso atual monarca, o senhor Don Carlos IV, herdeiro das heroicas virtudes e amor às artes e às ciências de seu pai Augusto e de seus Reinos, para nossa felicidade, desde que ele ocupou o trono, considero como uma de suas mais sérias ocupações a continuação e promoção de expedições botânicas, prestando generosamente auxílios para seu maior auge. E desejando que a tão preciosa coleção e descobertas úteis feitas pelos espanhóis à custa de fadiga imponderável venham à tona com a possível brevidade e a devida perfeição, para a honra da Nação e para o benefício da República Literária<sup>47</sup>.

Na realidade, o vínculo histórico-cultural que os crioulos americanos nutriam com os espanhóis transformou-se em uma das principais táticas para que se inserissem no circuito cosmopolita de defesa do saber científico-literário. Como fazia parte da Europa, a Espanha estava próxima ao centro desta república, mesmo que em uma posição desigual em comparação à presença protagonista dos franceses ou ingleses. A própria escolha dos periódicos sustentavase no interesse em descomplicar o acesso aos espaços de produção de saberes europeus. O periodismo começou a consagrar-se na Europa setecentista.

Essas reações de exaltação à Espanha vieram particularmente da persistência de alguns em formular um juízo negativo aos feitos e fatos relacionados à história espanhola. Chamados por autores de inimigos da glória da Espanha, estes deram origem à concepção da Lenda Negra:

O que, em essência, é a Lenda Negra? A pergunta pode ser respondida comodamente, dizendo que tudo se resume a um julgamento inexorável, geralmente aceito sem investigar sua origem, e segundo o qual a Espanha conquistaria a América primeiro e a governaria mais tarde, por mais de três séculos, exibindo crueldade sangrenta e de opressão sem medida, coisas que poderiam ser consideradas únicas na história de todo o Ocidente moderno. Um espírito verdadeiramente desumano pareceria presidir aquele empreendimento que, iniciado na descoberta e ocupação dos territórios revelados por Colombo e por aqueles que concluíram seu trabalho, teria sido prolongado em um governo inadequado que, mais do que qualquer outra coisa, caracterizava intolerância e desprezo retumbante pelos frutos do centro peninsular que brotavam nas terras distantes do domínio estrangeiro. A cruel intemperança da primeira hora teria se manifestado, de acordo com a fábula, no tratamento com que, por avareza e sede de ouro, o aborígene foi subjugado, cujo leilão foi a destruição de tudo o que era considerado genuíno - organização social e política e coisas de sua vida material e religiosa -, porque a fogueira de tal explosão instintiva alimentou o vento furioso de uma superstição ardente e transbordante (CARBIA, 1944, p. 13-15).

.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> Papel Periódico de la Havana. Real Orden. Havana, n. 3, 8 de janeiro de 1792, p. 10-11, tradução nossa.

Como esclarece Carbia (1944), basicamente, a fábula defendia o *obscurantismo hispânico* na constatação da completa incapacidade dos espanhóis em desenvolverem progresso e prosperidade. A primeira prova desta inaptidão deu-se na conquista da América, onde fora guiada apenas por intenções cruéis e com fins lucrativos, representando um episódio inédito na história por seus contornos repulsivos. E, quando os americanos já estavam completamente dominados, continuaram os espanhóis aplicando seus métodos despóticos através de uma governança preguiçosa e alheia aos interesses dos colonizados.

Por certo, a Lenda tem a sua própria história e sua constituição se dera, sobretudo, em tempos de disputa entre protestantes (denominado de *reformadores*) e católicos no século XVI, na ocasião em que, auxiliados pela cultura dos impressos, reformadores residentes, no que hoje cunha-se por Países Baixos, lutaram para libertar-se do trono espanhol. Eram textos impressos, mas também se popularizaram ilustrações representativas das ações devastadoras dos espanhóis na América. Entretanto, fora na escrita de Bartolomeu de Las Casas sobre a devastadora colonização espanhola, que se identifica a maior contribuição aos interesses dos reformadores.

Com os ditos *tolerantes iluministas* do século XVIII, nomeados por Carbia, a Lenda ganhara paralelamente o seu grau mais racional, e contraditoriamente emocional, ao promover que o mundo não alcançaria sua calma completa, tanto religiosa como politicamente, se todos não concordassem em aceitar os postulados da tolerância. Isso, logicamente, teve sua base na abominação da violência e proclamou a necessidade urgente de fugir de tudo o que a provocava. Os dogmatizadores da tolerância, ao buscarem tornar a fábula uma realidade histórica incontestável com a ajuda da exemplificação histórica, acharam muito adequado para o seu propósito recorrer ao conteúdo da Lenda para oferece-la como a síntese do que deveria ter-se como oposto ao que proclamava a nova doutrina (CARBIA, 1944, p. 129; 139).

Aliás, indiretamente, o Iluminismo ajudou a cristalizar a distinção entre peninsulares e *criollos* americanos. Para tanto, de grande influência foram os textos de Rousseau e Herder, na medida em que tais pensadores sustentaram que o clima e a "ecologia" tinham um impacto decisivo sobre a formação da cultura e do caráter. Desse modo, se a história revela que os espanhóis pouco valorizavam atos e práticas racionais, os americanos estariam em uma escala infinitamente menor (ANDERSON, 2008).

Em contrapartida, gestou-se um forte movimento oposicionista contra a espúria popularidade imposta aos espanhóis e seus associados. A incontestável fábula sustentada por séculos passou a ter concorrente. Desde o momento que a fábula se difundia no século XVI, existiram manifestações contrárias à Lenda, porém, ainda não totalmente configuradas, pelo

menos contra o testemunho de quem, ao compor a *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, havia fornecido uma base sólida para a fábula (CARBIA, 1944, p. 186-187).

O descontentamento com o conteúdo desta obra seminal era tamanho que uma disposição real do século XVI declarou a ilegalidade da circulação na América de panfletos contendo referências ao texto de Bartolomeu de Las Casas. No entanto, esse processo de reação contra a fábula somente se consumou no século XVIII, conforme informa Rómulo Carbia, fruto do casamento de um movimento historiográfico (o Iluminista) com uma certa força que surgiu espontaneamente (o Nacionalismo).

Distinta das primeiras reações naturais do espanhol ferido pelo desprestígio que o país nativo enfrentava na Europa, emergiu no século XVIII uma fria elaboração intelectual que se dizia imparcial e reivindicava a necessidade de apurar e certificar aos demais a realidade de acontecimentos pretéritos que deram base à formação da nação espanhola. No século XVIII, aprimorou-se, mediante o trabalho intenso da imprensa, o acesso e a divulgação das fontes informativas sobre os fatos ocorridos na América. Isso produziu um fenômeno pouco provável em períodos anteriores ao século setecentista: a cautela em formular conjecturas.

Mostrava-se cada vez mais difícil fechar os olhos para algumas evidências que, com efeito, obrigaram a rever o testemunho de Las Casas como informador exclusivo dos fatos ocorridos na América Hispânica e admitir que a possessão do território das Índias não fora sempre uma empresa de avaros sedentos de ouro e desprovidos de escrúpulos. Até mesmo o número estimado por Las Casas de indígenas mortos na Conquista foi fortemente questionado. Pouco a pouco, foi-se decantando o conteúdo com os dados objetivos contidos nestas *produções moderadas* que eram encontradas em edições na língua francesa e inglesa, sendo muitas delas obras espanholas (CARBIA, 1944, p. 203).

Soma-se ao repúdio à Lenda a profusa circulação de obras americanistas que impossibilitaram aos pensadores setecentistas renegar o movimento moderador, por mais obstinados que estivessem acerca do prejuízo hispânico (CARBIA, 1944, p. 204). Carbia empenha-se em listar obras e autores, espanhóis ou de distintas nacionalidades europeias, que encorparam o *repúdio orgânico* nas décadas do século XVIII. São textos que muitas vezes não renegam a agressividade ao relatar os erros e delitos cometidos nos tempos da Conquista, mas relativizam a violência como uma contrarreação à truculência dos aborígenes, ou, então, afirmam terem sido episódios esporádicos, imediatamente rejeitado pelo monarca.

Há também contestações ao grau de violência utilizado pelos espanhóis, o qual não teria sido tão distinto ou grave quanto às ações de outras nações europeias que executaram semelhantes práticas violentas em variados momentos da história. Além do argumento de que,

apesar de qualquer mal executado pelos espanhóis quando ali se instalaram, os nativos foram recompensados pela ação espanhola civilizadora. Assim, tais produções moderadas concluíam que a empresa empenhada pelos espanhóis na América fora legítima, dado que a América não tinha donos e, nas terras em que possuidor existia, os terrenos foram cedidos voluntariamente ao monarca castelhano ou compradas por este (CARBIA, 1944). Não cabe questionar as alegações, contudo estas definitivamente apontam para a existência do empenho em combater o descrédito aos espanhóis e, o mais importante disso, o assunto se disseminou além-mar.

Durante essas disputas de narrativas, ocorridas nos três séculos de colonização espanhola, a Lenda se manteve fortalecida pela disputa de influência territorial entre as demais nações europeias interessadas nas terras americanas, o que gerou perdas efetivas do poder espanhol na América. Em uma situação no mínimo embaraçosa, o desprestígio espanhol se referia tanto ao monarca quanto aos seus costumes e história.

Os americanos faziam parte da história que constituía a Lenda Negra e eles sofriam os reflexos da publicidade negativa dos seus colonizadores. Logo, prevalecia a correlação de que os insucessos em se prosperar civilidade entre os americanos derivariam do domínio espanhol. Os periódicos ilustrados americanos procuram realmente desfazer essa imagem, de maneira que inserissem as realizações dos espanhóis, e, consequentemente, a América, no debate da história do mundo, a começar de suas merecidas contribuições.

Mas existia mais um fator relevante neste enfrentamento dos americanos à repercussão de tal Lenda Negra: a expressa vontade de se aproximar da nação hispânica. Considerava-se que a América, por ser uma continuação do território espanhol, inevitavelmente, os americanos prosseguiam o fazer cultural e histórico metropolitano. Deste modo, os hispano-americanos buscaram sistematicamente participar da república mundial do saber na qualidade de fiéis representante do Império espanhol. Ao realçarem o *status* espanhol de suas identidades, os crioulos americanos entendiam que a partir desta proposição era também uma maneira de corroborar a lealdade americana à Coroa Espanhola e, consequentemente, manter um convívio mais arrojado com os peninsulares.

O descontentamento dos americanos com o afastamento notado em relação ao centro de decisões hispânicas, até mesmo no fator cultural, fez os periódicos americanos se empenharem em demonstrar sintonia com as ideias da reforma ilustrada propostas pela dinastia Bourbon. Ao avaliar a atuação dos americanos no cenário macro da política espanhola, constata-se ser realmente raro um crioulo atingir uma posição relevante no funcionalismo espanhol, e que, a partir da segunda metade do século XVIII, a administração dos Bourbon se preocupou em diminuir o poderio das elites *criollas* nas Américas. Constituíam medidas de restrição à

autonomia que a distância e a imensidão continental haviam proporcionado à alta sociedade americana, ademais destes crioulos estarem no território americano em número maior em proporção com os peninsulares (ANDERSON, 2008, p. 98).

A política bourbônica tornou-se mais impositiva, sobretudo em decorrência das elites peninsulares tomarem como "colônias" os reinos e as províncias americanas. Conforme explica François Xavier-Guerra, isso significou no período a palavra *colônia* sintetizar um sentido exclusivo para o território americano como espaço a ser explorado pela metrópole espanhola. Implicitamente, esse *status* tornava os americanos desprovidos de direitos políticos próprios, de modo que os hispano-americanos não dependiam do rei como os outros reinos, porém, apenas de uma metrópole (XAVIER-GUERRA, 1999, p. 17).

Oficialmente, o termo não era utilizado, mas escritos crioulos revelam o quão ofendidos se sentiam por descaracterizá-los de sua condição espanhola, conquista alcançada desde o início da presença dos espanhóis em terras americanas. É o indício de que a diferenciação entre espanhóis peninsulares e hispano-americanos se via reforçada no século XVIII, inclusive nas suas manifestações culturais.

Para encarar tantos desafios, os americanos espanhóis elegeram instituir um espaço de conversação racional que fosse, portanto, promovedor de vinculação e diálogo com a Espanha e o resto da Europa, bem como articulador de comunicação com os intelectuais e burocratas americanos a pensar suas realidades locais e imediatas. Isso deve-se às múltiplas identidades grupais, como uma espécie de pirâmide de identidades entrelaçadas e superpostas, mantenedoras da sociedade na Hispano-América e determinantes à complexa relação com as autoridades monárquicas.

Aos grupos existentes nestas sociedades, tinha-se aqueles de caráter territorial (reinos, províncias, cidades, freguesias), mas existia também os de caráter pessoais, como laços de parentesco, de clientela ou de interesses. Soma-se a divisão em duas "repúblicas" (a dos espanhóis e a dos índios) que era feita dos habitantes e de múltiplas distinções menos formalizadas, fundamentadas sobre o local de nascimento (crioulos e peninsulares) e sobre a mestiçagem (os mestiços de condição incerta) (XAVIER-GUERRA, 1999, p. 12).

Desse modo, o nacionalismo cosmopolita da *República das Letras* americana existia pelas sobreposições identitárias constituídas ao participar-se de uma pátria localizada, integrada a uma nação-imperial (no caso, espanhola), composta por diferentes grupos étnicos subjugados pelo mesmo rei. Durante muito tempo na era moderna, a identidade nacional manifestou-se também por meio de sua extensão territorial (e cultural), decorridas de práticas imperialistas coloniais realizadas pelos Estados-Nação europeus.

Ainda assim, foi através dessa estrutura sócio-política até mais heterogênea do que os Estados europeus da mesma época, que a crença na aprendizagem do conhecimento científico conseguiu multiplicar-se por diferentes dinâmicas de sociabilidade, recrutando um número maior de indivíduos, na garantia de possibilitar a manutenção do projeto de *República das Letras* na América espanhola.

## 4 REDES TRANSATLÂNTICAS E HISPANO-AMERICANAS DE SABERES

## **4.1** COLABORAÇÃO É UM COMÉRCIO

Se havia um preceito sustentador da dinâmica e do interesse nos letrados em se associarem à *República das Letras*, era (e ainda consta ser) a colaboração científica. Na sua essência, significava o desejo de que não houvesse nenhum limite para se concretizar a comunicação científica, fossem barreiras temporais, geracionais ou espaciais. O diálogo deveria ocorrer entre os vivos e os mortos ou então como uma conversação entre indivíduos de distintas nacionalidades, interagindo, todos, apesar das suas diferenças culturais. Sempre por um esforço coletivo.

No século XVIII, havia uma tendência destas redes de colaboração serem compreendidas como *comércio*, em oposição aos discursos da moral cristã, que associavam o comércio a um pecado original. Na verdade, o comércio era pensado de maneira muito ampla no Iluminismo, referindo-se não apenas às questões econômicas, mas a uma extensa gama de formas (in)voluntárias de intercâmbio e reciprocidade.

Para alguns, o comércio de luxo e das boas maneiras entre indivíduos polidos produzia gentileza e civilidade. Chamado como *commerce doux* (comércio suave) pelos franceses, acreditava-se que uma civilização comercial avançada, baseada largamente no "suave comércio", seria a expressão dos "benefícios à coletividade" que surgem involuntariamente no livre jogo dos "vícios privados", como o egoísmo. Mesmo sendo o homem naturalmente egoísta, sem qualquer coerção e havendo interesse, ele poderia praticar atos de reciprocidade prováveis de se transformarem em expressões benéficas de sociabilidade por meio de obras literárias, arquitetônicas etc.

A concepção do homem naturalmente egoísta se baseia na teoria contratualista e está intimamente associada aos escritos de Thomas Hobbes e John Locke. Em particular, tais filósofos descrevem a sociedade como uma criação deliberada de indivíduos motivados pela vontade auto interessada em evitar os muitos e inconvenientes perigos do mundo natural e présocial. A sociedade, nesta visão, não é vista como um meio necessário através do qual a identidade humana é realizada e desenvolvida, ou essencial para a agência humana (GARRARD, 2003, p. 19).

Porém, o que prevaleceu no século XVIII foi o apelo à ideia de que os seres humanos seriam naturalmente sociáveis, uma visão que gozava do apoio quase que unânime entre os *philosophes*. Em suas *Cartas Persas* (1721), Montesquieu relaciona essa crença na rejeição à

concepção contratualista do estado de natureza pré-social. Denis Diderot também acreditava na sociabilidade natural dos seres humanos já que, como compensação para sua fraqueza natural, seriam estes dotados de dois dons que os tornavam superiores aos animais: a razão e a sociabilidade. Por sua vez, Voltaire acreditava que Deus designou o homem a viver em sociedade (GARRARD, 2003, p. 20).

Para estes pensadores ilustrados, o termo francês *sociabilité* se referia à tendência natural do homem em abraçar a sociedade sem a necessidade de uma intervenção interna (o egoísmo) ou externa (o Estado) para acontecer. Sem a sociabilidade, destruir-se-ia a união da espécie humana, da qual depende tanto a sua conservação (GARRARD, 2003, p. 20).

Por conseguinte, já que se tinha uma tendência natural a sociabilizar, ideias eram comercializadas. Como seres pensantes e racionais, era através da comunicação (comércio) que se sabia as vantagens em juntar-se aos outros e quais prejuízos decorreriam de tal associação. A comunicação tornou-se, então, o suporte de união entre as pessoas em sociedade. Nesse sentido, a origem da sociedade se dava no reconhecimento pelos indivíduos de que todos tinham as mesmas necessidades (mesmo que expressadas diferentemente), e o interesse comum em satisfazê-las.

Ainda assim, a percepção de socialização não se concluía desse jeito. Conforme a teoria da natural sociabilidade do homem, somente conseguir-se-ia realizar a comunicação mediante a prática social. Um não conseguiria viver sem o outro. Viver em sociedade era obrigatório para o desenvolvimento da comunicação de ideias e conhecimento, uma vez que suas tramitações seriam vitais para o funcionamento proveitoso da sociedade. Toda essa definição encontra-se no *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*, escrito por Jean le Rond d'Alembert, mas a tese foi compartilhada por outros pensadores, como Diderot (GOODMAN, 1996, p. 26).

Nesse caso, seriam as paixões que minavam a capacidade de viver pacificamente com os seus companheiros. É nesse momento que a figura do Estado geralmente aparece como solucionador para estabelecer a paz e a ordem que os humanos, por natureza, desejam. Não obstante, os espaços de sociabilidade do saber adquiriram sentido semelhante. Compreendia-se que as criações dos espaços de saber refletiam a necessidade percebida de proporcionar ordem e harmonia aos homens, pois esses espaços lhes permitiriam alcançar a sociabilidade que naturalmente procuravam.

Mas, deve se esclarecer outra questão: esse comércio gerou renda. Existia uma intensa comercialização de livros, panfletos, periódicos, pinturas e todos os outros meios de transmissão de ideias. Produzidos em maiores quantidades e a preços mais baixos, eles foram tornados bens de consumo. Colocar informações textuais e visuais abertas para quem pudesse

pagar, além de ter transformado o conhecimento num negócio, permitiu o acesso de alguns extratos sociais a variados recursos culturais.

É por este motivo que muitos desses meios de comunicação vendidos ou divulgados passaram a ser considerados como *práticas igualitárias de sociabilidade* (POUPENEY-HART, 2010a), pois representaram a significativa expansão das possibilidades de intercâmbio cultural entre indivíduos de diferentes classes sociais. O que se sabe não ser tão simples assim, na prática. Essas mudanças surgiram num contexto em que o livro ainda era uma fonte custosa de conhecimento na América Hispânica, algumas vezes tendo seu conteúdo considerado ilegal – o que não impedia de obtê-los, mas criaram empecilhos para sua circulação –, aliás, seu comércio foi centralizado em regiões pontuais do império espanhol na América. Os livros permaneciam vistos como artigos de luxo, a ponto de serem feitos inventários de bibliotecas particulares e institucionais.

O século XVIII realmente representou o surgimento amplificado das bibliotecas públicas na América espanhola, contudo, elas estavam associadas a instituições de aprendizagem, o que, em si, já limitava o acesso às bibliotecas. E, se considerar quão acentuada era a população analfabeta do período, tende-se a diminuir seu efeito transformador.

Por exemplo, os periódicos hispano-americanos *Mercurio Peruano* e *Semanário Crítico* eram vendidos, o primeiro a catorze *reales*, o segundo a seis *reales*, ambos comercializados em Lima através de assinatura mensal. Esses valores revelam o quanto poderia variar a determinação nos preços das mercadorias culturais num território comum. Ora, quando o *Semanário* foi criado, o *Mercurio* já exercia a prática jornalista há algum tempo, mesmo que numa diferença de poucos meses, o que lhe garantiu uma legitimidade maior no cenário cultural limenho, além do fato de que o *Mercurio* nasceu sustentado pela mais "fina flor" da elite limenha. Por isso, mesmo custando menos, o *Semanário* não ultrapassou o número de dezesseis assinantes em 1791, ano em que encerrou suas atividades após dezesseis edições. Já o *Mercurio* obteve ao longo dos seus cinco anos de atuação (1791-1796) mais de 500 assinantes, sendo 220 apenas no primeiro ano, valendo destacar que tais assinaturas não se limitaram ao espaço de Lima, como foi o caso do *Semanário* (PERALTA RUIZ, 2005, p. 117-118).

Na teoria, o comércio de luxo ou simplesmente de conhecimento não se dedicava a busca de riquezas materiais. De resto, viver do ofício da escrita e escrever para sobreviver era uma prática malvista. A propósito, Voltaire considerava que, para sobreviver, esses autores multiplicavam escritos inúteis com o objetivo de conseguir seu pão. Riquezas seriam bemvindas, fruto da merecida erudição destes pensadores, sem obrigatórias bajulações àqueles que lhes concedessem prêmios e mercês (VOVELLE, 1995, p. 153-157).

A comercialização dessas informações pelas editoras ou por espaços afins deveria ocorrer, exclusivamente, como oportunidade de manter-se em movimento o conteúdo comunicado. Mesmo assim, foram recorrentes as críticas dos *philosophes* às perversões do mercado e às tiranias de protetores particulares por interferiam nas produções de saberes. A independência tornou-se realmente um item bastante reivindicado pelos homens de letras, na consideração de que as transações fossem mais voluntárias, desinteressadas e imparciais, em um projeto altruísta de difusão da ciência e do pensamento.

Por outro lado, o conhecimento intercambiado de maneira alguma se limitava ao formato do "discurso científico" formal e exclusivo a esse debate. O espaço de aprendizagem era procurado para se obter privilégios ou posições de favor ou, mesmo, fofocar sobre colegas e fazer recomendações de estudantes, discutir acerca da política das universidades, dos reis, da Igreja ou relatar assuntos familiares e de saúde (MIERT, 2016, p. 270; NÚÑEZ, 2010, p. 4).

Enfim, partilhar tramas pessoais, existenciais e sociais fazia parte do bom convívio e não era considerado impróprio. De uma pretensão simples para uma mais complicada na sua realização, nessa *República das Letras*, os interesses pessoais jamais poderiam obscurecer a glória nacional, transformando-se num vício desenfreado e inconsequente por sucesso (DASTON, 1991, p. 383).

Na presença de tal atitude recusada, faz-nos cogitar uma pergunta: se os cidadãos da República não tinham passaporte, como seus integrantes sabiam com quem deveriam estabelecer a comunicação? Seguramente, as pessoas reconheciam-se por certas maneiras. Para aqueles que procuram conhecer um pouco de tudo e reconhecem os indivíduos possuidores dessas qualidades, esses poderiam ser considerados integrantes desta órbita (GRAFTON, 2009, p. 8). Nessa dinâmica, o respeito deveria controlar as paixões exacerbadas ou os preconceitos embutidos, numa prerrogativa máxima para que exista o convívio pessoal ou impessoal entre indivíduos diferentes. É evidente que a interação entre diferentes foi incapaz de impedir o conflito por meio de difamações em numerosas guerras panfletárias e polêmicas, lutando contra o charlatanismo, o plágio, a vaidade e a arrogância (MIERT, 2016, p. 270-271). Ainda assim, as dissonâncias traziam o que era reivindicado ao convívio: a inexistência de uma ideologia única ou de um conjunto oficial de crenças que determinasse essa extensa rede social e intelectual.

Tais pessoas estavam vagamente ligadas pela curiosidade à natureza e à história, sendo imprescindível que o conteúdo circulado fosse fiel à verdade. Existia "toda uma ética da indagação filosófica da natureza que induzia as práticas experimentais, o método de raiz

especulativa para levá-los a cabo com a garantia e o meio adequado e correto de comunicar os resultados destas ao resto da comunidade" (TOMÁS, 2010, p. 23, tradução nossa).

Ao se inserirem voluntariamente nesta República, seus participantes se comprometiam em ser responsáveis pelo conteúdo que expusessem: as leviandades não seriam toleradas, sendo eles formadores de opinião. Mas nas ações, os limites se faziam destacáveis. O clube não incluiu todos que queriam participar, visto que essa comunidade estava definida por fronteiras geográficas e socioculturais (quanto a sexo, condição econômica, faixa etária etc.), limiares muito difíceis de atravessar, apesar da linguagem por igualdade e pelo companheirismo. Havia casos em que não chegava a se tratar de discriminação, havendo expressões de diferenças culturais, sobretudo, na maneira de lidar com o conhecimento, estimulando-o ou reprimindo-o (BURKE, 1999).

No caso dos hispano-americanos, embora eles estivessem desde os primeiros séculos da colonização interessados no continente europeu e nos conhecimentos que ali vinham sendo formulados, somente na segunda metade do século XVIII se viu, na América espanhola, políticas sistematizadas que procuraram implementar ambientes especializados no desenvolvimento da cultura científica (como academias e escolas de botânica, de medicina, de cirurgia, de mineralogia etc.) para além das universidades existentes. A fundação destes espaços permitiu a nascidos ou residentes na América manterem um contato constante e participativo na cosmopolita comunidade erudita. Mais do que um limite geográfico determinado pela existência de um oceano entre os continentes era a escassa e dispersa produção científica nas terras americanas que impedia um fluxo mais intenso entre ambas as partes.

Quanto à participação feminina, nota-se outro limite imposto pela *República das Letras*. Identifica-se a presença de apenas uma mulher dentre os autores que publicaram nos periódicos americanos dos finais do século XVIII. Utilizando o pseudônimo "Erophilia", Manuela Espejo y Aldaz – irmã do editor do *Primicias de la Cultura de Quito*, Francisco Javier Eugênio de Santa Cruz e Espejo – escreveu alguns textos para o *Primicias de la Cultura de Quito* e, à propósito, não se limitou a este espaço. Junto com o irmão, compartilhou uma severa educação focada nas ciências, formação que foi reforçada graças à herança, deixada pelo pai, de uma coleção em 26 volumes da obra *Medicina y Cirurgía*, do científico Lorenzo Heinster. Adepta dos ideais iluministas, ela era enfermeira quando a cidade de Quito enfrentou uma epidemia de febre amarela.

Quanto a suas participações em *Primicias*, no terceiro dos sete números do periódico há um texto opinativo escrito por ela. Nele, Manuela relata as dificuldades que as mulheres enfrentavam para expor seus pensamentos. Mais do que isso: explicitava sua condição de

mulher amante dos livros com o intuito de demarcar seu discurso pela vivência dos dilemas elucidados no texto e, assim, defender a ideia de que a razão não se manifestava apenas nos homens.

Para além da questão de gênero, Manuela era uma jovem de poucos recursos, de ascendência indígena e que enfrentou o abandono do marido. Hoje, ela é considerada a primeira mulher periodista equatoriana e pioneira dos movimentos feministas e sociais no país. No entanto, apesar dos enaltecimentos e novos significados à sua memória, ainda pode se imaginar quantos pobres, negros, mulatos e indígenas foram engolidos pelas dificuldades e exclusões que os impossibilitaram de manifestarem-se ou conviver em qualquer espaço de sociabilidade valorizador da ciência.

A retórica igualitária e amigável proposta pela *República das Letras* não deve ser confundida com discursos majoritários e animados por condutas democráticas. O que havia eram debates humanistas de caráter cristão que, por muitas vezes, conduziram às percepções mais inclusivas na sociedade. No mesmo texto citado acima, Manuela Espejo questiona que sensibilidade é essa que proclamam os ilustrados que exclui algumas pessoas também possuidoras de habilidades argumentativas e sensitivas<sup>48</sup>.

Os discursos em defesa de uma relação mais pacífica entre os indivíduos fizeram retirar do esconderijo grupos excluídos na sociedade e temas detestados por seu teor de provável alvoroço. No *Papel Periódico de la Havana*, por exemplo, encontra-se publicações em defesa de um tratamento mais humano com os escravizados, a exemplo de um texto do presbítero José Caballero, para quem menos castigos físicos resultariam em maior produtividade agrícola (GARCÍA-MARRUZ, 1990). Não consistia numa defesa do abolicionismo, muito pelo contrário, era um alerta para os perigos de atitudes pouco racionais que podiam ter como consequências rebeliões escravas.

Os limites sociais estavam plenamente em voga, entretanto, o discurso igualitário implantou em alguns a esperança por mudanças sociais, isto é inegável. Uma linguagem de grande potencial era instaurada. No capítulo 5, dedicado também a temática igualitária, poderse-á examinar os desdobramentos desta pauta na realidade americana.

São tantos detalhes compondo os princípios e o funcionamento das redes de colaboração do espaço republicano do saber, que nos obriga às contextualizações. Neste capítulo apresentase a elasticidade das redes intelectuais que permitiram a composição de periódicos na Hispano-América, no decorrer das duas últimas décadas do século XVIII. Nesse breve espaço de tempo,

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Primicias de la Cultura de Quito. Miscelánea. Carta escrita al Editor de los Periódicos, sobre los defectos del número 2. Quito, n. 3, 2 de fevereiro de 1792, p. 19 a 25.

esses periódicos se comprometeram em proporcionar o melhor conteúdo a seu público, vasto de informações científicas e recentes, sobretudo, alusivos às realidades locais e continental americana. Mas a prestação de tal serviço requisitava da capacidade de interação dos autores e editores desses periódicos na *República das Letras* iluminista.

Por mais que tente se imaginar uma Ilustração na América como hostil aos princípios iluministas europeus, que lhe teria gerado características únicas e particulares, o fato de que as influências estrangeiras penetraram na América e deixaram um legado significativo faz pensar que a Ilustração não foi um "derivado" em nenhum sentido. E que, ao contrário, "emergiu de um ambiente caracterizado por uma ampla gama de contatos internacionais que exerceram uma influência e com os escritores [...] uniram-se para a produção de conhecimento". Esta afirmação do Gabriel Paquette (2014, p. 87) foi anunciada como uma das diversificadas mudanças que a história passara a interpretar a Ilustração espanhola.

Entretanto, como as histórias da Espanha e América espanhola demonstram-se integrantes e integradas, permite-nos interpretar muito dos fenômenos iluministas espanhóis associando-os ao movimento intelectual iluminista americano, a partir do compartilhamento ideológico existente entre os dois. Isto é, os crioulos americanos reconheciam e influenciaram-se pelo Iluminismo espanhol, seja nos seus debates, seja nas suas práticas.

Orientados pelo lema da ampla comunicação, os periódicos iluministas americanos setecentistas buscaram múltiplas alternativas de dialogarem com outros. Estas podem ser chamadas de *redes externas* e *redes internas*, que lhes oportunizaram ao contato internacional com a órbita literária europeia (e até estadunidense), enquanto internamente o intercâmbio de ideias se refere ao movimento entre regiões distintas da América Hispânica. Não há dúvida, ambos os movimentos de troca de conhecimento ocorreram simultaneamente, muitas vezes em decorrência um do outro. Será considerando-os concomitantes e relacionáveis que se conhecerá parte do espaço literário americano.

Essas redes de comunicação manifestaram-se de maneiras distintas em cada uma das cidades hispano-americanas. O capítulo 3 expôs como os próprios americanos perceberam isso, e consideravam alcançar no futuro a mesma dinâmica cultural que as capitais dos Vice-Reinados da Nova Espanha e do Peru mantinham no período. O que se verá a seguir é a apresentação dos *aspectos comuns*, acionados pelos hispano-americanos na busca por manter o debate dentro do espaço cosmopolita do saber.

# **4.2** AS REDES DE COLABORAÇÃO DOS PERIÓDICOS ILUSTRADOS HISPANO-AMERICANOS DURANTE O SÉCULO XVIII

O contato com a ciência europeia viabilizou aos crioulos americanos acessar o que havia de novidade no mundo e, com certeza, os periódicos de Madri exerceram essa função. Foi através do acesso aos jornais científicos espanhóis que o *Mercurio Peruano* e o *Papel Periódico de Santafé de Bogotá* informaram ao seu público os acontecimentos que se passavam na França, após a queda da Bastilha e fizeram o relato em tempo próximo ao ocorrido. O histórico do jornalismo hispano-americano revela que a oficialidade estatal de ambas as publicações (os periódicos americanos e os espanhóis) favorecia a exposição de matérias sobre a Coroa Espanhola e, consequentemente, as eventualidades sucedidas na Espanha e no resto da Europa.

Na medida em que as gazetas americanas foram se constituindo de forma mais autônoma ao longo do século XVIII, elas passaram a utilizar as informações dos impressos espanhóis para refletir cientificamente acerca de seus próprios espaços socioeconômicos.

Por exemplo, em 19 de abril de 1792, o *Papel Periódico de la Havana* publicou a notícia do progresso industrial que ocorria na Espanha, relatando a inauguração da *Real Fabrica de Azucares de San Carlos*, uma fábrica especializada em refinar açúcares na cidade de Santander<sup>49</sup>. No texto, nota-se o propósito propagandístico em exaltar os feitos do governo espanhol, que investia em um setor relevante na economia imperial. Porém, deve se lembrar, Havana se inseria em uma região de grande produção açucareira na América espanhola, havendo um claro interesse patriota na exposição desta novidade. E além disto, provavelmente existia o desejo de que investimentos desse tipo pudessem se tornar realidade em Cuba.

É necessário destacar que o texto fora retirado da edição do *Diario de Madrid* de 14 de janeiro de 1792, um pouco mais de três meses antes de sua replicação no periódico cubano, ou seja, a espera para ter acesso aos periódicos espanhóis pelos americanos não era longa.

Nesse período, foram proibidas a criação e a publicação de qualquer periódico sem a oficialidade da Coroa Espanhola. Desde 24 de fevereiro de 1791, uma *Real Resolución* firmada pelo ministro Floridablanca impôs um novo regime ao jornalismo espanhol. Permitia-se somente a circulação de três periódicos produzidos em território peninsular espanhol – *Gaceta de Madrid*, *El Mercurio* e *Diario de Madrid* –, exatamente os que mais aparecem nas notas de rodapés ou nos títulos dos periódicos hispano-americanos, quando estes informam a origem do conteúdo extraído de outros recursos (HITA, 2007).

.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Papel Periódico de la Havana. Noticia del establecimiento de azucares refinados en España. Havana, n. 32, 19 de abril de 1792, p. 125-127.

Dita repressão foi suavizada em 1792 (mantida até 1795), ocasião na qual se autorizou a publicação do *El Correo Mercantil de España y sus Indias* de Eugenio Larruga e Diego María Gallard, o que foi, inclusive, noticiado pelo *Mercurio Peruano* a partir da reprodução de três notificações: primeiro, reproduzindo uma carta escrita pelos editores do novo periódico à sociedade limenha; segundo, uma publicação do próprio *El Correo* que *mercunaristas* copiam. O outro documento é a duplicação do prospecto do *El Correo*, publicado na íntegra com os seguimentos temáticos que seriam priorizados pelo periódico madrilenho<sup>50</sup>.

Na carta escrita pelos editores do *Correo Mercantil* ao periódico limenho, o texto na verdade fora endereçado ao vice-rei do Peru, don Francisco Gil y Lemos. Iniciada por elogios à "muita ilustração de Vossa Excelência", a carta indica que havia sido enviado outros dois documentos, igualmente publicados nas páginas seguintes do periódico limenho.<sup>51</sup> Apesar da publicação sobre o periódico espanhol ser fruto de um Decreto Superior, ou seja, proveniente de uma imposição governamental para a divulgação dos acontecimentos no território espanhol, a chegada desses escritos na América revela como o vice-rei don Francisco Gil y Lemos, ao ter apoiado a criação do próprio periódico limenho pouco tempo antes, por ocasião de sua nomeação, dera confiança aos representantes do *Correo Mercantil* em dirigirem seus desejos para o vice-rei.

Definitivamente, o envio de publicações periódicas a outras redações e seus demais representantes foi um método comum de colaboração. No começo de um diálogo, remetia-se uma apresentação, exibindo metas e temáticas, e pedindo, caso o teor fosse do agrado, a divulgação do recurso cultural. Era uma espécie de solicitação de entrada na república literária, uma atitude respeitosa e solícita para que as trocas de conhecimento pudessem acontecer entre os distintos espaços de aprendizagem e cultura.

Aliás, não foi atípico destinar edições dos periódicos americanos para que o próprio monarca espanhol tivesse conhecimento do que estava sendo produzido em aspectos culturais nas Américas. O envio muitas vezes não ultrapassava o caráter opinativo, pois, na verdade, era de responsabilidade dos representantes da Coroa na América conceder autorização para produções informativas americanas. Mesmo assim, a atitude era vista com orgulho e valorizadora do espaço literário espanhol-americano.

<sup>51</sup> Mercurio Peruano. Noticia de un nuevo periódico de Madrid, intitulado Correo Mercantil de España y sus Indias mandada publicar por Superior Decreto. Lima, n. 223, 11 de fevereiro de 1793, p. 128-131.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Mercurio Peruano. Carta dirigida a la Sociedad por los editores de Correo Mercantil de Madrid; Prospecto. Para la suscripción a un papel titulado Correo Mercantil de España y sus Indias. Lima, n. 223, 11 de fevereiro de 1793, p. 132-137.

No tocante do teor impositivo, quando notas e artigos relacionados à Espanha eram obrigatoriamente publicados nos periódicos ilustrados americanos, é necessário retomar esta discussão. O pacto colonial entre a metrópole e suas colônias se estendia ao "comércio de luxo", reproduzido pelo exclusivismo espanhol nas terras americanas. Não há como negar o vínculo cultural-administrativo que o cerceamento criou, sustentando a busca informativa dos autores "periodistas" pelos escritos dos periódicos espanhóis, e não somente a estes textos. Ao se observar as obras literárias referidas nos periódicos americanos ilustrados da época, não é difícil encontrar livros escritos por espanhóis como don Benito Jerónimo Feijoo e Montenegro ou Pedro Rodríguez de Campomanes, pensadores ilustres do Iluminismo espanhol (CHIARAMONTE, 1977, p. 17).

Mas, caso fosse invertido o sentido da comunicação, teriam informações presentes nos periódicos americanos chegado a jornais espanhóis? A resposta é afirmativa. Há um recente trabalho feito por Dalia Valdez Garza que confirma tal suspeita. Através desta pesquisa, sabese que os textos de periódicos americanos *Gaceta de Literatura de México* e *Gazeta de Guatemala* foram publicados nos três periódicos metropolitanos *Memorial Literario*, *Instructivo y Curioso de la Corte de Madrid*, *Mercurio Histórico y Político de España* e *Diario de Madrid*.

Garza registra a publicação no *Mercurio de España* do *Memorial*, que comunica a literatura de José Alzate, o principal autor da *Gaceta de Literatura de México*, justamente no ano de inauguração do periódico novo-hispano, em 1788. Os editores do *El Mercurio* expõem o prospecto da *Gaceta de Literatura* de Alzate, por acreditar que o lançamento de uma obra periódica de literatura numa das colônias americanas do reino de Espanha era um tipo de notícia que interessava aos leitores peninsulares. E não foi apenas o *El Mercurio* que citou a *Gaceta de Literatura*, também é possível encontrar elogios à figura de José Alzate no *Diario de Madrid*, que considera uma obrigação apresentá-lo, para a glória da nação espanhola. (GARZA, 2017, p. 3).

Em síntese, os principais eventos que envolviam os espaços americanos residiam numa das preocupações dos letrados espanhóis, isso porque a América era uma importante extensão do Império espanhol. O que acontecia nas suas colônias representava a magnificência de uma mesma Coroa.

Seguindo o percurso da comunicação entre os dois lados do Atlântico, como esses periódicos americanos teriam chegado até a Europa? No caso da *Gaceta de Literatura*, não foram achadas as listas de assinantes, o que impossibilita afirmar quem eram os assinantes estrangeiros que liam o periódico mexicano, mas eles existiam. O próprio José Alzate afirma

num dos seus textos introdutórios nos tomos anuais saber que a Gaceta de Literatura de México tinha mais quatros assinantes literatos alemães<sup>52</sup>. Inclina-se a pensar que, provavelmente, teriam sido viajantes que adquiriram esses papéis na Nova Espanha e os levaram à Europa (GARZA, 2017, p. 3-4).

Um pouco diferente do caso da Gaceta de Literatura, o Mercurio Peruano nos permite mais acesso a informações sobre seus leitores estrangeiros. O periódico peruano contou em 1792 o êxito que seus escritos vinham tendo e que, "por cartas da Espanha e Alemanha, passaram saber a favorável aceitação que tinha o Mercurio em Madri, Varsóvia, Budapeste e Dresden, sendo traduzido nas duas últimas capitais trechos do primeiro tomo para inseri-los nos periódicos da Hungria e Alemanha"53.

Ou seja, por uma carta enviada para algum dos integrantes do periódico limenho, seus responsáveis tomaram consciência da sua repercussão em terras afastadas. Na curta introdução desta notícia, não se explica como esses periódicos chegaram a tantas cidades europeias, mas provavelmente os assinantes estrangeiros do periódico ajudaram nessa dispersão. Ao longo dos seus doze tomos, houve onze assinantes estrangeiros que recebiam as edições do periódico de Lima em suas respectivas nações, dentre os quais constam Alejandro Malaspina (Itália), o Barão de Nordenflicht e Alexander von Humboldt (Alemanha). Humboldt, por exemplo, tinha um interesse voraz pela América, mantendo intensa correspondência com americanos e espanhóis, meio pelo qual possivelmente teve conhecimento das publicações do *Mercurio*.

Anos mais tarde, o Memorial Literario, em sua seção de "Notícias da América" de setembro de 1797, enunciou o aparecimento de uma gazeta literária na Guatemala, informando ainda ter recebido os números 13 ao 17 da gazeta literária mexicana, num momento em que o referido periódico já havia encerrado sua publicação (o que se deu em 1795). A anterior chegada da Gazeta de Guatemala não fora mera causalidade, os envolvidos na Gazeta de Guatemala tiveram a iniciativa de enviar impressos.

Pode se pensar que os leitores americanos obtinham os periódicos espanhóis com mais facilidade do que os espanhóis aos periódicos americanos, sobretudo devido à acanhada logística comercial que se operava nessas redações americanas. Geralmente eram poucas as pessoas envolvidas na estruturação destes periódicos, além do que, os escassos recursos financeiros e materiais dificultavam as possibilidades de comunicação.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Gaceta de Literatura de México. Motivos que tuvo para continuar este tomo. Cidade do México, tomo III, 8 de janeiro de 1793, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Mercurio Peruano. Introducción al tomo VI del Mercurio Peruano. Lima, tomo VI, n. 174, 2 de setembro de 1792, p. 1.

Não deve se esquecer dos inconvenientes no trânsito de cartas e afins entre os dois lados do Oceano Atlântico, os quais aconteciam em uma levada de meses ou até anos. Foi por este motivo que, durante o século XVIII, a Coroa Espanhola regulamentou regras, a partir das reformas, para melhorar o correio no império.

Depois de algumas tentativas de argumentações por monarcas espanhóis, Carlos III publicou, em 24 de agosto de 1764, o *Reglamento Provisional del Correo Marítimo de España a sus Indias Occidentales*, firmado pelo marquês de Grimaldi como Superintendente Geral de Correios e Postagens das Índias. Nesta ordenança, residiam as disposições que impunha a Coroa ao estabelecimento dos Correios Marítimos (antes pertencentes ao âmbito particular, por meio de concessões): o envio e despacho dos paquetes, as rotas marítimas, os trabalhos fundamentais dos administradores dos correios, as contas que tinham que levar os contadores de cada oficina postal, as tarifas postais etc. (CABANILLAS, 2017, p. 9).

Todavia, apesar dos esforços em projetar propagandas dos seus periódicos em variados veículos opinativos e em diferentes lugares, foi realmente a curiosidade voluntária dos indivíduos que contribuiu para a circulação mais próspera dos periódicos americanos, de modo a se tornarem mais conhecidos, lidos e influentes. Claro que a espontaneidade dificulta traçar todo o percurso para a obtenção desses periódicos, mas tamanha imprevisibilidade pode também proporcionar façanhas, como demonstram os periódicos americanos ao anunciar o quanto distante percorriam os seus escritos.

Não menos importante é refletir-se sobre as interpretações dadas ao conteúdo trocado entre americanos e peninsulares. Dalia Garza faz a apresentação de algumas dessas percepções acerca da mensagem expressa, mas dar-se-á destaque, aqui, apenas a uma destas exposições.

Em abril de 1790, o *Memorial Literario* publicou um texto de José de Alzate, escrito mais de um ano e meio antes sobre uma resina fóssil (âmbar). Abundante na América, a resina não era enxergada pelos americanos como possibilidades de riqueza no seu território, conforme Alzate, sobretudo por causa das visões pessimistas (baseadas em métodos equivocados) a respeito da América, feitas por pensadores como o conde de Buffon. Ao ser reproduzido no periódico espanhol, foram feitas intervenções no texto original de "um modo mais drástico não apenas pela quantidade eliminada, mas porque, por alguma razão, apaga-se toda alusão a Buffon, numa operação que pode parecer de censura, isto é, no que pode estar implicado um aspecto ideológico" (GARZA, 2017, p. 7-8, tradução nossa).

As alterações textuais viabilizavam ao menos duas possibilidades discursivas, e elas foram habituais. Devido às questões editorais, cada periódico definia como se organizariam as seções temáticas e o número de páginas dedicado a cada seção, com a possibilidade de serem

feitos alguns ajustes para "encaixar" o texto copiado ao formato padrão. Nesse caso, o texto poderia ser editado enfatizando argumentos centrais, mas *mantendo sua literalidade*, ou então, havia a opção de se produzir uma matéria crítico-textual na qual eram apontados trechos do texto autoral copiado, mesclando com *impressões críticas* ao artigo referenciado. A retirada da crítica à Buffon pelo *Memorial* se insere exatamente no segundo caso.

Através de notas de rodapé, o *Memorial Literario* relativiza alguns dos argumentos expressados por Alzate, dando um novo sentido ao texto copiado. Cinco anos antes, o *Memorial Literario* já havia publicado elogios ao Buffon e "de sua apreciável obra", de maneira que, até então, era estranho, aos autores daquele periódico espanhol, potenciais desavenças com o naturalista francês. Enquanto,

para Alzate, impugnar as ideias de Buffon se converte em um assunto patriótico, os autores do *Memorial Literario* parecem não estar comprometidos do mesmo modo com a crítica ao francês, nem tem o tratamento deste tema a mesma conotação que para o *criollo* e religioso novo-hispano [...] (GARZA, 2017, p. 7-8, tradução nossa).

Dentre as distintas possibilidades que levavam os editores dos periódicos a alterarem os textos transcritos reproduzidos, a censura as críticas de Alzate as ideias de Buffon destacam como as modificações no conteúdo replicados surgiam principalmente em consequência das incompatibilidades de ideias. Contudo, mesmo mantendo o máximo de veracidade com relação ao conteúdo copiado, o texto reproduzido pode estar sujeito a censura. Só a escolha específica de uma publicação significava, mesmo que inconsciente, eliminar do espaço de debate tantas outras perspectivas de igual tema.

Enfim, muitas das manifestações estratégicas de manutenção da *República das Letras* que movimentavam a comunicação dos periódicos americanos com outras nações não eram tão distintas quando realizadas entre os próprios americanos, ou por americanos com estrangeiros residentes na América.

Esta comunicação interna normalmente se iniciava a partir de demonstrações comemorativas do avanço na propagação das luzes na América. Animados, comparavam o

ano de 1492, quando o felicíssimo Colombo descobriu este Novo Mundo, ao de 1791, em que nos achamos! Um homem reflexivo que se atente um pouco para comparar aquela época com a presente não poderá menos que encher-se de espanto e admiração ao ver ilustrados com a luz da Filosofia uns países em que tinha seu trono a barbárie<sup>54</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Discurso sobre el Mercurio Peruano, dado a luz en la Ciudad de Lima por una Sociedad de Buenos Patriotas establecida baxo el titulo de los Amantes del País. Santafé de Bogotá, n. 24, 22 de julho de 1791, p. 197-198, tradução nossa.

Assim agiu o *Papel Periódico de Bogotá* em julho de 1791, quando comunicou que o *Mercurio Peruano* surgia pela Sociedade Patriótica local e finalizava seu longo texto comemorativo com uma pequena nota de rodapé, contando ao público que havia recebido exemplares do novo *Papel Periódico de la Havana*<sup>55</sup>. Ali eram informados os assuntos que seriam abordados por estes novos periódicos, o dia em que seriam postos à venda e o seu valor de compra, além dos comuns elogios aos literatos que escreviam nesses meios de comunicação, na medida em que eram guiados pelo relevante propósito educativo e patriótico ilustrado:

Em uma palavra; é um escrito de todo modo instrutivo, formado sobre o verdadeiro e único plano que deve ser a alma dos papéis periódicos, isto é, a ilustração pública, sem incorrer na notável falta de querer agradar a maioria do povo, cujo gosto não se contenta com outras produções que não as jocosas, satíricas e pedantescas. Se conhece que o Autor é um daqueles homens que possui profundamente a filosofia do coração humano, e sua obra não só faz honrar a cidade de Havana, mas o bom nome de toda a América<sup>56</sup>.

Ao serem apresentados os novos periódicos americanos, sugeriam-se aos leitores ampliar seu campo de leitura através de papéis periódicos diferentes, porém, mais próximos à realidade americana. "Os objetivos do Autor", dizia o *Mercurio Peruano* sobre quem escrevia o *Semanário Crítico*, "são as mais sábias. Conhecendo que não são adaptáveis ao sistema civil e doméstico de nosso país as declamações impressas dos Predicadores da Europa", o autor queria aplicar "as preciosas sacadas da Crítica aos objetos peculiares desta Capital e às ocupações que nos afetam mais de perto"<sup>57</sup>.

Portanto, o diálogo entre os periódicos hispano-americanos teria como foco a reprodução de um conteúdo útil para as suas respectivas pátrias, como deduz o *Mercurio Peruano*: "Considerando que para algumas pessoas lhes pode ser útil esta notícia que se acha impressa em um dos números do *Papel Periódico de la Havana*, damos ao público o modo de fazer velas econômicas de pouco gasto" 58.

Pode parecer evidente o desejo de recorrer a textos internos (produzidos ou reproduzidos na América), na medida em que as matérias americanas intercambiadas se distinguiriam do conteúdo estrangeiro europeu por abordar temáticas mais próximas do próprio contexto americano, seja nas suas raízes linguísticas, administrativas, burocráticas ou ancestrais. Porém,

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Ibidem, p. 197-204.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Nota de rodapié. Santafé de Bogotá, n. 24, 22 de julho de 1791, p. 204, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Mercurio Peruano. Idea de un nuevo papel periódico, que se va a dar luz en esta Capital, con el título de Semanario Critico. Lima, n. 46, 9 de junho de 1791, p. 102-103, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Modo de hacer las velas económicas de poco gasto. Santafé de Bogotá, n. 35, 7 de outubro de 1791, p. 296, tradução nossa.

a repetição insistente desse discurso nos adverte para a delicada relação que o periodismo mantinha com o público. Existia sempre a necessidade de convencer os demais leitores quanto às prováveis vantagens em se instruir através daquelas gazetas, fossem elas originadas no seu território ou nas regiões vizinhas americanas. Diante disso, o esforço dos periodistas ia além da insistência de que construíssem a prática habitual de escambo entre aqueles que se propunham desenvolver o conhecimento na América.

Com efeito, mais uma vez o envio de seus periódicos às outras redações americanas (ou, de modo geral, para os envolvidos) era a iniciativa recorrida pelos interessados em disseminar seu trabalho. Se sabe pelo *Mercurio Peruano* que o "Excelentíssimo Sr. José de Ezpeleta, vicerei daquele Reino [da Nova Granada], em uma preciosa carta dirigida a nossa Sociedade (Econômica), com data de 17 de fevereiro, se dignou a incluir um exemplar do número 1 que saiu à luz no dia 9. Consta de uma peça inteira" do *Papel Periódico de Bogotá*<sup>59</sup>. Meses depois, o *Papel Periódico de Bogotá* complementa como começou a comunicação entre os dois periódicos, explicando que o secretário da *Sociedade Econômica de Amigos do País de Lima*, José Hipólito Unanue, havia enviado uma carta ao vice-rei de Bogotá solicitando a assinatura mensal *do Papel Periódico de Bogotá*<sup>60</sup>.

Geralmente, nessa comunicação por encomenda, havia inconstâncias no recebimento das edições de periódicos vizinhos; quanto maior era a distância, maior também a probabilidade de os receber em lotes, dentre um número de dezenas de edições.

A Gaceta de Literatura de México distinguiu-se dessa negociação inicial por trocas de informações principalmente pela fama que o próprio autor do periódico tinha entre os seus pares, como se afirmou acima. Alzate, que era conhecido por sua relevância no cenário científico e cuja notoriedade extrapolava o território americano, parece não ter se preocupado em divulgar o seu trabalho "praça a praça", preferindo expor textos científicos de periódicos amigos americanos.

Já o *Semanário Crítico* surgiu através do frei franciscano espanhol Juan Antonio Olavarrieta, um recém-chegado em Lima que se associou às figuras mais importantes da região, explicando as circunstâncias temporais curtas em que fora criado o periódico (especificamente, em menos de três meses residindo em Lima). Apesar das suas conexões, o frei espanhol conhecia pouco do cenário sociocultural limenho, de maneira que seus textos causaram uma

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Mercurio Peruano. Noticia de un nuevo periódico en Santafé de Bogotá. Lima, n. 34, 28 de abril de 1791, p. 306, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Apéndice. Santafé de Bogotá, n. 24, 22 de julho de 1791, p. 201.

espécie de desconfiança ao público. Como resposta, Olavarrieta se apresentou como um novo amigo da sociedade limenha que respeitosamente procurava se inserir dentre os periódicos já existentes na localidade, tanto que mandou para o *Mercurio Peruano* duas edições do *Semanário* com o intuito de convencer também a imprensa local dos seus propósitos culturais e educacionais<sup>61</sup>. Como era novato, Olavarrieta preocupou-se em criar conexões com os letrados locais caso viesse a precisar para manter-se vivo no espaço literário americano.

Todas essas formas de comunicação praticadas entre os próprios representantes dos periódicos hispano-americanos demonstram como esses homens das letras tinham a comum preocupação em se manter em constante disposição para o diálogo: isolar-se significava esvaecer o empreendimento literário.

Para manter-se vivo, o jornalismo americano procedia, ora reproduzindo fielmente textos americanos, ora através dos resumos contando o que havia nos periódicos irmãos, ou mesmo por meio de elogios com referências curtas a textos de outros periódicos americanos. Guiado por uma espécie de "troca-favor", em que se referenciava a publicação de matérias dos demais periódicos hispano-americanos, na expectativa de que o citado retribuísse o favor, caso assim achasse apreciável o material do colega.

Desejava-se estabelecer um espaço viável para o desenvolvimento científico americano, no qual comunicar-se daria mais conteúdo a ser debatido e ofereceria mais contribuições à retórica e argumentação.

Uma personagem que contribuiu na dinâmica desse almejado espaço literário americano foram os *correspondentes*. Eles foram fundamentais para que os leitores de distintos espaços do território americano tivessem acesso aos periódicos. Mesmo com a existência dos correios, para que um novo-hispano adquirisse um periódico limenho, seria preciso que inicialmente fosse feita a assinatura do conteúdo, ou seja, o pedido de aquisição. Os responsáveis do periódico limenho somente enviariam a edição para o seu destino com esta solicitação final. No caso, seriam os correspondentes que intercederiam, reunindo os nomes dos assinantes e enviando-os ao centro original de produção do periódico.

Em uma carta escrita da Cidade do México à Sociedade Econômica de Amantes dos País de Lima, Joseph de Ayarzagoyt suplica à Sociedade "que façam a extensão da assinatura" da obra limenha "aos que residem neste Reino, para que tantas pessoas respeitáveis não menos por sua ciência que por seus ilustres trabalhos possam ter proporção de interessar-se na subsistência de uma obra periódica"<sup>62</sup>, a qual, no seu juízo, fazia honrar a América.

. .

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> Semanario Critico. Prospecto del nuevo papel periódico intitulado Semanario Critico. Lima. 1791, p. 3.

 $<sup>^{62}</sup>$ Mercurio Peruano. Carta escrita de la Ciudad de México a la Sociedad Académica de Amantes del País, y

Ao que tudo indica, o diálogo entre José de Ayarzagoytia e a Sociedade Econômica limenha continuou para além daquela carta publicada no *Mercurio Peruano*, isso porque na mesma edição em que o *Mercurio* reproduziu a referida carta, logo abaixo, há uma nota da Sociedade contando que

o generoso Ayarzagoytia nos proporciona o meio de poder aumentar o fundo dos gastos destinados à subsistência do *Mercurio*, propondo-nos que se abra assinaturas para os literatos mexicanos e se oferecendo a ser nosso correspondente" e dizendo aceitar desde logo "este obséquio que faz aos progressos da Literatura<sup>63</sup>.

O *Mercurio* informa também que, "entre tantos os literatos do Reino de México que quiserem honrar nosso Periódico com seu nome"<sup>64</sup>, podia já recorrer ao então correspondente do periódico peruano na Cidade do México, don Joseph Cabo Franco, contador de Resoluções do Real Tribunal de Contas.

Enfim, através da conversa proporcionada pelas trocas de cartas, estabeleceu-se a possibilidade de ampliação na divulgação de mais periódicos americanos, e para além disso, estava referida na comunicação que a conversação havia ocorrido entre partes separadas por uma extensa distância, o que daria chance para tantas outras conexões valorizadoras do saber científico bem mais distantes do ponto de interlocução (fora da América, por exemplo).

Como insinua o periódico *mercunarista*, eles tinham apenas um correspondente na Cidade do México (no caso, um funcionário da administração colonial), mas, por entender serem maiores as probabilidades expansivas do seu periódico, aceitavam habilitar mais um integrante ao posto. Na prática, a designação dos correspondentes beirou ao espontâneo, já que era voluntária a função de manter os leitores em contato com os impressos, podendo ocorrer coleta e divulgação de informações no lugar correspondido por meio de cartas-artigos. Dessa forma, embora os periódicos visassem o crescimento do número de seus correspondentes, aumentando a capacidade de divulgação dos seus escritos, não havia ali uma dinâmica de exclusividade.

Diante de tantos atributos que foram dados aos correspondentes, poderia parecer que eles seriam personagens destacados nos periódicos hispano-americanos, contudo, muito pelo contrário, são raras as referências explícitas a eles — daí a dificuldade de mapeá-los e, assim, poder saber quem eram, quais funções exerciam etc. Geralmente, os correspondentes somente

*recibida en el anterior Correo de Valles*; *Nota de la Sociedad*. Lima, tomo VI, n. 181, 27 de setembro de 1792, p. 62-63, tradução nossa.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 64, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Ibidem.

eram anunciados no momento em que se questionava os periódicos sobre as chances de os impressos chegarem com maior intensidade em determinada região, como aconteceu com o *Mercurio Peruano*.

A informalidade, misturada à espontaneidade, aparentou ditar a atuação dos correspondentes, a qual geralmente era feita por terceiros, residentes em uma localidade afastada e que nem sempre conseguia manter sua participação atuante em promover o que lhe havia sido designado. No entanto, apesar das fragilidades (presentes também no campo de pesquisa da ciência histórica acerca dos correspondentes) que aparenta ter tido o exercício desempenhado pelos correspondestes, isto não anula a relevância destes intermediadores na promoção do conhecimento entre distintas regiões da América. A partir dos correspondentes, a República das Letras americana manteve-se como espaço de conversação.

E com a existência do debate, o diálogo entre os periódicos americanos pouco a pouco passou a lidar com as discórdias. É nesse campo do contraditório que fica mais perceptível como as trocas por conhecimento foram se transformando em conversações calorosas, cheias de adjetivos acusatórios que animavam o leitor ao presenciar uma batalha. Nem tudo se podia concordar, sendo assim, era o momento em que as semelhanças identitárias, sociais e culturais são deixadas de lado e se expõe o que lhes diferenciavam.

Uma acirrada disputa aconteceu entre o *Papel Periódico de la Havana* e a *Gaceta de Literatura de México*. A discussão começou quando a *Gaceta de Literatura* produziu um texto sobre a *preocupação e a tradição popular sobre a toxicidade do suco de yuca* (uma espécie de mandioca): "afirma-se que o suco de mandioca, que no país conhecemos por guacamole, é venoso nas ilhas orientais da América, [...] No entanto, para refutar essas notícias infundadas, patrocinarei certas reflexões que podem esclarecer a realidade".

O periódico de Havana contestou, em 4 de agosto de 1791, a argumentação do veículo mexicano, afirmando a tamanha irresponsabilidade do autor mexicano ao fazer abordagens sem provas ou qualquer tipo de juízo crítico em questionar os perigos do sumo da mandioca. A matéria enfatizava que sua toxicidade era não apenas do conhecimento popular, mas igualmente referida no famoso livro do abade Raynal e na Enciclopédia francesa. O papel periódico *habanero* discordava da hipótese de que o veneno seria retirado ao esquentar as ervas e menciona desconhecer se o sumo da mandioca era da mesma espécie do guacamole, comido livremente na corte mexicana.

 $<sup>^{65}</sup>$  Gaceta de Literatura de México. Guacamola. Cidade do México, tomo II, 22 de fevereiro de 1791, p. 123, tradução nossa.

Em 17 de janeiro de 1792, depois de alguns meses, portanto, foi conhecida a resposta do periódico mexicano. Atenta-se para o fato de que não há nomes próprios envolvidos na discussão: supostamente, seria o principal redator da *Gaceta de Literatura*, José Alzate, o representante da fala do impresso mexicano – mas não se tem certeza quanto a autoria.

Por meio de notas de rodapé, a gazeta mexicana contra-argumentou os principais pontos do texto *habanero*. Para que o público tivesse conhecimento da discussão, o autor do periódico mexicano também publicou as críticas cubanas ao periódico novo-hispano, expondo minuciosamente nas notas o que lhe incomodava nas críticas recebidas e questionando, sobretudo, a ausência de bases científicas por parte do seu adversário. Para o autor mexicano, os argumentos do opositor se resumiam a suposições e senso comum, sem quaisquer descrições da planta, ou mesmo experimentos quanto a sua toxicidade:

Bonito, Sr. Antagonista: Você, como se costuma dizer, corta a garganta com suas próprias armas. [...] Eu disse na minha Gazeta: ou o sumo de mandioca não é venenoso, ou o que é cultivado na Nova Espanha é de uma espécie muito diferente, [...] Portanto, se existe uma mandioca inocente, por que, em vez de uma falsa erudição, você não pretendeu nos dar uma descrição individual e completa de ambas?<sup>66</sup>.

A querela não se encerrou nessa publicação: em duas novas edições (de números 25 e 26) do *Papel Periódico de la Havana*, o editor transformou as notas de rodapé publicadas pelo periódico mexicano em um texto central sequenciado para que os leitores locais — muitos dos quais não eram leitores do periódico novo-hispano — pudessem conhecer a resposta às críticas feitas ao autor cubano. Todo o texto mexicano é demonstrado nas edições de 25 e 29 de março de 1792.

A resposta veio semanas depois, dividida em duas edições, de 12 e 15 de abril de 1792, nos números 30 e 31 do periódico *habanero*. Permanecendo no anonimato, o crítico não atendeu às súplicas feitas para que se descrevesse a planta, limitando-se a afirmar que a *yuca* e o *guacamole* eram simplesmente espécies diferentes. Ademais, confirmava que em Havana havia as duas espécies, e que sabia disso unicamente através das suas próprias *observações*, ao ter presenciado alguém tomar o tal extrato e, em poucas horas, falecer<sup>67</sup>.

Mesmo num cenário com algumas acusações e intrigas, o debate era imprescindível e reivindicado. Entretanto, todo esse ativo movimento de ideias apenas tornou-se realidade graças às **correspondências**. Indispensável para a circulação de informações, escrever cartas, para

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> Gaceta de Literatura de México. Notas (2). Cidade do México, tomo II, 17 de janeiro de 1792, p. 323, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Papel Periódico de la Havana. Al Editor. Havana, n. 30, 12 de abril de 1792, p. 227-228, tradução nossa.

além de recebê-las e respondê-las, constituía um dos mais eminentes hábitos praticados pelos estudiosos e cientistas durante o século XVIII.

É curioso que a pequena variação entre o público e o privado dessas correspondências trocadas na república do saber se transformou em uma das suas peculiaridades. As cartas eram compostas tanto para um leitor em particular quanto para um público geral, característica que dificultava diferenciar a carta de um artigo científico, fosse um memorial, um relatório etc. Gradualmente, os artigos científicos abandonaram os vestígios do gênero epistolar pois, ainda no século XVIII, muitos pensadores relatavam suas observações na primeira pessoa (DASTON, 1991, p. 372).

Os periódicos hispano-americanos foram, em sua maioria, elaborados por meio deste recurso: os editores pediam contribuições aos seus leitores através de cartas e, do outro lado, o público escrevia sabendo que, provavelmente, o conteúdo escrito seria exposto ao público em geral. Mesmo assim, o leitor participativo seguia relatando suas cartas no tom íntimo e direto, entre questionamentos, críticas e elogios.

A República das Letras concedeu um sentido público ao conhecimento e de maneira alguma dever-se-ia retirar das cartas esta possibilidade de contribuir para este propósito. Valia até publicar cartas de autoria apócrifas, estratégia que o Mercurio Peruano utilizou bastante de maneira a estimular uma conversação com o público. A proposta seria dar segurança para que o leitor interagisse no espaço de conversação, opinando sobre tudo o que lhe interessava, sem nada pagar e em pleno anonimato, caso fosse adequado (POUPENEY-HART, 2007, p. 66-87).

Mais do que um instrumento divulgador de periódicos, as cartas foram um recurso para comentar, solicitar e criticar, variando de notas curtas a longos boletins e relatórios científicos. E, se se quantificar esses envios, os números se revelam grandiosos.

O famoso botânico Carl Linnaeus, por exemplo, correspondeu-se, somente na Suécia, com cerca de 200 pessoas, sendo este número duas vezes maior quando se leva em conta a correspondência com indivíduos da Europa, Ásia e África, num total de cerca de 3.000 cartas recebidas de mais de 660 pessoas (isto considerando apenas as cartas que sobreviveram ao tempo) (MIERT, 2016, p. 277).

O espanhol José Celestino Mutis y Bosio, que viveu por mais de trinta anos na cidade de Santafé de Bogotá e lá exerceu o cargo de organizador-diretor da *Real Expedição Botânica do Novo Reino de Granada* (iniciada em 1783) e colaborou com o *Mercurio Peruano*, teceu uma ampla rede de correspondência na Europa e na América, tendo como referência de comportamento científico a figura de Carl Linnaeus. Celestino Mutis mantinha uma relação contínua e recíproca de trocas informativas através das cartas, o que refletia e fortalecia o

sentido de igualdade que estruturava as interações entre os cidadãos deste espaço. Isto é, num espaço de tendências igualitárias, o conhecimento perdia seu caráter exclusivo e oculto.

Essas redes de comunicação constituídas por Mutis foram bastante úteis aos colaboradores do *Mercurio Peruano*. Por meio das cartas de Mutis, foram realizadas solicitações de livros relacionados à botânica, à geografia, à matemática e à medicina, os quais, a princípio, tinham como destino a sustentação científica da Real Expedição Botânica, e foram igualmente recebidas informações muito precisas sobre as investigações mais destacadas e pontuais, de maneira segura e com bastante rapidez (E. DE PEDRO, 2003, p. 52).

A vasta biblioteca de Mutis, enriquecida com abordagens novas ou pouco conhecidas na cidade de Santafé, aproximou um grupo considerável de pessoas (não necessariamente participantes da expedição) em volta do conteúdo que havia chegado. O *criollo* Francisco Antonio Zea foi um dos beneficiados: apesar da sua formação em Direito, ele teve acesso a essas obras, o que provavelmente estimulou a sua escolha por substituir temporariamente o exercício da advocacia para se dedicar à expedição botânica liderada por Mutis. Algumas das observações adquiridas na expedição por Antonio Zea e Mutis foram expostas no *Mercurio Peruano*. Aliás, dentre as distintas contribuições de Mutis à *República das Letras*, destaca-se a organização de coletas de plantas, parte das quais eram encaminhadas ao *Real Jardim Botânico* de Madri (HERNANDÉZ, 2017; ORTIZ, 1966).

E se as cartas contribuíram para a fluidez das ideias, a *dedicação pessoal* dos representantes desta República expandiu sua aquisição. Entre esses homens (eram raríssimas as mulheres) havia um grupo significativo com formação acadêmica (nas áreas de teologia, direito e medicina) obtida nas universidades americanas ou europeias. Mas, mesmo quando esses aficionados por saberes não possuíam bacharelado, sempre tinha os que interagiam em escolas, universidades e tertúlias, abastecendo-se desse conhecimento científico. Apesar de serem em sua grande maioria hispano-americana, havia estrangeiros colaborando no cenário científico americano – inclusive, os espanhóis foram algumas vezes encaixados nessa categoria pelos periódicos americanos.

Pode parecer incoerente os espanhóis serem vinculados à categoria de estrangeiros, entretanto, o fato deles não terem nascido nas pátrias das quais os americanos se identificavam tornavam-nos vulneráveis a se equivocarem sobre a verdadeira realidade americana. Esse descompasso de experiências induziu os periódicos americanos setecentistas a apontarem os peninsulares, e até os espanhóis que residiam na América, com uma certa estranheza.

O espanhol autor do *Semanario Crítico*, Olavarrieta, sofreu dessa desconfiança, semanas depois da primeira publicação dos seus impressos. Os periódicos justificam essas

tensões existentes no relacionamento entre os dois, americanos e espanhóis, como serem episódios particulares, inclusive involuntários, que demandariam um pouco mais de instrução por parte dos espanhóis. Porém, dizia-se que o conflito não refletia a desvinculação ou a repulsa dos americanos perante os espanhóis.

Autodidatas, os colaboradores mais recorrentes desses periódicos iluministas transitavam por distintas áreas do conhecimento e faziam do exercício da leitura um hábito. Eram verdadeiros colecionadores que variavam entre a leitura de livros, análise de minerais, de plantas, de esqueletos, de mapas etc.; objetos organizados em espaços de saber, sobretudo através de bibliotecas e gabinetes, os quais não se restringiam a espaços individualizados, sendo bem mais espaços particulares de uso coletivo. Os livros eram tão priorizados que Eugenio Espejo, o editor do *Primicias de la Cultura de Quito*, mesmo não tendo fortuna, possuía dezenas de centenas de exemplares (LANDÁZURI, 2011, p. 35).

Mais do que um meio para conectarem-se ao conhecimento, os livros garantiam-lhes prestígio, sobretudo entre seus pares. Caso não acumulassem livros por desejo pessoal, passavam a organizá-los para quem se interessava pela leitura. Foi assim, inclusive, que, em apoio e organização da administração colonial local, Eugenio Espejo e Manuel del Socorro Rodríguez (redator do *Papel Periódico de Santafé de Bogotá*) tornaram-se diretores das respectivas Reais Bibliotecas Públicas, ambas sustentadas por obras "deixadas" pelos jesuítas expulsos da América.

Nesse mesmo contexto de expulsão dos jesuítas (a partir de 1768), frei Francisco José Antonio Liendo y Goicoechea, um importantíssimo colaborador em temas variados da *Gaceta de Guatemala*, esteve a cargo de selecionar os livros dos jesuítas que poderiam ser vendidos – especialmente os da escolástica – junto ao padre Manuel López Rayón e, ao que tudo indica, nesse processo de triagem, terminou lendo muitas dessas obras. Ao contrário do que se possa imaginar, dentre os livros amontoados pelos religiosos expulsos, havia a iniciativa por compreender e explorar as novidades científicas. Mesmo com o receio dos ensinamentos de Copérnico e de Newton, os jesuítas introduziram o ensino científico nos seus espaços de saber, ainda que fosse para refutar tais teorias (ARANGO; URIBE, 2003, p. 64-65).

Por seu turno, os gabinetes, apesar de formados por intenções pessoais, foram sendo institucionalizados em muitos casos em virtude das novas expedições oficializadas pela Coroa espanhola durante o século XVIII, já que era preciso dispor de um lugar adequado para a experimentação e a classificação do mundo natural.

Através de José Agustín Caballero, chegou-se até nós a descrição da casa de Nicolás Calvo (ambos, Caballero e Calvo, escreveram para o *Papel Periódico de Bogotá*), que dispunha

"de um magnífico laboratório químico, uma coleção de botânica, um microscópio, um telescópio, esfera terrestres e celestes, câmara escura etc.". Naquele espaço, um dos principais fazendeiros de açúcar em Cuba, Nicolás Calvo, lia de maneira silenciosa e íntima "tratados e volumes inteiros de medicina, anatomia e farmácia [...], falando de ciências, do apreço que lhe merecia a virtude e do baixo conceito com que observava os que não serviam à Pátria com suas luzes", narrou José Caballero (GONZÁLEZ-RIPOLL, 2000, p. 336).

Bibliotecas e gabinetes propuseram estimular a conversação e a controvérsia e instigar a curiosidade, mantendo-os bem-informados no constante desejo por conhecimento. Quanto às institucionalizações, elas foram demonstradas pela fundação de outros espaços dedicados à instrução científica e técnica para mineiros, metalúrgicos, gravadores, desenhistas, engenheiros, arquitetos, agricultores, botânicos, navegantes, artistas e artesãos, dentre outros. Dentre as escolas criadas estavam,

no México, as de mineração (1792), botânica (1788) e artes (1785) criadas por instâncias e como apoio aos mineiros e comerciantes; em Guatemala, o jardim botânico (1796) e as escolas de desenho e matemática (1797) estabelecidas pela Sociedade Econômica de Amigos do País; em Caracas, a academia de matemática (1760) apoiada pelo Consulado; em Lima, o laboratório químico-metalúrgico (1792) desejado pelo Tribunal de Mineração; em Buenos Aires, a escola de geometria, arquitetura e desenho criada pelo Consulado em 1799 [...] em Bogotá, o plano de estudos da universidade pública (1774) projetada por Francisco Moreno y Escandón, que, ainda de curta vida, introduziu no entanto um interesse pela Ilustração e a ciência moderna (SALDAÑA, 1995, p. 21).

E assim, nessa elevada erudição de tendência cosmopolita e autodidata, incitou-se a busca por informações que extrapolassem o idioma nativo. Dizia-se que Espejo lia quatro a cinco línguas, já José Caballero convertia para o castelhano obras e textos menores escritos em inglês, francês e latim, enquanto Francisco Antonio Zea ficou conhecido por traduzir do francês para o castelhano a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

O mexicano José Antonio de Alzate y Ramírez, autor da *Gaceta de Literatura de México*, conhecia bem o francês, o inglês e o latim, todos idiomas vivenciados pelas obras e cartas que compartilhava como membro das Academias de Ciências da França e da Espanha, do *Real Jardim Botânico de Madrid*, ou mesmo como correspondente da *Real Academia Espanhola*. José Alzate foi o primeiro novo-hispano e o único correspondente latino-americano a ser nomeado (em 1771) pela Academia de Ciências de Paris sem ter estado implicado na expedição que esta organizou no Peru durante a primeira metade do século XVIII. Muitas dessas conexões comunicativas foram expostas através de traduções publicadas na *Gazeta de Literatura*.

Os textos de José Alzate chegaram à Europa exatamente pela erudição que o presbítero tinha em associar teses e contra-argumentos. Seus textos tornaram-se atuais para a época devido à tentativa de privilegiar as principais discussões científicas tecidas no cenário europeu. Em contrapartida, nesses mesmos textos, Alzate sempre se preocupava com as necessidades específicas novo-hispanas. Ele foi realmente um representante notável da *República das Letras*, mantendo correspondências com numerosos estudiosos, nacional e internacionalmente, adquirindo títulos internacionais como correspondente. Seus trabalhos foram publicados em alguns papéis periódicos mais importantes da Europa, seja no *Journal des Sçavans*, no *Journal de Physique* na França e, como abordou neste capítulo, no *Memorial Literario* em Espanha, sem esquecer suas publicações nos periódicos das regiões distantes da Hispano-América (HÉBERT, 2011, p. 31).

Isto é, foi a partir desses poucos letrados que se arriscaram nas traduções de idiomas variados que os periódicos conseguiram diversificar seus temas abordados. Deve se pensar assim: quanto maior o número de espaços de sociabilidade de saberes que os colaboradores dos periódicos hispano-americanos participassem, mais cresciam as possibilidades de enriquecimento do conteúdo discutido nos periódicos. Por serem membros de academias nacionais e internacionais ou, então, correspondentes, também por saberem idiomas distintos, diminuía a dependência com relação às matérias oriundas dos periódicos espanhóis.

Ser cosmopolita significava para o editor dos periódicos ter um maior domínio crítico e autoral, tudo isso proveniente do diálogo com uma bibliografia diversificada, o que lhe permitia formular um conteúdo exclusivo que, em grande medida, atraia mais o público leitor.

A dedicação tornava-se muitas vezes tão intensa e expressiva que os homens de letras atraíam a atenção daqueles que comandavam as estruturas de poder — ou, em alguns casos, nem foi preciso tanto esforço assim. Através do apadrinhamento, indivíduos de origens mais humildes conquistaram cargos de confiança em diferentes instituições, fossem elas educacionais ou não.

Este foi o caso de José Hipólito Unanue, que chegou a Lima para tornar-se médico mediante o apoio financeiro de um importante bispo e, posteriormente, com o suporte político e monetário do vice-rei, conseguiu formar a *Sociedade de Amantes do País* em 1790, tendo como membro o próprio vice-rei Francisco Gil de Taboada y Lemos. Dois anos depois, Hipólito conseguiu o apoio do mesmo vice-rei para criar o *Anfiteatro Anatômico da Universidade de São Marcos*, tendo exercido cargos relevantes em ambos espaços de saber.

Em certa medida, o reformismo Bourbon propôs uma tecnocracia ao incentivar que os novos espaços científicos criados fossem mantidos por indivíduos competentes. Ao venerar o

exercício da razão, a Ilustração valorizava ao mesmo tempo a habilidade humana de raciocinar e sugerir maneiras positivas à manutenção da ordem e da prosperidade entre os homens. Nos próprios discursos dos vice-reis e outras autoridades, verifica-se a sustentação do talento como justificativa-mor para a nomeação daqueles eruditos para determinadas incumbências. Em contrapartida, a aproximação entre os homens letrados e as elites políticas se manteve para além do reconhecimento das aptidões, existindo compatibilidades ideológicas, tão indispensáveis à preservação desses laços.

Por meio desse jogo político, muitos outros espaços de sociabilidade do saber foram criados simultaneamente à geração dos periódicos setecentistas. Na realidade, apenas se compreende o largo alcance que tiveram esses periódicos americanos na sua terra-mãe (e fora dela) pelas tantas ramificações que os indivíduos envolvidos nesses impressos fizeram em diferentes espaços de sociabilidade, sejam reunidos em pequenas tertúlias, cafés, sociedades econômicas, livrarias etc.

Alguns desses ambientes são recorrentes quando se mapeia a vida cultural das pessoas que participavam da manutenção dos periódicos, quer na escrita ou na fiscalização deles. Como esses espaços se diziam defensores das luzes, isso lhes conferia credibilidade em contatá-los, sobretudo, junto às personalidades estatais que interagiam em ambientes culturais e diziam serem legítimas as pautas racionais ilustradas. Por este motivo, cabe avaliar os principais espaços de sociabilidade americanos que propiciaram a extensão dos debates divulgados pelo jornalismo hispano-americano da época. Correspondem, precisamente, a três espaços de convivência, dedicados ao conhecimento, apresentados a seguir:

#### **Tertúlias**

Em geral, nas tertúlias aconteciam as leituras de periódicos e revistas, os jogos de sociedade (jogos de naipes e dados, dominó, loteria, bilhar etc.), o cultivo da música e até a prática teatral. Apesar da presença predominantemente masculina, não era incomum encontrar mulheres nestes espaços (GELZ, 2009, p. 166-167). Em 1787, na cidade de Lima, um tenente de polícia, José Maria Egaña (sob o pseudônimo de *Hermágoras*), se reunia pelas noites em sua casa com um grupo de amigos – a saber, Demetrio Guasquee (*Homótino*), um arquivista da Secretaria e Câmara do Vice-Reinado; José Hipólito Unanue (*Aristio*), catedrático de Medicina; e mais cinco sócios, cuja identidades se desconhece, salvo os pseudônimos deles: *Mindírido* e *Agelasto* (em referência a dois homens); e *Dorálice*, *Florida* e *Egeria* (as únicas três sócias) – para debater temas de literatura e atualidade pública (QUESADA, 2012, p. 81-82).

Conhecida como a *Academia Filarmônica*, tinha Hermágoras como presidente, Aristio como secretário, e suas reuniões ocorriam todos os dias entre as oito e as onze da noite. Na organização, se distribuía o tempo de acordo ao tema. As três primeiras horas estavam dedicadas a discussões de diversos temas. Os temas debatidos em cada sessão noturna eram propostos pelo secretário. Durante as reuniões, era estimulado o diálogo através da oralidade, incitada pela leitura, todavia, se existia alguma contradição nos debates, se fazia conhecer por escrito e secretamente, o mesmo ocorrendo ao refutado, embora de maneira secreta e sem que se conhecesse o destinatário. Isto mostra a eficiência de sua organização e o rigor dos seus estatutos, que haviam sido propostos e aprovados com antecipação pelos integrantes, mantendo-os unidos pelo "inefável prazer da amizade e da filosofia" (QUESADA, 2012, p. 82, tradução nossa).

A Academia Filarmônica acabou desaparecendo devido às viagens e ocupações de alguns dos seus membros, mas tal dispersão não impediu que quatro deles formassem, em 1790, a Sociedade dos Amantes do País, tendo um grupo mais amplo e com mais sócios aderidos. Ainda que agrupados em uma sociedade, mais uma vez, seus participantes não se sentiram capazes de satisfazer as suas expectativas ilustradas, surgindo, assim, menos de um ano depois, o Mercurio Peruano.

Outra tertúlia foi fundada em Santafé de Bogotá por Antonio Nariño. Chamada inicialmente de *El Círculo Literario*, rapidamente teve o nome mudado para *El Arcano Sublime de la Filantropía*. Ainda não foi possível estabelecer com exatidão quando começaram as reuniões na casa de Nariño, no entanto, se sabe que a ideia de organizar uma tertúlia vinha dando voltas pelo menos desde janeiro de 1788. Uma carta que Nariño escreveu a José Celestino Mutis, sobre sua nomeação como *alcalde*, expressa seus desejos de "ter em casa uma espécie de tertúlia ou junta de amigos gênios em que fossemos adiantando algumas ideias que, com o tempo, pudessem ser de alguma utilidade" (ESCUDERO, 2005, p. 210, tradução nossa).

Nariño explicava que gostaria de

estabelecer nesta cidade um grupo de literatos, a exemplo das que há em alguns cassinos de Veneza; está se resume a que os membros se juntem ao redor de um texto [...], como diários, gazetas estrangeiras, diários enciclopédicos e demais papéis desta natureza [...]. Assim, em determinada hora se juntam, se leem os papéis, se criticam sobre aqueles assuntos, de modo que se possa passar um par de horas divertidas e com utilidade<sup>68</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Biblioteca Nacional de Colômbia. Disponível em: <a href="http://bibliotecanacional.gov.co/content/antonio-narino-narino-en-la-tertuluia#narino1">http://bibliotecanacional.gov.co/content/antonio-narino-narino-en-la-tertuluia#narino1</a>.

Nariño define esse espaço pela leitura cosmopolita interessada na crítica de assuntos variados e na diversão em que isso poderia lhes proporcionar, de maneira que, nesse ponto, a tertúlia de Santafé de Bogotá não se diferencia daquilo que era praticado em Lima no mesmo período. Por outras das suas cartas, parece que essa tertúlia funcionou entre 1790 a 1794 (ESCUDERO, 2005).

Era um espaço divertido: nas conversas, tendia-se mais às galhofas e aos debates de pouco embasamento científico. Alexander von Humboldt, por exemplo, criticou a falta de tertúlias em Lima, pois, para ele, as tertúlias que existiam na cidade se dedicavam unicamente às diversões (QUESADA, 2012). Apesar desse julgamento acerca das tertúlias limenhas, de modo geral, a reputação desses espaços não anulava as interações mais jocosas, porém, tornavam-nas de menor recomendação à proliferação da razão.

Outro ponto importante diz respeito à distinção entre as tertúlias e os salões do Antigo Regime. Em seu artigo *The Kingdom of Politesse: Salon sand the Republic of Letters in Eighteenth-Century Paris*, o historiador Antoine Lilti desfaz alguns equívocos de interpretação. Lilti explica que não é correto usar a noção da *República das Letras* para pensar os salões, "porque nos leva a interpretar erroneamente tanto o significado histórico dos salões quanto a história social do Iluminismo. Isso nos leva a considerar os salões como locais literários ou intelectuais, enquanto eles eram, acima de tudo, os espaços sociais do lazer da elite". Se a *República das Letras* é uma ferramenta historiográfica "para se referir a redes de estudiosos organizadas em torno de instituições acadêmicas, revistas científicas, informais encontros e trocas epistolares", bem como, "é o ideal normativo de uma comunidade de estudiosos e escritores que têm relações igualitárias e pessoais, autônomas do poder político, das solidariedades religiosas e das identidades nacionais", os salões parisienses não se encaixariam em nenhuma dessas definições (LILTI, 2009, p. 2, tradução nossa).

As tertúlias eram espaços de socialização mais acessíveis a diferentes classes sociais do que os salões. No entanto, Lilti esquece o intercâmbio existente entre os dois espaços, quero dizer, indivíduos que circulavam nos salões também se reuniam em tertúlias (mesmo aqueles que pertenciam às elites). Inclusive, passíveis de acontecer em dois centros espanhóis na América: na Cidade de México e em Lima. Mas, imaginando-as pelas suas particularidades, as tertúlias, também nomeadas como "casa", "sociedade", "companhia" e "comida"— portanto, raramente chamadas "salões"—, mantinham em grande medida essas características referidas à república literária por Antonie Lilti, sobretudo na maneira pela qual, através de ares fraternos, manifestavam o respeito às opiniões dos outros, diante da condição isonômica que todos possuíam durante o debate.

Quanto a seu funcionamento, muito do que se sabe reproduz-se dos relatos que abordavam a maneira como deveriam funcionar essas reuniões. Ambos os casos (Lima e Bogotá) citados revelam manifestações de regras e intenções pré-determinadas, no entanto, ainda há muito mistério se, de fato, essas pretensões foram materializadas pela convivência das pessoas que se associavam às tertúlias. O segredo nas tertúlias era manifestado sobretudo pela utilização de pseudônimos pelos seus membros e pelo fato das reuniões aconteceram principalmente por meio da conversa.

No entanto, o desejo de transcender socialmente à utilidade funcional daqueles espaços de comunicação privados, fez a oralidade do diálogo cada vez mais inadequada. Paulatinamente, as tertúlias vinham estimulando a colocação por escrito das ideias debatidas nas reuniões filosóficas, o que, acredita-se, evidenciou as qualificações plenamente aptas do texto na intervenção social.

Na verdade, foi descoberto que os periódicos poderiam ser um "espaço no qual os membros das tertúlias se reuniam, fazendo da conversação da tertúlia uma conversação pública que se difundia na forma escrita e impressa" (GELZ, 2009, p. 176, tradução nossa). Ou seja, foi a partir da criação dos periódicos que se passou a conhecer efetivamente o que se discutia nas reuniões agremiadas.

Uma carta enviada de Cartagena para o *Papel Periódico de Bogotá* e publicada pelo *Mercurio Peruano* dizia que o *Papel Periódico de Bogotá* era "o favorito das tertúlias, não só entre os seculares, mas também junto aos religiosos, sem excluir as freiras", porém, o problema "é que um único exemplar servia para mais de cem pessoas", e contava que "uma das referidas tertúlias (e a mais erudita de nossa indiana Cartago) acaba de ler o número 4 do *Mercurio Peruano*, que também nos diverte ao mesmo tempo que o de vosmecê porque tem muito mérito"<sup>69</sup>. Ou seja, nessa mesma tertúlia lia-se com regularidade dois importantes periódicos americanos, o que somente foi permitido porque as redes de comunicação do conhecimento útil funcionavam, mesmo com falhas, já que havia apenas um exemplar para tantas pessoas.

Nada mais era como antes: os periódicos tornaram possíveis os debates em uma grande *tertúlia imaginária* (GELZ, 2009) entre eles e os redatores dos periódicos, mediante a leitura (silenciosa ou em voz alta), ou mesmo pelo envio de cartas feitas pelos leitores e associados, respondendo-as abertamente.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> *Mercurio Peruano*. Cartagena, 3 de junho de 1791. Lima, n. 88, 6 de novembro de 1791, p. 174-175, tradução nossa.

#### Livrarias

As *librerías* do século XVIII até que lembram as livrarias contemporâneas pela disponibilidade de adquirir periódicos e de livros; sua particularidade, entretanto, estava na escassez. Não se produzia em grande escala os textos impressos (até mesmo porque, era escasso o material, principalmente, papel e tinta), por isso, os periódicos recorriam à prática de *suscripción* (subscrição) – por meio da qual os leitores recebiam os periódicos em domicílio –, uma vez que, sabendo-se os números exatos de *assinantes*, imprimia-se quantidades mais precisas de edições.

Nas livrarias, existiam as *cajas* (caixas), receptáculos nos quais eram também colocadas as cartas destinadas aos periódicos. Como informava o *Semanario Critico*, "os que quiserem incorporar-se à lista de assinantes vão à Livraria de don Santiago de Cortabarria, na rua de Badegones, em frente ao Café de don Francisco Secio, local onde se verificará a expedição e venda dos Papéis nos dias determinados a partir das oito da manhã"<sup>70</sup>.

Para um texto ser impresso em larga escala na América, se demandava aprovação do Estado, e desta forma, foram as concessões a pessoas privadas que garantiram a existência das livrarias. Eram empreendimentos individuais ou grupais (com um número bem pequeno de pessoas) que recebiam uma parcela monetária sobre a venda dos periódicos.

Apesar de se destacar como o principal ponto de comércio, a venda dos periódicos não acontecia somente nas livrarias. O *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá* indica a Administração dos Correios da capital como o local de despacho dos impressos, caso similar ao da *Gazeta de Guatemala*<sup>71</sup>. Existia também a venda nas ruas, mas os periódicos americanos nem faziam a sua menção, provavelmente pelo fato de que, ao ocorrer de maneira espontânea e irregular, não era considerado como a forma mais segura de comercialização.

Para compreender as livrarias, é preciso associá-las a um ponto de encontro, um local de socialização de indivíduos interessados em literatura, no debate de saberes, e que fosse igualmente um lugar no qual eram emprestados, trocados e vendidos livros pessoais. De modo que alguns dos tais espaços culturais se limitaram à venda de impressos. Nos próprios periódicos, pessoas pediam que fossem impressas obras específicas que gostariam de ler ou, então, perguntava-se se alguém teria um determinado livro, e em caso afirmativo, que o levasse à livraria para provável empréstimo ou venda.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> Semanario Critico. Prospecto del nuevo papel periódico intitulado Semanario Critico. Lima, 1791, p. 8-9, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Nota. Santafé de Bogotá, n. 2, 18 fev. de 1791, p. 8.

Contudo, mesmo sendo requisitadas, a geografia também delimitou as livrarias. O destino dos periódicos, para as regiões distantes dos locais no quais estavam instaladas as livrarias, era responsabilidade dos correios. Por via terrestre ou marítima, os correios se comprometiam em enviar com segurança as encomendas devidamente pagas por taxas locais, estabelecidas no século XVIII pelos correios.

Para determinar essas normas, havia uma entidade da administração colonial, composta por indicados, que regulamentava o deslocamento dessas encomendas. Dentre os regulamentos, estava o valor pago aos condutores dos correios por léguas percorridas ou as especificidades no transporte das encomendas, seja a pé, a cavalo ou por embarcações marítimas. Aliás, era obrigação dos correios fiscalizar despachos irregulares, existindo jurisdição para penalizar acusados, variando de multas à prisão (MARTÍNEZ, 2017).

Claramente, o serviço possuía muitos defeitos: a extensão territorial dificultou enormemente a prática, ao que se somavam os transtornos climáticos (incluindo as tempestades), lama e declives acentuados, que tornavam incerto o deslocamento do embrulho. Mais do que uma má prestação de serviço, o costume era recorrer aos serviçais ou conhecidos próximos para levar seus pedidos, principalmente no intuito de fugir das taxas que a administração dos correios impunha. Daí a importância dos indígenas (mesmo que não exclusivamente), que, por meios legais ou ilegais, ganharam popularidade pela excelência na prestação deste serviço. Os condutores oficiais, dentre eles os indígenas, tinham um foro especial, com direito ao porte de arma (CABANILLAS, 2017; MARTÍNEZ, 2017).

Embora houvesse tantos problemas na distribuição dos impressos feitos nas livrarias, os números de assinaturas dos periódicos ilustrados americanos revelam que foi possível diversificar o acesso. Na *Gazeta de Guatemala*, encontra-se registro de 80 assinantes, somente nas províncias de Guatemala (nas regiões de San Salvador, Comayagua, Quetzaltenango, Ciudad Real, Socatecoluca, León, San Vicente, San Miguel, Tegucigalpa e Truxillo), aos quais devem ser acrescidos 66 assinantes residentes da capital guatemalteca e 135 assinaturas da capital da Nova Espanha, que acudiram à livraria do impressor José Fernández de Jáuregui. A título de comparação, eram 146 assinaturas associadas às províncias e à capital da região da Guatemala que comportavam, no mínimo, 369.144 pessoas, de acordo com o recenseamento efetuado no ano de 1778 (SÁNCHEZ-BARBA, 1954, p. 129-130). No total, 281 assinantes tiveram a *Gaceta de Guatemala* durante 1797, seu primeiro ano de existência, quantidade que seguramente aumentou, uma vez que não estão registrados aí os assinantes de Havana e Madri (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2010, p. 4-5).

O âmbito de influência do *Mercurio Peruano* traspassou a fronteira limenha. Dentro do próprio Vice-Reinado, foram 95 assinantes que procediam praticamente de todas as províncias. Compreende-se o quão pequeno era o número de assinantes, quando são comparados os valores alcançados pela estatística populacional limenha realizada no governo do vice-rei Gil y Taboada em 1793. Só em Lima, de acordo com o censo, foram apontados 52.527 habitantes, no total de 1.076.122 pessoas em todo reinado peruano. (SÁNCHEZ-BARBA, 1954, p. 131). Fora do domínio administrativo peruano, o *Mercurio Peruano* teve 44 assinantes que se repartiam principalmente entre os Vice-Reinados do Rio da Prata e da Nova Granada e a Capitania Geral do Chile, incluídos um par de exemplares que chegaram a Havana e Santo Domingo. Mais difícil parece ter sido sua difusão na Nova Espanha. Isso explica por que, em 1792, Joseph de Ayarzagoytia dirigia da Cidade do México uma carta à Sociedade de Amantes do País solicitando que "se estenda àquele reino a assinatura do *Mercurio*" (PERALTA RUIZ, 2005, p. 117, tradução nossa). Dois anos antes, no primeiro ano do *Mercurio Peruano*, consta-se terem sido incorporadas 210 pessoas entre os assinantes do periódico.

Já o *Papel Periódico de Bogotá* possuía, em seu começo, 81 assinantes em todo o Vice-Reinado da Nova Granada, dos quais 62 assinantes viviam na capital, em Santafé de Bogotá – tendo ganho, dois meses depois, mais 12 assinantes, pertencentes a nove províncias e a capital (ARANGO, 1999, p. 168). Através dos censos, se sabe que, em 1778, a população estimada do Vice-Reinado da Nova Granada era, em média, de 793.000 pessoas, assim, provavelmente já existia um número maior de habitantes durante os poucos pedidos de subscrição do periódico no ano de 1791 (KALMANOVITZ, 2008, p. 77).

As assinaturas se distribuíam entre diferentes cidades em proporções desiguais e, geralmente, limitados a um número reduzido em cada cidade. Por exemplo, das tantas províncias em que a *Gazeta de Guatemala* conseguiu se difundir, no Vice-Reinado, o máximo de assinaturas em apenas uma província não passou de 16.

De fato, os periódicos americanos do século XVIII foram movimentados por toda a Hispano-América, mas eram impulsionados por um grupo reduzido de pessoas. Para Eugenio Espejo, até existia o interesse das pessoas por escritos de outras partes da América, mas parecia a ele que, nessa comercialização, nem todos (livreiros e assinantes) estavam realizando suas funções adequadamente, visto que havia apenas "três exemplares do *Mercurio Peruano*, que não saíam das mãos dos que os disfrutam". Desta forma, lhe parecia educativo transcrever para melhor compreensão a palavra Subscrição/Assinatura:

exemplares de um livro que se vai imprimir, e uma obrigação recíproca de parte do livreiro ou editor de entregar os exemplares em tempo determinado. As condições ordinárias da subscrição se reduzem, por parte do livreiro, a franquear os livros para os assinantes por uma terça ou quarta parte menor do preço em que se vendem aos demais; e, para aqueles, a pagar antecipadamente a metade do preço, e o resto quando do recebimento dos exemplares. Este é um contrato vantajoso para ambas as partes; porque, por este meio, logra o livreiro fazer-se dos fundos necessários para executar a empresa que, de outro modo, seria superior as suas forças, e o assinante recebe o interesse do seu dinheiro na queda do preço com que se dão os livros<sup>72</sup>.

Parece que a limitada cultura de valorização dos saberes dificultou uma atuação expansiva das subscrições que pouco sabia como promover a desejada distribuição dos periódicos, demonstrando a novidade que era, na atitude, para todos (VELÁSQUEZ, 2013, p. 58). Na ocasião em que Espejo escreveu, o *Primicias de la Cultura* não apresentava ao público uma lista de assinantes. Provavelmente, ele se sentiu retraído por haver tão poucos interessados nos seus escritos, esperando, em tempos mais próspero, expor as conquistas através da apresentação dos membros recrutados – uma expectativa que não se realizou.

### Sociedades Econômicas de Amigos do País

Entre os importantes promotores dessas conexões pelo conhecimento, figuravam as *Sociedades Econômicas*. Antes de conhecê-las, é necessário ressaltar como elas surgiram sintonizadas com o periodismo americano da época. De fato, as sociedades foram criadas antes ou de maneira simultânea à fundação dos periódicos locais, em razão da preocupação de que as crenças das sociedades econômicas fossem divulgadas através dos periódicos, como ocorreu em Guatemala, Lima e Quito. O caso de Quito foi distinto dos demais periódicos ilustrados americanos já que o projeto de Sociedade Econômica, chamada de *Escuela de la Concordia*, fora reprovado pela Coroa Espanhola em 1793, quando Carlos IV expediu uma cédula real que desaprovou a criação da Sociedade Patriótica na cidade de Quito.

Outras sociedades econômicas surgiram depois com pleno incentivo e participação de colaboradores dos já existentes periódicos, como em Havana e em Bogotá (os únicos, dentre os sete periódicos-fontes, abordados nesta dissertação). Em Bogotá, um grupo de patriotas criou sua própria Sociedade Econômica, no ano de 1801. No entanto, antes disso, o periodismo em Bogotá se aproximou de outras formas de sociabilidade particular como espaços viáveis de articulação das produções textuais realizadas no *Papel Periódico de Bogotá*. Além da tertúlia criada por Antonio Nariño, a *Tertulia Eutropélica* fora fundada em 1792 (portanto, quase um

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Primicias de la Cultura de Quito. Avisos interesantes. Quito, n. 6, 15 de março de 1792, p. 47, tradução nossa.

ano após a fundação do *Papel Periódico de Bogotá*), por Manuel del Socorro Rodríguez, editor do periódico *Papel Periódico de Santafé de Bogotá*, e correspondeu exatamente a esta necessidade de alargamento dos espaços de sociabilidades culturais em Santafé de Bogotá.

As reuniões eram realizadas em conventos, colégios maiores e instituições públicas. Nelas, eram lidas as obras literárias apresentadas pelos seus membros. Porém, em 1797, a tertúlia encerrou suas atividades, no mesmo momento em que deixou de existir o papel periódico. Dentre os colaboradores do *Papel Periódico de Bogotá*, não era atípico haver participantes da tertúlia de Manuel Rodríguez, a exemplo do frei José Maria Valdéz, do padre José María Guesso ou de Francisco Antonio Rodríguez<sup>73</sup>. Portanto, quando se fundou a sociedade econômica em Bogotá seus integrantes já se conheciam muito bem. A confraternização entre pessoas que conviviam nos similares espaços de sociabilidades de saber propiciou a estes ambientes se retroalimentarem, um influenciando a maneira de pensar do outro.

Independente de quando se deu a formação das sociedades econômicas (se antes ou após a criação dos periódicos), é através da leitura dos periódicos que pode se conhecer tais sociedades e como elas se comunicaram diretamente com a grande sociedade, sobretudo, avaliando soluções para a comunidade local. Nos periódicos, há muitos textos autorais dos membros da sociedade ou reproduções de cartas enviadas à Sociedade e suas respectivas respostas.

Desta forma, o que eram então as *Sociedades Econômicas de Amigos do País*? Inspiradas nas ideias do Iluminismo, constituíam-se em organizações não governamentais que tinham como objetivo promover o desenvolvimento do país através do estudo da situação econômica e da busca de soluções para os problemas detectados na agricultura, no comércio e na indústria; muitas dessas soluções eram guiadas por traduções e obras estrangeiras que se apoiavam em concepções da Fisiocracia e do Liberalismo econômico.

As Sociedades Econômicas de Amigos do País surgiram na Espanha a partir da segunda metade do século XVIII, enquanto na América espanhola, elas conheceram sua primeira fundação em Santiago de Cuba no ano de 1787, dando início às cerca de dezenove ou vinte sociedades econômicas que iriam se seguir entre os séculos XVIII e XIX. Para se constituir e reunir, seus membros necessitavam de uma licença real, tanto na Europa quanto na América. Dentre os seus integrantes, participavam os setores mais dinâmicos e ilustres da sociedade: funcionários do Estado, figuras da nobreza, da Igreja, dos negócios e artesãos.

..

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> *Biblioteca Nacional da Colômbia*. Disponível em: <a href="http://bibliotecanacional.gov.co/content/antonio-narino-narino-en-la-tertuluia#narino1">http://bibliotecanacional.gov.co/content/antonio-narino-narino-en-la-tertuluia#narino1</a>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

Na América espanhola, tais instituições se tornaram uma espécie de órgão orientador e fiscalizador do periodismo que se pretendia estabelecer na região. Por exemplo, o *Plan de Redacción para el Papel Periódico de la Havana* foi escrito com o objetivo de estabelecer as regras para admissão do redator e as funções que ele teria, sendo determinado pela Sociedade: "Ouvirá em todo tempo com benevolência e acederá com boa vontade a quantas observações ou representações que se fizer para o Redator eleito, seja sobre os artigos deste Plano ou sobre outros pontos que considere úteis, sempre que sejam fundadas em razão"<sup>74</sup>. Dentre as obrigações do redator constava incluir

no lugar correspondente as Memórias ou Discursos que a Sociedade resolva imprimir por este meio e o remita seu Secretário", estando seu trabalho submetido a avaliação a cada seis meses "em sessões correspondentes da Sociedade, com o objetivo de que seja útil e mantenha seu credito dentro e fora da Ilha<sup>75</sup>.

O plan de redaccion cubano não representa a regra geral, mas demonstra de que forma os periódicos tendiam a estar suscetíveis à censura dessas entidades econômicas. Por outro lado, então parentes, oriundos da mesma ação e preocupados com a prosperidade da pátria, o periodismo e as sociedades econômicas complementavam-se entre suas intenções e práticas, diminuindo as prováveis pressões das sociedades econômicas sobre o periodismo.

Ambos os espaços, tidos como campos de sociabilidade, Sociedade Econômica e Periódico, eram constituídos por membros comuns que elevavam sua reputação por meio da participação das principais elites política e econômica das regiões. Havia vice-reis, governadores, *oidores*, nobres, militares, fazendeiros, médicos, advogados e religiosos interagindo pela disseminação desses espaços de saber. Dentre os primeiros nomes na lista dos assinantes dos periódicos americanos setecentista, estão os sócios-membros ilustres, de preferência aliados e representantes do Estado Espanhol e da Igreja Católica, como demonstra a *Figura 7*, a seguir:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> Plan de Redacción para el Papel Periódico. Plan presentado a la Real Sociedad Patriótica, y aprobado por esta en Junta de 20 de junio próximo pasado, escrito por Alfonso de Viana (Havana, 13 de junho de 1799), p. 2, tradução nossa. Disponível na Biblioteca Nacional de Espanha.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> Idem, p. 7; 10, tradução nossa.

Figura 7 – Trecho de uma das listas dos assinantes do Mercurio Peruano

### LISTA DE SENORES SUBScriptores al Mercurio Permano,

## EL EXC. MO S. OR VIRREY de estos Reynos.

#### REAL AUDIENCIA.

Sr. Don Manuel Arredondo de la Real y distinguida Orden de Carlon Tercero, y Regente de esta Real Audiencia.

Sr. Oydor Don Melchor de Santiago Concha.

Sr. Oydor Don Fernando Márques de la Plata.

Sr. Oydor Don Fernando Márques de la Plata.

Sr. Oydor Don Fernando Márques de la Plata.

Sr. Oydor Honorario de esta Real Audiencia, y propletario de La del Cuzco, Don Joseph Rezabal y Ugarte

Sr. Oydor Honorario Den Antonio Boza.

Sr. Alcalde de Corte Don Joseph Gorbea y Badillo.

Sr. Fiscal de lo Civil Don Joseph Gorbea y Badillo.

Sr. Fiscal del Crimen Don Joseph Pareja.

St. Don Pedro Dionisio Galvez, Contador Mayor del Real Telbural de Curitas.

Sr. Don Manuel Estabilbato, de la Real y distifiguida Orden de Carlos Tercero, y Administrador principal de Correos de Buenos-Ayres.

Sr. Doctor Don Francisco de Santiago Cor.cha, Dignidad de Chantre de esta Santa Iglesia, Provisor y Vicario general de este Arpobispado.

Sr. Don Joseph de Salazar y Brefia, de la Real y distinguida Orden de Carlos Tercero.

Sr. Doctor Don Igracio Mier, Cura de Perrabamba.

Sr. Doctor Don Igracio Mier, Cura de Perrabamba.

Sr. Don Vicente Gil de Taboada y Lemos, Capitan de la Gazedia de Alabarderos del Excelentisimo Señor Virrey

Sr. Don Isidro de la Meta, Capitan de la de Caballeria.

Sr. Don Dionisio Franco, Secretario de Cámara y Virreynatos Por dos exemplares.

Fonte: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

E, assim, misturando política de Estado e curiosidade pelo conhecimento, os periódicos foram sendo dispersados pela América.

Para encerrar o capítulo, é necessário destacar o quão suscetível às peregrinações era o ambiente cultural em que os papéis periódicos hispano-americanos foram criados, inclusive, devido a essa junção da política de Estado e o interesse por conhecimento. Havia pessoas circulando por regiões distintas da América, levando consigo a crença otimista em desenvolver espaços de sociabilidade ilustrada. Viagens que se efetuavam por diferentes motivos.

Vê-se o caso da *Gazeta de Guatamela*: o *oidor* Jacobo de Villa Urrutia, nascido em Santo Domingo, no seio de uma distinta família crioula, transladou-se para a Espanha como membro da comitiva do ilustre arcebispo Lorenzana de maneira a completar seus estudos nas Universidades de Alcalá de Henares, Toledo e Valladolid. Nomeado corregedor de letras e justiça maior em Alcalá, em 1787, graças à proteção de seu mentor, concretizou suas aspirações reformistas colaborando com o *Correo de Madrid*. Durante esse período, Villa Urrutia reunia

em sua casa uma concorrida tertúlia, ocasião em que recrutou o modesto jovem copista Alejandro Ramírez – o qual se tornaria mais tarde, em 1797, o primeiro redator da *Gaceta de Guatemala*, a convite do próprio Villa Urrutia (POUPENEY-HART, 2010b, p. 10-11).

Enviado à América em 1793, em pouco tempo Villa Urrutia organizou encontros sociais, como então havia lhe ensinado a experiência peninsular. Em consequência, estas investidas formaram a *Real Sociedade Econômica de Amantes da Pátria de Guatemala*, incorporando os principais nomes da elite crioula da cidade e das regiões vizinhas (POUPENEY-HART, 2010b, p. 11).

A vinda de Villa Urrutia reuniu as circunstâncias excepcionais de poder, prestígio familiar e pessoal, formação intelectual e experiência jornalista que o periodismo guatemalteco precisava para concretizar um projeto ambicioso — que, aliás, havia sido tentado recentemente por iniciativa do impressor Ignacio Beteta, o qual, entre 1793 e 1796, publicara com imensa dificuldade o periódico *Gaceta de Guatemala*. Ele manifestou o real desejo do *oidor*, como diretor da Sociedade Patriótica, em criar um novo periódico na capital

porque, sem um periódico que difundisse suas luzes e avanços, seria um corpo obscurecido e inerte [...]; e, para que não fosse tão depreciável como o que havia sido publicado anteriormente [isto é, o periódico de Beteta], propiciou que ajudasse na sua composição D. Alexandro Ramírez, professor de seus filhos e secretário do Consulado (POUPENEY-HART, 2010b, p. 11, tradução nossa).

Mas os planos de Villa Urrutia eram maiores: durante toda a sua estadia na Guatemala, ele solicitou por diversas vezes (fevereiro de 1794, setembro de 1798, outubro de 1799, novembro de 1801 e março e maio de 1802) seu translado à Nova Espanha, até conseguir sua nomeação como *alcalde* de crime na Audiência do México, onde fundou, junto com Carlos Bustamante, o primeiro diário da história mexicana, o *Diario de México*, em 1805 (POUPENEY-HART, 2010b, p. 10).

Enquanto isso, em Santafé de Bogotá, a história do seu papel periódico somente foi possível devido ao apoio do vice-rei da Nova Granada, José Manuel de Ezpeleta y Galdeano. O espanhol Ezpeleta havia feito sua carreira política como governador de Cuba em 1785, ascendendo ao cargo de vice-rei da Nova Granada quatro anos depois, e foi exatamente na ilha caribenha que Ezpeleta conheceu Manuel del Socorro Rodríguez, redator do *Papel Periódico de Santafé de Bogotá* (CACUA, 1985).

Rodríguez decidiu mudar-se com a família para a cidade de Santiago de Cuba no ano de 1784, momento em que escreveu ao vice-rei um memorial sobre sua vida, descrevendo a preparação que tinha de "cento e setenta obras, breves discursos em prosa ou em verso, e que

por haver lido tão pouco lhe pareciam acreditar que eram ideias originais". Aproveitou igualmente a comunicação para solicitar uma pensão a ele e família, que, ademais, o permitiria concluir suas obras. Para comprovar seus dotes, viajou para Havana, sendo examinado por "pessoas de literatura, por quem finalmente autorizaram uma pensão de 600 pesos para ele, sua mãe e irmãs, para completar sua produção literária" (CACUA, 1985, p. 273, tradução nossa).

Em 1789, Rodríguez escreveu outro memorial, desta vez dirigido a Carlos III, no qual solicitou um emprego literário, dispondo-se a apresentar previamente um exame de belas artes, literatura e ciências, que foi realizado pela entrega de um conjunto de temas (temário) que havia respondido em público no Colégio Real Seminário de São Carlos de la Havana, para que, assim, demonstrasse sua "idoneidade literária". A atitude foi autorizada pelo capitão-geral da ilha, don José Manuel de Ezpeleta, com quem, a partir desse dia, consolidou uma generosa amizade. Durante esse mesmo ano, o governador Ezpeleta recebeu a notícia da sua nomeação como vicerei da Nova Granada, pelo qual aproveitou para enviar à Coroa uma extensa documentação sobre o resultado das provas realizadas por Manuel del Socorro Rodríguez e "pediu licença para trazê-lo a Bogotá quando de seu traslado para tomar posse do novo cargo" (CACUA, 1985, p. 273, tradução nossa).

Em 11 de agosto de 1789, Rodríguez foi autorizado a ir para Santafé de Bogotá, na Nova Granada, mas, conforme manifestou em uma carta de 12 de dezembro do mesmo ano que seu desejo era viver na Europa, pois,

unicamente [ali] lhe podiam facilitar os meios oportunos para instruir-me sob o método e formalidades que exigem o bom gosto literário pouco conhecido nas Américas, a causa da inópia de livros, principalmente naquela região do meu destino, e a impossibilidade de comprar ainda os poucos que vinham da Europa (CACUA, 1985, p. 273-274, tradução nossa).

Rodríguez finalmente chegou à capital nova granadina em 18 de outubro de 1790 e, no dia seguinte, se reuniu com Ezpeleta, que lhe ofereceu diversos cargos, mas o autodidata cubano optou pela função de diretor da Biblioteca Real. Já Ezpeleta, na qualidade de vice-rei, no campo da educação e da cultura, fundou escolas primárias em Santafé e em alguns *pueblos*, apoiou a Expedição Botânica e protegeu e estimulou o nascimento do *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá*, sob a direção de Rodríguez (OTERO MUÑOZ, 1952).

Em 3 de janeiro de 1797, o vice-rei Ezpeleta foi substituído por Pedro de Mendinueta, transferindo-se para a cidade de Cartagena. Como resultado da perda de seu amigo em Bogotá, Manuel Rodríguez ficou sem trabalho na biblioteca e, três dias após a saída de Ezpeleta, o *Papel Periódico de Bogotá* publicou sua última edição, de número 265. Daí em diante Rodríguez se

dedicou a escrever obras poéticas e memórias, arriscando-se em algumas manifestações jornalistas, porém, sem o sucesso conquistado pelo *Papel Periódico de Bogotá* (CACUA, 1985; OTERO MUÑOZ, 1952).

Saindo da cidade de Santafé de Bogotá, pode ser observado um cenário parecido na fundação do *Papel Periódico de la Havana* por iniciativa do governador e nobre espanhol don Luís de las Casas y Aragorri (Governador de Havana e Capitão-Geral de Cuba, Luisiana e Flórida, cargo no qual permaneceu de 9 de julho de 1790 a 6 de dezembro de 1796). Em 24 de outubro de 1790, apenas quatro meses após a chegada de Luís de las Casas em Havana, o papel periódico publicou sua primeira edição, tendo las Casas, Diego de la Barrera, Tomás Romay e José Agustín Caballero como seus principais redatores. O papel periódico cubano descreveu Luís de las Casas como "um homem de fina inteligência" e que

já havia estado anteriormente na ilha, pelo que contava com numerosas relações dentro da oligarquia habanera de então. Fiel à educação recebida desde os treze anos junto ao conde de Aranda (impulsionador da política do despotismo ilustrado de Carlos III) e, após a sua participação nas reformas de Cuba desde os tempos de Ricla, uma vez ocupada a Capitania General, de las Casas se cercou de um grupo de colaboradores formado pelas mentes mais cultas da época. Sob seu governo deu-se um considerável impulso à difusão da cultura, ao que contribuiu em grande medida a criação da *Sociedade Econômica de Amigos do País* e a fundação do *Papel Periódico de la Havana* (GUTIÉRREZ, 2015, tradução nossa).

Como representante do reformismo bourbônico ao que era associado, Luís de las Casas incentivou inúmeras políticas de racionalização da administração e da economia americana, como a realização do primeiro censo confiável na ilha, o impulso às obras públicas na capital e seus arredores e o estímulo à produção de açúcar, além de valorizar o ensino e o conhecimento, tendo fundado a primeira biblioteca pública de Havana, em 1793.

Por sua vez, a Sociedade Patriótica da capital surgiu naquele mesmo ano de 1793, quando existia apenas sete exemplares do *Papel Periódico de la Havana*. Ao designar o início das atividades da Sociedade Patriótica, Luís de las Casas ganhou os títulos de Sócio e Primeiro Presidente de Honra e Sócio Protetor do Corpo Patriótico (além disso, ele também foi presidente do Consulado de Agricultura e Comércio de la Havana). Dentre os sócios da Sociedade, estavam alguns dos representantes do periodismo *habanero*: Francisco Joseph Basabe, Juan Manuel O'Farrill (conde da Casa Montalvo), Francisco de Arango y Parreño, Diego de la Barrera, José Agustín Caballero, Antonio Robledo, Tomás Romay e Luís Peñalver, seu primeiro diretor (GUTIÉRREZ, 2015).

Seguindo para Lima, acompanha-se a trajetória de Juan Olavarrieta, fundador do Semanário Critico, que bem ilustra a de tantos outros espanhóis de origem humilde (se comparados ao alto funcionalismo estatal) que se deslocaram para a América com a expectativa de melhores alternativas. Havia "novas oportunidades no governo e no comércio", que atraíram um número crescente de espanhóis para a América na segunda metade do século XVIII, explica o historiador John Lynch. Alguns deles tentaram um emprego na nova burocracia, outros seguiram a rota do *comércio livre*. Saindo

do norte da Espanha, os imigrantes chegaram a formar uma classe empresarial bemsucedida, ativa no comércio e na mineração e reforçada constantemente por recémchegados da Península, onde o crescimento populacional exigia mais terra e empregos e fornecia uma justificativa diferente do império espanhol. (LYNCH, 2001, p. 44).

Entre esses deslocamentos espontâneos e nomeações feitas pela Coroa Espanhola, existia principalmente uma parcela de entusiasmados que se destinaram à América logo após manterem contato com as novidades que circulavam na Europa. Estes se encontravam animados em criar experiências culturais nas localidades americanas que sofriam para se desenvolver.

É verdade que muitos destes representantes da Coroa Espanhola chegaram aos novos espaços sociais com uma Real Ordem expedida para que promovessem a criação de instituições educacionais ilustradas, espaços que pensassem racionalmente a estrutura socioeconômica americana. No entanto, parece abrupto afirmar que esses funcionários reais implementaram uma política de ensino pelo puro interesse econômico e tampouco deve associar-se tal atitude a um compromisso cívico ou a uma lealdade intelectual e profissional com a causa das melhorias econômicas e sociais nos Reinos americanos.

Vasculhando as histórias dos funcionários reais, encontra-se aproximações destes com textos e discussões ilustradas, de maneira que não há como desconsiderar sua crença otimista nas concepções ilustradas. A compatibilidade temporal entre a criação dos periódicos e o desenvolvimento de tantos outros espaços de sociabilidade culturais reflete, sim, uma política estatal orientada para a composição dos espaços artístico-culturais americanos, até mesmo porque tal medida era vista como solução para um sistema colonial obsoleto e ineficaz. Mas isso não era suficiente para a implementação das "políticas ilustradas-moderadas": elas dependiam de leais súditos do rei espanhol e que estes confiassem minimamente na capacidade transformadora das ideias que supostamente iriam implementar.

Em grande medida, o incentivo às práticas científicas da *República das Letras* foi utilizado para possuir informações exatas, continuadas e exaustivas acerca de uma infinidade de detalhes da ordem colonial, que se mostrava tão desconhecida e distante das "Reais Mãos" e olhos quanto já fora um dia.

A partir de 1760, especialmente com a irrupção da política internacional europeia, a situação parecia estar mudando em Madri. Os territórios americanos tinham que ser uma parte fundamental da monarquia, não apenas por uma questão de integridade territorial, mas porque suas riquezas constituíam a principal renda do reino. Ora, se eles (espanhóis) não fossem capazes de tirar dos americanos todos os benefícios a seu usufruto, outros o fariam (MARCHENA, 2003, p. 152-153).

Assim, buscando aumentar e melhorar a autoridade imperial, a política de Carlos III enviou alguns novos funcionários, afirmando que a inovação proporcionaria condições mais racionais, progressivas e humanas aos seus súditos. Chamados de *intendentes*, eles deveriam visitar, conhecer e propor medidas que conduzissem a uma mudança efetiva e próspera na situação administrativa e econômica americana. Os intendentes/visitadores cruzaram o mar fundamentalmente a fim de obter informações diretas e pormenorizadas de como estava a situação e do porquê se havia chegado a esse desequilíbrio: "Foi assim quando o ministro ilustrado, ou o secretário eficiente, ou o planificador, ou o homem de Estado, em cada um de seus ramos respectivos, começou a utilizar a frase 'Sua Majestade quer saber'" (MARCHENA, 2003, p. 153, tradução nossa).

Na raiz da metáfora *Su Majestad quiere saber*, existe, principalmente, o desconhecimento; no entanto, era um "não conhecer" seletivo. Na maioria das vezes, o monarca – ou quem pedia em seu nome – queria saber somente alguns dados, pedindo-se esclarecimentos bem específicos que lhes interessavam, ordenando que elas fossem enviadas de maneira concreta e tabuladas segundo critérios metropolitanos. A regra em "Sua Majestade quer saber" não era regida pelo propósito central de solucionar os graves problemas estruturais que padeciam a política colonial (MARCHENA, 2003, p. 153).

Na prática, não faltam exemplos do empenho que os funcionários tiveram em criar estratégias para tornar executáveis os pedidos requisitados, porém, o trabalho tendencioso para agradar a quem se perguntava terminou por distorcer o propósito e a veracidade de muitas das informações. Tal trabalho não se limitou aos funcionários enviados pela Coroa, muitos americanos participaram da coleta, recebendo até uma ajuda financeira. Em teoria, era para ser um ofício descritivo, entre mapas e censos, contudo, a falta de dinheiro ou mesmo a ausência de profissionais especializados fez por decair a sua eficácia. (MARCHENA, 2003, p. 153-166).

Logo, o ato da Coroa Espanhola de pedir informações representou o regresso a uma antiga e essencial prática de reconhecimento dos domínios conquistados: as *viagens*. Não era qualquer viagem: a locomoção ia acompanhada do empirismo descritivo, tanto na justificativa

do projeto como no método de observação e planificação do observado, em plena associação aos conceitos científicos, como pedia a *República das Letras* setecentista.

Muitos dos estudos publicados pelos periódicos nas décadas finais dos setecentos estavam recheados das observações feitas por representantes da administração colonial. José Alzate utilizou sua *Gaceta de Literatura de México* para publicar largas memórias que compôs acerca de diversos fenômenos naturais, que, provavelmente, não haveria conseguido difundir de outra maneira. Entre as memórias, predominam as que tratam da história natural e, sobretudo, as que o autor iniciou no marco das atividades efetuadas sob as ordens do *ayuntamiento* (na prefeitura, no caso). Se sabe, por exemplo, que em 1774, o reformador fiscal encarregou que Alzate realizasse um ensaio acerca da *cochinilla* (uma espécie de besouro), tema que ocupou um espaço considerável no tomo três de sua gazeta, num total de 65 páginas destinadas a apresentar o assunto (HÉBERT, 2011, p. 22).

Pelo fato de Alzate ter trabalhado durante toda a vida na secretaria do arcebispado do México, sobretudo como tradutor de letras apostólicas, ele gozou, assim, do apoio dos arcebispos e, em certas ocasiões, dos vice-reis, o que lhe rendeu valiosos contatos com a administração colonial.

No Peru, José Rubí Rossi, principal editor do *Mercurio Peruano* durante anos, ocupou o cargo de Consultor do Real Tribunal de Mineração. A criação desta instituição em 1787 respondia aos planos bourbônicos de explorar melhor os recursos americanos. Na qualidade de funcionário real, Rossi teve a oportunidade de conhecer as principais jazidas minerais do país e, através do *Mercurio*, tratou de despertar no público leitor um interesse pela realidade mineradora (POUPENEY-HART, 2007).

Dentre as perspectivas difundidas nos artigos publicados no *Mercurio Peruano*, estão o apoio à missão do Barão de Nordenflicht, a recomendação de métodos e técnicas de racionalização da exploração mineral, a defesa dos mineiros contra os interesses abusivos dos "cruéis" facilitadores e a promoção dos bancos de resgate, além de sugestões paliativas de combate à escassez de mão de obra no setor mineiro (POUPENEY-HART, 2007, p. 54-55).

Enfim, dois exemplos que nos fazem compreender as diferentes formas de acordo estabelecidos entre os periódicos americanos e o Estado Colonial, seja este exercido pela participação indireta estatal a partir dos seus funcionários na formulação e reprodução das informações apresentados nos periódicos e no persuasivo apoio ao conteúdo exposto, como através dos decretos dos governos locais que fizeram diretas e determinantes as criações dos periódicos hispano-americanos.

Nesses relatórios informativos, existia um conhecimento proveitoso para o Estado colonial, mas que, em inúmeras ocasiões, não resultou em políticas concretas de bem-estar social. Assim, tais averiguações se transformaram principalmente em ideias a serem insistidas, expostas agora a um público maior pelos periódicos.

Por outro lado, a política de *Sua Majestade quer saber* foi diversificada através de expedições botânicas, estudos meteorológicos ou cartográficos, dentre outros, os quais foram ramificados, por exemplo, nos tantos cursos (anatomia, matemática, botânica, química e física) surgidos na América, até então inéditos, e que deram substancialidade em cientificar algumas profissões.

Se peregrinar foi um instrumento científico, de um modo geral, viajar era sempre preciso, na estrutura administrativa colonial espanhola. No tempo da dinastia Bourbon, se reforçou esta tendência inquieta pela mobilidade: a proposta era criar um aparato estatal unificado, leal e controlado diretamente pelo governante, como descreve Benedict Anderson:

A unificação significava uma intercambialidade intrínseca de homens e documentos. A intercambialidade humana foi alimentada pelo recrutamento – em graus variáveis - de homines novi, os quais, justamente por esta razão, não dispunham de poder independente próprio e podiam servir como emanações da vontade dos senhores. [...]. O que define sua carreira é o talento, não a morte [como o caso de um nobre feudal ao herdar um cargo paterno]. Ele vê à frente um topo, não um centro. Ele vai escalando as laterais numa série de arcos que, espera ele, ficarão cada vez menores e mais apertados conforme se aproximam do alto. Enviado para a cidade A no nível V, ele pode voltar à capital com o nível W; então, segue para a província B com nível X, vai até o vice-reino C com o nível Y, e termina a sua peregrinação na capital com o nível Z. Nessa jornada, não há nenhum descanso garantido; toda pausa é provisória. [...] E mais: na sua ascensão em espiral, ele encontra os colegas de funcionalismo, companheiros de percurso tão ávidos quanto ele, oriundos de lugares e famílias de que mal ouviu falar e certamente espera nunca ter de conhecer. Mas, ao conhecê-los como companheiros de viagem, brota uma consciência de interligação [...], principalmente quando todos falam uma mesma língua oficial. [...] [Mas] as peregrinações dos funcionários crioulos eram barradas não só no sentido vertical. Se os funcionários espanhóis podiam ir de Saragoça a Cartegena, de Madri a Lima, e voltar a Madri, o crioulo "mexicano" ou "chileno" geralmente servia apenas nos territórios coloniais do México ou do Chile: os seus movimentos laterais eram restritos quanto a sua ascensão vertical. Assim, o auge de sua carreira, o centro administrativo mais elevado para o qual ele poderia ser designado, era a capital da unidade administrativa-imperial em que ele se encontrava. (ANDERSON, 2008, p. 94-95; 97).

Através desta intercambialidade, principalmente humana, uma parte representativa da história do periodismo hispano-americano se desenvolveu na medida em que proporcionava o ganho de novos atores no seu cenário nacional. As peregrinações fizeram com que empreendimentos, como os periódicos, renascessem, após alguns sucessivos fracassos ocorridos em décadas anteriores. Dessa forma, os deslocamentos renovaram o entusiasmado

espírito das luzes na América Hispânica, transformando-se num elemento enriquecedor nos contextos histórico-culturais já frágeis dessas diferentes localidades americanas.

O problema é que essas peregrinações tornaram os empreendimentos periódicos extremamente instáveis, dado que se desejava continuar as peregrinações para alcançar posições melhores na hierarquia política espanhola. Isso talvez ajude a explicar as dificuldades de contato entre os envolvidos na produção e escrita dos periódicos americanos diante das incertezas de quem seriam seus membros participantes.

Quando o milanês José Rossi deixou Lima, em 1794, para o exercício do cargo de alcalde mayor de Suchitepéquez na Guatemala, o periódico peruano resistiu somente por mais um ano. O Mercurio Peruano perdeu também a colaboração do espanhol José Javier Leandro de Baquíjano y Carrillo, membro da Sociedade de Amantes do País de Lima e presidente da sociedade até 1793. Baquíjano havia escrito diversos artigos históricos e econômicos no Mercurio sob o pseudônimo de Cefalio. Em 1792 foi-lhe concedida a Ordem de Carlos III, e, no ano seguinte, ele se mudou para a Espanha a convite do irmão, José Agustín, conde de Vistaflorida (POUPENEY-HART, 2006).

A ausência dos dois homens de letras trouxe enormes dificuldades para José Hipólito, fragilizando uma das principais características do *Mercurio*: o protagonismo dado ao Vice-Reinado do Peru. Como consequência, o periódico passou a ter um viés mais propagandístico, priorizando feitos do império espanhol e distanciando-se da linha que no passado recente atraía tanto o seu público (POUPENEY-HART, 2006).

Todavia, Baquíjano e Rubí iriam ressurgir na história do periodismo americano. Durante sua viagem para a Espanha, Baquíjano fez uma parada em Havana, onde se associou à Sociedade Patriótica local e escreveu artigos que foram publicados no *Papel Periódico de la Havana* (QUESADA, 2012, p. 57-98). Por seu turno, Rubí reapareceu no ano de 1803 como capitão no Esquadrão de Dragões de San Salvador, mantendo contato epistolar assíduo com a equipe redacional da *Gaceta de Guatemala* e tendo suas publicações aí reproduzidas (POUPENEY-HART, 2006, p. 307-318).

Com efeito, ainda que tais movimentos tenham desestabilizando certos projetos, eles puderam estimular outros empreendimentos culturais, numa espécie de "efeito dominó" positivo, fruto da experiência adquirida ao longo destes deslocamentos.

E, efetivamente, como aponta Anderson, os letrados crioulos americanos desta *República das Letras* setecentista tenderam a se limitar ao deslocamento por cidades localizadas na América hispânica. Pouquíssimos deles viajaram para a Europa, como fizeram os crioulos envolvidos no *Papel Periódico de la ciudad de Santafé de Bogotá*: Antonio Nariño fugiu para

Europa nos anos finais do século XVIII, devido a acusações de deslealdade a Coroa realizadas contra ele pelo governo espanhol na América. Os caminhos que Nariño percorreu na Europa são desconhecidos pelos historiadores, e, enquanto isso, seu amigo Francisco Zea foi também acusado de insurreição, que o forçou ao exílio para o cumprimento da sua sentença em cárceres localizados na Espanha, no ano de 1799. Ao lhe ser concedido a liberdade, após dois anos preso, Zea desloca-se para o centro do reinado espanhol, em Madri, onde surgem oportunidades de trabalho (em Paris, na área científica), a partir da amizade que fez como Ministro da Finanças da Espanha (ORTIZ, 1966). O momento em que se observa deslocamentos de largo alcance nessa dinâmica burocrática espanhola, os protagonistas são preferencialmente os espanhóis. José Alzate, Manuel Rodríguez, Eugenio Espejo, como tantos outros crioulos, não conheceram a Europa.

Essas viagens feitas pelos americanos também aconteciam caso alguém quisesse se empenhar nos estudos, caso não residisse nas capitais reinais. Recorda-se que Manuel del Socorro Rodríguez precisou ir a Santiago de Cuba, e depois a Havana, para buscar auxílio financeiro entre os representantes cubanos de Sua Majestade, como forma de continuar seus estudos e escritos. Mais tarde, quando já estava instalado em Santafé de Bogotá, a biblioteca por ele dirigida funcionava em um dos edifícios do Colégio de São Bartolomeu, no qual se tornou amigo e tutor de José María Gruesso. Futuro apoiador das publicações do *Papel Periódico de Bogotá*. Gruesso havia nascido em Popayán e saiu de sua cidade natal em direção à capital do Vice-Reinado para poder estudar no Colégio de São Bartolomeu e se dedicar à carreira religiosa. Outros dois amigos de Rodríguez, Francisco Antonio Rodríguez e frei José María Valdés, também nascidos em Popayán, deslocaram-se para Santafé por pretensões educacionais. Francisco Antonio se graduou como *doctor en jurisprudência*, enquanto José Maria, de família distinta e rica, reuniu-se com esses três colegas para fundar a tertúlia Eutropelia (OTERO MUÑOZ, 1952).

Para estes estudantes, distanciar-se de Popayán aumentava as possibilidades de êxito em suas aspirações literárias, já que em Bogotá havia um número maior de letrados. Aglomerados, eles encontraram seus espaços de fazer científico, locais onde se privilegiava o debate e a experimentação.

De acordo com Benedict Anderson, a partir desse movimento de peregrinações no Império espanhol, originou-se uma consciência de familiaridade entre os *criollos* que, em sua maioria, foram limitados a se deslocar apenas nas extensões americanas. A percepção das condições parecidas (para o bem ou para o mal) vivenciadas pelos americanos teria se tornado mais evidente, dando sentido a uma americanidade. A tese da formação da consciência nacional

americana, defendida por Anderson, se propõe a justificar as motivações para o pioneirismo dos americanos na reivindicação de independência do sistema colonial no mundo ocidental.

Apesar desta pesquisa dissertativa discordar da formação de uma consciência nacional americana durante o século XVIII, proposta por Anderson, a percepção do autor quanto às consequências do deslocamento limitante dos americanos no império espanhol não deve ser totalmente desconsiderada. Deve se pensar: os deslocamentos que permitiram a fundamentação e estruturação dos empreendimentos culturais na América não teriam possibilitado o desenvolvimento de uma *consciência científica* produzida por americanos, em associação com outros estrangeiros (em especial, os espanhóis)? Imagina-se que os letrados, enquanto peregrinavam entre regiões diferentes na América Hispânica, encontraram companheirismo ao lidar com obstáculos comuns, como as dificuldades em tornar acessível e aceitável o conhecimento científico produzido no território local. Aliás, como reforça Anderson, esta consciência – no caso, do "fazer científico" americano – fortaleceu-se, pois se comunicava através de uma língua comum, o castelhano, permitindo um diálogo mais claro e objetivo.

Um exemplo diferente desse movimento é a vida de Eugenio Espejo. Seus deslocamentos foram muito relevantes para o enredo de criação do *Primicias de la Cultura de Quito*. Apesar de sua origem humilde, posto que filho de um indígena quéchua e uma mestiça mulata, o quitenho Eugenio Francisco Xavier de la Santa Cruz y Espejo conseguiu estudar com auxílio do pai letrado. Por meio da formação em escolas acadêmicas, graduou-se em medicina e, logo depois, em direito civil e canônico (BEERMAN, 1998, p. 11-13).

Espejo se envolveria em alguns atritos, fruto de supostos textos que havia escrito a partir de 1780. Supostos, porque alguns não passaram de suspeitas, mas ganharam dimensões desastrosas por conta do momento em que vivia o Vice-Reinado de Nova Granada. O período era tenso devido a rebeliões realizadas por nativos que arregimentaram variados grupos sociais, inicialmente no Peru, mas que não se limitaram a esta região. A rebelião de Tupac Amaru II (1780-1781) combatia o aumento de impostos e a política de trabalho forçado imposta aos indígenas do espaço do Vice-Reinado do Peru. No mesmo período, explodiu no território da Colômbia a Revolta dos Comuneros pelo idêntico motivo dos altos impostos estabelecidos pelo governo monárquico, promovendo, inclusive, a formação de uma junta para a organização da rebelião.

Diante deste contexto, a administração espanhola na América estava atenta e apreensiva para reprimir qualquer possibilidade de novas rebeliões, mesmo que a contestação se limitasse a escritos de apenas quatro fólios. Com efeito, Espejo foi acusado de haver escrito um texto satírico (um poema chamado de "El retrato de Gorilla") em que reprovava o governo de Carlos

III. Por isto, em 1787, foi preso, inicialmente, respondendo às acusações apenas no ano de 1789, já em liberdade. Viajou até a cidade de Bogotá, capital do Vice-Reinado, e ali se exilou para responder às acusações diante do próprio vice-rei. Após ter negado a autoria dos textos em questão, as acusações contra ele foram retiradas por falta de provas (BEERMAN, 1998).

Durante sua estadia em Bogotá, Espejo manteve contato com seu amigo e protetor, o também quitenho Juan Maria Torcuato de Montúfar, marquês de Selva Alegre, filho do antigo presidente de Quito. Selva Alegre animou Espejo a formar uma sociedade econômica iluminista em Quito – no mesmo período, uma sociedade econômica estava sendo composta na cidade de Lima e tinha entre seus participantes o marquês de Selva Alegre, que mais tarde se tornaria sócio da *Escuela de la Concordia*, a sociedade econômica quitenha que Espejo tentou organizar. Após mais de dois anos do contato com o amigo Espejo, Selva Alegre publicou um texto no *Mercurio Peruano* saudando a criação de um novo (e único, até aquele momento) periódico ilustrado em Quito:

E aqui a luminosa época que vai a desfrutar a cidade de Quito. Aquela bonita parte do Novo Reino de Granada merece que a vejamos com um afeto particular de nossa predileção, não somente pelos vínculos políticos que nos unem, nem pelo privilégio com que é honrada a Natureza no meio do Globo, mas porque os talentos e a aplicação de seus naturais contribuem para a glória desta Capital, que não pode menos de colocá-los no melhor número de seus filhos. [...] Enfim, a cidade de Quito, avergonhada de permanecer no funesto quietismo em que estão quase todas da América, abriu franca porta à pública ilustração, e sem dúvida que com a chave verdadeiramente de ouro<sup>76</sup>.

Neste trecho, o marquês de Selva Alegra justifica os motivos para que os leitores do *Mercurio Peruano* soubessem da existência do periódico surgido em Quito: o vínculo político que os uniam, a natureza semelhante que compartilhavam e, por último, o talento daqueles que faziam o periódico. Nessa justificativa, o fato de participarem do mesmo Vice-Reino de Nova Granada incidia no argumento do marquês, pois aprender sobre o outro seria uma possibilidade benéfica, até mesmo de autoconhecimento.

Apesar de os favoráveis desdobramentos do contato de Espejo com o marquês de Selva Alegra, sabe-se, pelas biografias de Espejo, que ele não se encaminhou para Bogotá exclusivamente com a intenção de conversar com a intelectualidade local e planejar projetos ilustrados em Quito. As circunstâncias da vida e da política administrativa espanhola o obrigaram a ir ao centro do Vice-Reinado, para responder às acusações que lhe haviam sido

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Noticia de un papel periódico establecido en la ciudad de Quito. Santafé de Bogotá, n. 43, dezembro de 1791, p. 355, tradução nossa.

formuladas, entretanto, tendo garantindo-lhe um contexto com maiores oportunidades de diálogos e incentivos culturais. Fez toda a diferença a ida de Espejo a Bogotá.

Naquele novo espaço cultural, mais encorpado, foi acolhido por homens das letras, que sabiam dos obstáculos enfrentados por ele para tornar realidade inspirações ilustradas. Em Bogotá, Espejo se envolveu em alguns espaços ilustrados de sociabilidade, como revela a presença de seu nome dentre os participantes da tertúlia de Antonio Nariño. Como resultado, o *Primicias de la Cultura* foi o primeiro periódico equatoriano.

As peregrinações/viagens permitiram aos hispano-americanos e europeus trocarem frustrações, inspirações, mecanismos, expectativas, enfim, compartilharem experiências pessoais e profissionais. Mediante essas trocas, a criação de espaços de sociabilidade tornou-se plausível, vinculando-se a realidade socioeconômica das suas pátrias (da localidade), porém mantendo-se num movimento expansivo em conexão com as ideias que circulavam no mundo. Interagir com o mundo, segundo a *República das Letras*, decorreria em comportamentos mais tolerantes com os seus companheiros de letras, ou qualquer outra pessoa que participasse da dinâmica literária. A condescendência significaria respeitar as distintas opiniões dos outros, permitindo-os livremente manifestar-se, como entender que quando interagiam, estes estariam de igual para igual.

#### 5 IGUALDADE ENTRE OS PARES E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em alguns momentos do atual texto dissertativo, refere-se a dois princípios elementares para entender a noção de *República das Letras* — a liberdade e a igualdade —, geralmente, alertando quanto às interpretações equivocadas que usualmente são feitas destes valores, já que se tende a deduzir os dois como condições constitutivas dos homens e das mulheres do mundo, na iminência de serem valores reivindicados integralmente por estes de maneira atemporal.

A Ilustração foi bem-sucedida em deixar este legado e, mesmo que ainda não exista em plenitude, o mundo ocidental persiste em abordá-los positivamente. Muitos estudiosos apresentaram a Ilustração como essa força que persegue a emancipação humana, como um movimento libertador e revolucionário, no qual os valores de liberdade e igualdade foram efetivamente pleiteados como cultura ocidental, visto que o contexto iluminista declarou os dois princípios como direitos naturais e inalienáveis do Homem. No entanto, é necessária prudência ao se imaginar tamanha pretensão durante o século XVIII.

#### **5.1** PRESERVAR-SE A IGUALDADE PELA DESIGUALDADE

Desde o século XVI, existiam relatos, sobretudo em textos de teólogos, da hipótese do "homem natural", anterior ao "homem cristão", dotado de "direitos naturais" possuído por todos os homens. Prevalecia entre os *philosophes* iluministas a concepção de que a natureza fazia todos os homens serem iguais, uma espécie de "igualdade natural", em que as diferenças físicas poderiam ser compensadas pela igualdade "mental" entre os homens.

A ideia de igualdade natural tornou-se um princípio inspirador para a organização política e social entre os homens, explicado à moda de cada um dos *philosophes* iluministas. Contudo, na maioria dessas visões, entendia-se que era um desacerto exigir a igualdade política e socioeconômica dos homens em sociedade, baseado na constatação da "igualdade natural" do homem. No momento em que os homens se reuniam em sociedade não era mantido o estágio de igualdade natural do estado pré-político, surgia assim uma nova dinâmica de interação (desigual) entre os homens.

Por muito tempo, foi negada à igualdade uma condição de direito. Somente alguns poucos autores, como Denis Diderot, Pierre Bayle e Jean le Rond d'Alembert, cultivaram uma perspectiva verdadeiramente universalista do princípio de igualdade. Na obra de Jonathan Israel (2009), esses autores são denominados como representantes de uma forma radical do Iluminismo. Neste disputado espaço do pensamento político, os "iluministas moderados"

(como Locke e Montesquieu) se sobressaíram em relação aos "iluministas radicais", discutidos por Israel.

Para o Iluminismo setecentista, parecia ser mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que sua aplicabilidade social para todos; dessa forma, a ideia da igualdade original da espécie humana tornou-se, contraditoriamente, justificativa para as desigualdades políticas e sociais que os rodeavam. Assim, de acordo com os iluministas moderados, a existência de direitos inalienáveis e sagrados do homem em sociedade dependia de mecanismos desiguais de poder político, mental, econômico e cultural que os homens desenvolviam em sociedade.

No caso da posse de escravizados, por exemplo, esse direito residia na incapacidade do homem tornado em escravo de inserir-se na sociedade civil, pois, mesmo antes da escravização, ele não teria sequer condições de possuir propriedade ou garantir a "propriedade de si". Julgavase, por antecipação, que esse indivíduo (transformado em escravo) não teria habilidades econômicas, racionais e culturais para viver em sociedade, já que suas diferenciações, em comparação ao homem branco europeu, lhe impediriam almejar semelhante propósito — o de desejar e manter posses e propriedades.

A inabilidade deste homem frágil representava uma ameaça à própria sociedade, daí que escravizá-lo era uma maneira de impedir a instabilidade ou o desaparecimento da propriedade como um dos direitos dos homens.

Concebia-se a desigualdade como um mecanismo justo entre os homens e preservador dos direitos individuais, na medida em que, neste convívio em sociedade, os mais dotados de razão seriam aqueles que liderariam os indivíduos que estavam temporariamente incapacitados de raciocinar (comandariam durante um período, é relevante destacar). As relações desiguais de subordinação e hierarquização, que regulavam a convivência entre os homens, mantinhamse sob o auspício de que as desigualdades entre eles iriam desaparecer no futuro.

Como, em essência, todos os homens eram iguais, havia a esperança de uma concretização real da igualdade através do acesso à propriedade e à racionalidade e da independência pessoal que se considerava resultar por meio de ambas (SILVA, 2009). Foi baseado nesta lógica que os indígenas das Américas foram tutelados, os escravizados africanos, cristianizados; e os crioulos americanos, administrados. Enfim, cabia orientar o escravo, a mulher, o primitivo, o camponês, o criado, o operário, o pobre e todos aqueles que permaneciam afastado do padrão pleno e iluminado do homem europeu.

Por serem antropocêntricos, os *philosophes* postulavam que a existência de tudo no mundo teria sido concebida e desenvolvida para a satisfação humana e, em consequência, capaz de instigar a razão humana. Em princípio, se tornariam de preferência evoluídos e experientes

aqueles que mais se estimulassem ou incentivados fossem. Estes homens seriam possuidores de uma capacidade maior em instruir as raças moralmente imaturas — os americanos, os africanos e os asiáticos — para que superassem as adversidades impostas pela natureza social (SILVA, 2009). Cada indivíduo experimentaria vivências completamente distintas ao lidar com os estímulos do ambiente, o que explicaria o desnível evolutivo presente entre as diferentes sociedades ou no interior de uma mesma sociedade.

De maneira geral, a *República das Letras* seguiu o princípio normativo da desigualdade entre os homens em sociedade, uma vez que seus envolvidos reconheciam nas hierarquias sociais a manutenção da estabilidade em sociedade. Nessa escala vertical, Jean-Jacques Rousseau expressara vigorosamente em sua obra educativa *Emílio, ou da Educação* (*Émile, ou de l'Éducation*), de 1762, que a mulher seria uma criatura inferior cuja constituição física era regida incondicionalmente pela emoção ao invés da racionalidade, condicionando-a por sua biologia a ser somente companheira e ajudante do homem, além de dominada por sua função reprodutora (ROUSSEAU, 1995).

Entretanto, na percepção do espaço literário, havia uma questão, particular ao seu ambiente, que permitia que fosse conivente com a contrariedade de se defender práticas igualitárias literárias (por exemplo, como nesta ocasião, atacando a racionalidade feminina). A resposta que a *República das Letras* forneceu perpassava pela força política que se dizia possuir, um poder tão superior quanto o dos governos estabelecidos. Como legítimos construtores e modeladores da opinião pública, os espaços de aprendizagem deveriam seguir rigorosamente sob os ditames da razão, da imparcialidade e da humanidade. Logo, com a finalidade de que esta dinâmica funcionasse, a autonomia dos homens de letras tornou-se um ponto crucial (OUTRAM, 2009, p. 35-36). Assim que priorizassem a sua independência, os letrados poderiam formular opiniões neutras, completamente em oposto a realidade limitante de ação das mulheres em sociedade.

Para a maioria das sociedades do século XVIII, as mulheres nunca seriam independentes ou autônomas o suficiente devido a seus deveres familiares, nem imparciais, por causa de sua natureza emocional. Diante destas constatações, considerava-se que a participação feminina reduziria a autenticidade da *República das Letras* nas suas atividades. Compreendia-se que, caso separassem os homens iguais em sua condição soberana de se expressar racionalmente (e bem distante das vulnerabilidades) daqueles grupos sociais dos quais seriam impenetráveis à voz da razão (como mulheres e trabalhadores de um modo geral), sobrariam na sociedade apenas os mais capacitados em propor fórmulas que tornassem mais razoável a vida dos seres humanos.

Sugerir métodos significava expor claramente suas ideias sem o receio de um patrão fixo, ou de um familiar, que lhes amarrariam a laços de dependência econômica, moral, emocional etc. Para isso, imaginava-se um *cenário social semelhante* entre os seus participantes, com a intenção de que se materializar-se em plenitude o princípio de igualdade no seu espaço literário.

No caso da América, o fator desigualdade – obstrutor da isenção intelectual – sobressaiu-se na questão racial, referindo-se inicialmente às diferenças fenotípicas entre conquistados e conquistadores:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia [das diferenças raciais] produziu na América identidades sociais historicamente novas (índios, negros e mestiços) e redefiniram outras. Assim, termos como espanhol e português e, mais tarde, europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E. na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes como constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. [...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demostrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual, ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e, consequentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p. 117-118).

Nas sociedades hispano-americanas, a "justa desigualdade" entre os homens se manteve principalmente ao converter a raça no primeiro critério fundamental para distribuição da população nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder dessa sociedade. Nesse requisito, a *República das Letras* reivindicada pelos letrados hispano-americanos manifestou ampla concordância na preservação dos critérios raciais, posto que nos periódicos setecentistas ilustrados não foram encontradas notas, cartas ou artigos que focassem em argumentos contrários à discriminação pela cor da pele, especificamente.

No caso de Eugenio Espejo, autor do *Primicias de la Cultura de Quito*, o potencial subversivo que foi dado pela sociedade contemporânea a ele está exatamente no fato de ser considerado mestiço. As críticas contra Espejo por parte da alta sociedade continham quase sempre uma conotação étnica que se fundamentava em sua ascendência indígena. Espejo, no entanto, apesar de destacar sua origem humilde, se mostrou várias vezes orgulhoso de sua ascensão social e se denominava "espanhol americano" ou "branco" (BÜSCHGES, 1997, p. 272).

Problema enfrentado também por Manuel del Socorro Rodríguez, um dos principais autores e editor do *Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá*, que, ao referenciar ter antecedentes espanhóis e indígenas, aludia às intransponíveis limitações que a condição racial podia atravancar no propósito de acender pelos estudos sistemáticos. Dado que, diante da impossibilidade de demonstrar sua pureza social, pertencer a uma extração social humilde e ter procedência interiorana (ele não havia nascido na capital Havana) seriam os "pecados" que as elites crioulas habaneras não perdoaram no "sábio do interior" Manuel Rodríguez (GUILLÉN, 2012, p. 292-293).

Além da cor da pele, ser branco na sociedade americana estava vinculado a crenças religiosas, tipos de vestimenta, certificados de nobreza, modos de comportamento e formas de produzir conhecimento. Por esta razão, tendeu-se a amplificar os pré-requisitos raciais de convivência em sociedade devido à mestiçagem tornou cada vez menos nítida a diferenciação racial por traços fenotípicos. Daí porque as reações pejorativas das elites literárias aos textos dos letrados Manuel Rodríguez e Eugenio Espejo, recair preferencialmente nas condições socioeconômicas dos dois, ambos de famílias pobres e simplórias, e, não exclusivamente nas condições raciais dos letrados.

Esses homens das letras deparavam-se com o funcionamento da *sociedade de cortes* setecentista, em que a dependência fazia parte de uma sociedade fortemente hierarquizada por ordens sociais, e nas suas esferas impedia-se o compartilhamento do poder político, repartido na sua natureza. Tal organização social inclinou os letrados a admitir nas desigualdades sociais (isto é, no tratamento desigual de específicas condições de raça, gênero e etnia) a garantia da neutralidade no discurso da razão, da mesma forma que aceitá-las (as desigualdades), tornouse requisito para assegurar a proteção e a sobrevivência dentro do espaço literato e além dele.

Em verdade, a manutenção por tanto tempo do entrave para se advogar formas irrestritas de igualdade fundamentou-se na proteção de direitos (à vida, à liberdade e à propriedade), sem ao menos explicitar o motivo exato de notabilizar a preservação destes direitos em específico. Acreditava-se serem tais direitos evidentes por si, não havendo necessidade de se justificá-los para além da convicção dos homens acerca de sua verdade (HUNT, 2009). Assim, somente através das manifestações concretas de experiências se tornou pública a necessidade de discussões diante da complexa heterogeneidade que envolvia esses princípios sagrados e inalienáveis.

O período de intensa agitação política e social da *Revolução Francesa*, durante o século XVIII, que culminou na definição dos direitos individuais e coletivos na *Declaração do Homem e do Cidadão* são referidas como acontecimentos que revelaram o desenvolvimento desse

mecanismo interno dos direitos humanos à medida que conduziram a debates que reivindicavam a real concessão de direitos iguais a grupos minoritários e não detentores de direitos políticos e civis:

Quando sentiram a necessidade de transformar suas nobres ideias em leis especificas os deputados [franceses] desenvolveram uma espécie de escala de conceptibilidade ou discutibilidade. Ninguém sabia de antemão que grupos iam aparecer na discussão, quando surgiriam ou qual seria a decisão sobre o seu status. Porém, mais cedo ou mais tarde tornou-se claro que conceder direitos a alguns grupos (aos protestantes, por exemplo) era mais facilmente imaginável do que concedê-los a outros (as mulheres). A lógica do processo determinava que, logo que surgia um grupo cuja discussão fosse muito concebível (homens com propriedade, protestantes), aqueles na mesma espécie de categoria, mas localizados mais abaixo na escala de conceptibilidade (homens sem propriedade, judeus) apareciam na agenda. A lógica do processo não movia os acontecimentos necessariamente adiante, mas em longo prazo era essa a tendência. (HUNT, 2009, p. 150).

Como explica Lynn Hunt, essa tendência não promoveu necessariamente direitos conquistados a todos os grupos minoritários, como mulheres, porém, gerou ao menos demandas por debates acerca das relações de subordinação e hierarquização social mantenedoras das estruturas de poder. As pressões existiam, fossem fruto das palavras ou das armas, impulsionadas, aliás, por interpretações mais flexíveis quanto às particularidades de cada grupo social que tornaria inevitável o debate, em tal grau que os *philosophes* ilustrados tiveram que justificar em quais conjunturas os longevos sistemas discriminatórios eram legítimos, como a escravidão, por exemplo.

Baseada nesse contexto de debates, a *Declaração dos Direitos Constitutivos dos Homens* (1789) fora promulgada na França. Havia na Declaração, pautas que, quando postas no papel, induziram a dar sustentação a valores pleiteados por grupos minoritários, o que se converteu em combustível capaz de retirar tantos da inércia. Foi exatamente neste período que aconteceram as agressivas revoltas escravas em uma das mais lucrativas colônias francesas na ilha de Hispaniola, a região de *Saint-Domingue* – as quais levaram ao fim da escravidão na porção francesa (BLACKBURN, 2002),

De fato, as insinuações ilustradas por igualdade proporcionaram possibilidades históricas que eram inimagináveis à época. O episódio da formação do Haiti pode ser um bom exemplo disso, pois concretizou a primeira república governada por pessoas de ascendência africana na América, permitindo, assim, entre o dito e o evitado, criar questionamentos à ordem estabelecida, seja para confirmá-la ou negá-la, ou propor reformas ao meio vivente.

A circulação do debate acerca da igualdade perseverou em consequência das variadas formas de transmissão que essas redes de comunicação da *República das Letras* incentivaram

para a divulgação das ideias ilustradas, sobretudo, para além das práticas tradicionais escritas de comunicação, como: a oralidade, a visualidade, e a musicalidade.

Para imaginar essas prováveis conjunturas instigadas pelo discurso eufórico por (alguma) igualdade entre os homens, seria proveitoso regressar ao episódio revolucionário haitiano. Na obra literária do novelista, musicólogo e poeta Alejo Carpentier, *O reino deste mundo*<sup>77</sup> (publicado pela primeira vez, em 1949), aborda-se em grande parte o período histórico proposto aqui (o final do século XVIII e início do XIX), e relata principalmente, de forma explícita, os efeitos do Iluminismo americano no Haiti.

Dado que esta pesquisa discute o espaço literário americano, não seria inadequado utilizar um dos seus segmentos, a literatura ficcional, para aprofundar nesta pauta igualitária. A escolha da obra sucedeu-se pela preocupação de Carpentier em estudar a história da América. O autor cubano utiliza o conhecimento histórico para melhor definir a América retratada em seus livros, para, então, introduzir suas personagens a "grandes temas", como a Ilustração, visto que naquele momento histórico, o aprofundamento da trama e dos personagens irão se desenvolver concomitante à própria grandeza desses episódios históricos.

Certamente, o engajamento e a "seriedade histórica" não excluem em suas obras a liberdade e a criatividade literária, pelo contrário, sua escrita ganhou contornos mágicos ao integrar, em suas histórias, personagens fictícios e personagens históricos absolutamente fidedignos. Personagens históricos desenvolvidos exatamente por esta preocupação em estudar a história dos indivíduos negros e brancos que moveram a História da América, de preferência homens esquecidos e desvalorizados pela História.

Nessa intenção de desbravar a inexplorada mitologia americana, como relata no prólogo do livro *Reino deste Mundo*, Carpentier narra os extraordinários acontecimentos (mágicos, associados principalmente à feitiçaria, frutos dos conhecimentos da comunidade negra escravizada haitiana) que ocorreram durante o processo da independência do Haiti.

Através da personagem fictícia do escravo Ti Noel, o autor nos conta os largos anos de descontentamento dos negros escravizados que provocaram insurreições ocorridas em dois momentos, antes e depois da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem. A última parte da obra narra a fase da independência, e o reinado que se consagra, liderado por um negro, porém não menos opressor. Dentre as principais personagens verídicas no enredo estão os insurretos, o feiticeiro Mackandal e o jamaicano Bouckman; o General Leclerc e a sua esposa Paulina Bonaparte, general que liderou a campanha até a ilha para restabelecer a ordem

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> CARPENTIER, Alejo. O Reino deste mundo. Trad. Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2009.

no Haiti; o rei Henri Christophe, sua esposa e filhas (o mesmo que viria a se instalar como rei após a independência da colônia haitiana).

Em *O Reino deste Mundo*, o acesso dos escravos aos ideais iluministas se desenvolve tanto através dos recursos visuais quanto pelos meios da fala, do diálogo. A dificuldade em entrar em contato com as ideias iluministas se estabelecia aos escravos, devido, sobretudo, a sua condição de coisa, de propriedade, definida pela sociedade colonial. Além da sua condição de vida, o espaço em que viviam também atrapalhava a acessibilidade das ideias ilustradas, já que viver na zona rural representava estar distante dos principais meios de comunicação. Ti Noel tem acesso apenas aos jornais/livros expostos pelo livreiro, nos momentos em que acompanha o seu senhor à cidade. Aliás, esse contato é bastante restrito, pois Ti Noel não compra o jornal, seja por não ter dinheiro, ou pela língua que lhe parecia estranha (provavelmente, devido ao fato de que muitos escravizados africanos não sabiam falar, e nem escrever, em francês), ou mesmo porque não lhe pareceu tão interessante, a ponto de querer obter o jornal.

Ti Noel atenta-se ao jornal precisamente pela imagem impressa, representando o estado de terror na França, que, na dúvida de quem eram aquelas pessoas na imagem, o escravizado questiona o livreiro, que explica a situação. A cena de Ti Noel vendo as imagens no jornal em si não representa, em sua totalidade, como se deu a aproximação dos escravizados aos ideais iluministas, mas viabiliza uma hipótese de como muitos escravos tiveram acesso ao que sucedia na França. Por exemplo, o caso da execução do rei Luís XVI, representado por imagem, assim passou a ser conhecido por todos. Na obra, Carpentier aponta igualmente as singelas peças teatrais, tão comuns no período, como veículo de disseminação iluminista entre sortidos agrupamentos populacionais.

Associado à imagem, o escutar, a conversa cotidiana, seja nos estabelecimentos comerciais, nas ruas, nos portos etc., constitui-se como um dos recursos de obtenção do conhecimento. Esses mecanismos de acesso estavam variavelmente associados às experiências pessoais e cotidianas vivenciadas pelos indivíduos. E, no caso dos escravizados, mesmo que a História tenha poucos registros escritos das experiências desta parte da população, há algum tempo, vêm sendo provado nas suas rebeliões, em que o grito, os cantos, ou mesmo documentos reivindicatórios, relatam ideias que se mantinham em voga no ideário iluminista, especialmente, quanto ao tema Liberdade. A luta pela liberdade era concebida como a materialização da igualdade entre todos os homens em sociedade.

O resultado foi um momento histórico que encarna contraditoriamente valores sóciopolíticos que claramente estavam impregnados na condição do homem de letras da Ilustração. A esse respeito, o historiador Michel Vovelle descreve que esse homem vivia "entre o privilégio e a igualdade, entre a proteção e a independência, entre a prudência reformadora e a aspiração utópica" (1995, p. 194-195).

Nesse sentido, embora o universo setecentista permanecesse assentado na diferenciação dos indivíduos, e, assim, possibilitando ao homem das letras salvaguardar a igualdade sem desfazer os elogios ao privilégio de classe; o princípio de igualdade defendido pela *República das Letras*, imaginado entre seus pares letrados como aquele igualitarismo experimentado pelo Iluminismo na sua condição de natureza humana, geraram opções mais flexíveis de interação comunicativa entre os indivíduos.

### 5.2 DISCURSO IGUALITÁRIO: O USO DE PSEUDÔNIMOS, A DEFESA DO TALENTO E O CONVITE DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO A TODOS

Para a *República das Letras*, a condição de igualdade era uma espécie de facilitador de diálogos entre os indivíduos que interagiam nesse grande grupo dedicado ao saber, de modo que se transformou em um mecanismo de defesa interna por rechaçar ameaças (os não-iguais) que descaracterizassem os padrões desejados de formação do conhecimento da época. Até mesmo porque os diferentes se faziam inevitáveis no cenário das opiniões:

É verdade que todas as repúblicas [sociedades], mesmo as menores, são compostas por indivíduos diferentes, nos quais se percebe uma grande variedade de personagens difíceis de unir à mesma sensação e maneira de pensar, seja com relação a ideias e estabelecimentos políticos, ou pelo que apresentam os escritos que circulam sobre diferentes assuntos. A diferença de classes, gênios, partidos, estados e conhecimentos não pode dar outro resultado senão o de uma multidão de ideias muito diversas<sup>78</sup>.

No entanto, a diversidade de opiniões "pelo menos, formaria vários departamentos e os Tribunais de Crítica, onde, a favor e contra, serão julgados de acordo com os princípios de que cada um ditará o seu talento, sua genialidade ou sua paixão"<sup>79</sup>. Isso explica que, nesses espaços de julgamento, a "participação do prudente é o único que tem o privilégio de ser atendido"; isto é, de acordo com o autor do texto publicado no *Papel Periódico de Bogotá*, aqueles que se expressassem com cautela teriam destaque nos espaços de conhecimento<sup>80</sup>. A sensatez habilitaria os verdadeiros homens de letras a exteriorizar suas opiniões para o público em geral:

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, n. 86, 19 de abril de 1793, p. 262, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 262-263, tradução nossa.

Esta porção de seres vivos que a Natureza dotou de luzes marcantes, distinguindo-os honrosamente da multidão miserável, tem um grande direito de ser preferido em relação ao número restante de homens; porque seu julgamento e discernimento são os únicos que podem recomendar ações humanas, dando-lhes aquele grau de estima que eles mesmos merecem. Para estes, então, é necessário escrever, e em relação a eles devemos agir, sem temer a contradição dos outros<sup>81</sup>.

Geniais e talentosos, esses indivíduos deveriam se expressar impreterivelmente por meio do tratamento igualitário entre eles, de maneira que o foco de debate recaísse na discussão, jamais em relação aos indivíduos que debatiam, a fim de que fosse criado então um ambiente produtivo, guiado por diálogos civilizados e científicos. Desta forma, é possível compreender o comum uso de pseudônimos pela maioria dos autores que escreviam nos periódicos hispano-americanos circulados nas décadas finais dos setecentos. Muitas vezes elegidos em referência à cultura greco-romana, a escolha dos pseudônimos chegou a ser utilizada em mais de dez formas diferentes por uma mesma pessoa – como fez José Rubí, usual colaborador e editor do *Mercurio Peruano*.

Em contrapartida, por mais que tentassem esconder suas reais identidades para evitar apreensões ou ameaças a suas vidas, diante de círculos eruditos tão pequenos tornou-se difícil, até mesmo impossível, não os reconhecer por trás dos pseudônimos. Mesmo assim, os editores dos periódicos procuraram estimular a participação do público, garantindo o total anonimato, caso fosse desconfortável a exposição de ideias.

O *Mercurio Peruano* buscou promover esse espaço razoavelmente neutro, como sugere a apresentação de alguns dos nomes participantes da sua Sociedade Econômica e colaboradores do impresso:

Dissemos o nome daqueles que formaram a Sociedade antes da dispersão [de alguns colaboradores]; no encontro, apenas *Hométimo, Herperióflo, Hermágoras* e *Arístio* se encontraram [mantidos como membros do periódico e da sociedade econômica limenha], aos quais se acrescentaram depois *Chrisipe, Teagnes, Hypparco* e *Thiexco*como parceiros de mérito; *Archidomo* e *Cepballo*, como dois espelhos gênios, que nos ajudam com suas luzes e recomendam nosso trabalho ao público; *Basélides* e *Palladio*, como parceiros de proteção. Ainda assim, não é possível fixar com certeza o número de pessoas que compõem a Sociedade que trabalha nela<sup>82</sup>.

Graças à usualidade, o antigo artifício do anonimato transformou-se em um estilo literário completamente aceitável na *República das Letras*, o que de maneira alguma removia

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>82</sup> *Mercurio Peruano*. Concluye el Discurso Antecedente. Lima, tomo III, n. 88, 6 de novembro de 1791, p. 172-173, tradução nossa.

o recebimento das críticas, fossem elogiosas ou ríspidas: "Muitos julgam que esse Diário não é um nascimento próprio, mas que se deve a este ou a tal sujeito, e não falta quem acrescente que é composto por uma tertúlia"<sup>83</sup>. Todavia, José Alzate, o editor da *Gaceta de Literatura de México*, explicava ser ele inteiramente o único autor, embora tivesse publicado anonimamente alguns trabalhos com outros nomes, para, contudo, de imediato ressaltar: independentemente de ter divulgado um ou outro texto sem colocar seu verdadeiro nome, o estilo não lhe escondia por completo<sup>84</sup>. Dizia ele que o anonimato poderia lhe "libertar do primeiro ímpeto dos críticos, o uso dessa prática, muito bem recebida na república literária"; entretanto, caso "[...] os assuntos que eu patrocino como meus forem úteis, me dê seu breve mérito; se for infundado, me castigue com o forte bastão de críticas criteriosas"<sup>85</sup>.

Dentre essas tantas suscetíveis avaliações, a etiqueta comportamental pedia um debate baseado na verdade dos fatos, sendo justo com suas próprias concepções e, concomitantemente, sem tomar partido de facções ou grupo específicos, em concordância com o que informou, anos anteriores, José Alzate enquanto escrevia o *Diario Literario*:

Vosso Sr. Público, você já viu o plano geral da obra [periódica], e que a empresa é árdua. [...] Resta informar-lhe sobre as regras a que me submeto, que serão de proceder com toda a imparcialidade, patrocinando as diferenças existentes entre os literatos, sem me fazer viciado de uma ou outra parte, informando simplesmente das opiniões e doutrinas que alegraram por uma e outra parte<sup>86</sup>.

Prosseguindo no esclarecimento de como seria a dinâmica de conversação crítica, o texto advertia que as críticas usadas seriam "benignas, na medida do possível", até mesmo o autor pedindo desculpas, "porque conheço a fraqueza da compreensão humana". E prosseguia: "Aviso, que usarei todos os meus direitos (sem exceder os limites) contra aqueles que querem me insultar", assim, "será necessário que eu faça uma crítica completa", pois, "mesmo as pessoas menos cultas costumam fazer algumas observações ou advertências, estas (ainda que sejam de poucas linhas) as receberei com prazer especial, em qualquer estilo", porém, contanto que não fossem ofensivas<sup>87</sup>.

Então, seria em frente desse espaço civilizado de conversação crítica que poder-se-ia solucionar as vulnerabilidades a que alguns indivíduos estavam expostos, como enfrentavam

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> *Gaceta de Literatura de México*. Motivos que tuvo el autor para continuar este tomo. Cidade de México, tomo III, 8 de janeiro de 1793, p. 6, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> Diario Literario. Prólogo. Cidade do México, tomo IV, 1768, p. 3-4, tradução nossa.

<sup>87</sup> Ibidem.

mulheres e escravizados? Para os letrados ilustrados, provavelmente, não. Como disse José Alzate, o anonimato não se esconde por completo na escrita de um texto; e, acrescento, nem conseguiria ocultar autores que escrevessem para saciar a fome, agradar financiadores ou exaltar paixões. A escrita aceitável para os homens das letras deveria ser aquela produzida pela erudição e curiosidade<sup>88</sup>. O desenvolvimento do conhecimento e da ciência deveria acontecer por motivos nobres que dificilmente seriam realizados por indivíduos naturalmente e socialmente não programados para tal.

Existia, de fato, uma concepção determinista dentre as representações sociais daqueles que agrupariam a República das Letras: seriam somente homens, livres, possuidores de propriedades e bens materiais, bem vistos em sociedade, ocupando bons cargos de trabalho. Isto é, localizados no topo da hierarquia social. Eram eles os mais voltados para a letras, pois teriam tempo de dedicação e estariam constantemente expostos a livros e literatura, ou a pessoas consideradas interessantes.

A preferência por esse perfil de letrados se fez evidente pela relevância que ainda se dava ao sobrenome de membros das elites nas sociedades. Independentemente de o anonimato ser recorrente para entreter-se nos espaços de sociabilidade de saberes, acreditava-se que a divulgação dos seus ilustres cooperadores do Estado, da Igreja, do comércio, do Exército etc. daria visibilidade para esses ambientes dedicados ao conhecimento, como fizeram os periódicos hispano-americanos ilustrados que, ao listar os nomes dos seus assinantes, sempre colocavam essas personalidades no topo do levantamento.

Na prática, o jornalismo hispano-americano setecentista foi produzido pela intervenção de uma comunidade heterogênea de autores, sem reduzir-se às elites, sinalizando um real efeito do uso dos pseudônimos, e que não era formada por escritores de profissão. Eram "jovens todos, empregados alguns no serviço do Rei, outros graduados nos diversos exercícios da Universidade, outros Ministros do Altar", como retratou o Mercurio Peruano. E, diante dessas ocupações ativas, "das quais inclinariam a honrar [...], deveríamos priorizar o desempenho com preferência a um [o trabalho] em detrimento de outra [a escrita]"90. Por serem escritores filósofos que dividiam suas atenções entre o estudo e as necessidades da vida, o tempo "para meditar, estudar, estender nossos pensamentos, cuidar da imprensa, buscar livros, congregar nossas juntas etc." se mostrava insuficiente para que "nossas ideias e nosso coração" pudessem

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> Para mais informações, cf. capítulo 3.

<sup>89</sup> Mercurio Peruano. Introducción al Tomo VII. Del Mercurio Peruano. Lima, tomo VII, n. 209, 4 de janeiro de 1793, p. 6, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> Ibidem.

dedicar-se "por inteiro às contemplações da Filosofia"<sup>91</sup>. Na ocasião em que o *Mercurio* evidenciara essas adversidades enfrentadas pelos autores do periódico, surgia como uma resposta modesta pelos defeitos nas revisões dos textos impressos.

Mas, ao salientar o cenário cultural em que esses autores estavam inseridos, reforçavase como a escrita ainda era um exercício que apenas conseguia ser feito por poucos, até mesmo porque era necessário tempo. Para afirmar-se ter pouco tempo para exercer a prática literária, supõe-se de que a declarações foram realizadas por autores descontentes, que se distinguiam em alguma medida das classes abastardas, em tese, obtentores do tempo de criação e de criatividade.

A fim de que tivessem mais tempo, toda esta "breve análise das más e boas vicissitudes que tiveram o *Mercurio*" direcionou-se em provocar uma sensibilidade prévia no público pelos julgamentos e condenações que faziam das tarefas jornalísticas, sem ao menos conhecer em que contexto os impressos eram produzidos. Em consequência, o texto parece se encaminhar para uma aspiração dos instruídos de que fossem prestigiados os seus esforços, por evidenciar um iniciante e vulnerável cenário literário. Para combater esta averiguação, a sociedade deveria corroborar com a árdua prática da atividade racional, impulsionando o conhecimento, a razão e, portanto, o análogo posicionamento em consumir o próprio periódico limenho.

No que se refere à heterogeneidade desse espaço literário, se compreende, em parte, a sua condição, em razão de existir as "exceções" admitidas pela *República das Letras*. Os pobres e/ou não-brancos, no caso crioulos americanos, poderiam ocupar a ala de letrados que seriam acolhidos pelo mérito, pois, assim, mereciam proteção para que pudessem desenvolver de forma independente suas ideias.

Como apontado no capítulo anterior, muitos dos escritores dos periódicos setecentistas americanos foram admitidos pelo próprio Estado, uma vez que a intenção era de que eles pudessem exercer a livre escrita. Logo, apesar da condição de igualdade basear-se em padrões elitistas, nos quais o ensino e a aprendizagem eram compreendidos como um exercício para poucos, ao mesmo tempo, por valorizar-se o talento dentre os elementos máximos de determinação da aptidão nos literatos, proporcionou a inclusão de personagens que escapavam da norma.

Presumia-se que os mais habilidosos no campo das letras deveriam ser respeitados por suas ideias, quer elas fossem postas no papel ou discursadas em uma conversação, visto que fluíam de pessoas com vocação em observar as ações humanas e da natureza.

. .

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> Ibidem, p. 7, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> Ibidem, p. 6, tradução nossa.

Na medida em que o espaço dedicado ao conhecimento enaltecia o talento, buscava-se, igualmente, atrair os mais aptos para frequentá-lo, indivíduos que estariam em condições equiparáveis de intelectualidade. A partir de características sociais idealizadas, seria preferencialmente a capacidade intelectual o pré-requisito para participar do estimado espaço das letras – ou, ao menos, provar essa habilidade.

Importante ressaltar que se nomeou de "exceções" os letrados distintos da condição de igualdade desejada pelo espaço literário cosmopolita, com o propósito também de evidenciálos como uma fissura, originada na promessa enunciada pelo projeto literário republicano do saber: criar-se um espaço de convívio entre habilidosos. Esses letrados interagiram no espaço literário como membros partícipes deste mesmo ambiente.

Entretanto, ainda são poucas as considerações gerais, nesta pesquisa, acerca do *status* social dessas talentosas "exceções", em comparação aos indivíduos que representavam o modelo de homem das letras. Os estudos sobre a condição de letrados na América hispânica são insuficientemente em problematizar, a partir das características socioeconômicas dos instruídos americanos, o quão rígido teria sido o cenário literário americano. Persistem, nessas investigações, a tendência em avaliar casos pontuais.

Por meio da análise dos periódicos americanos, observou-se que, de todos os editores, aqueles que realmente definiam a composição dos periódicos, portanto, exercendo um cargo elementar, em sua maioria, foram homens que não possuíam grandes fortunas ou cargos elevados na dinâmica colonial. Os indícios sugerem, realmente, como o espaço de saber, ao deixar de lado os exageros, as pompas e os luxos que o *status quo* poderia fornecer para priorizar apenas as formas de estímulo ao conhecimento e à ciência, proporcionaram a diversificação do perfil dos letrados.

O comprometimento em privilegiar o conhecimento no discurso republicano do saber concentrou-se em tornar aquele espaço convidativo para a prática da discussão livre, ameaçado que estava pela implacável influência dos outros reinos (principalmente o reino político e o econômico) também constituintes da vida humana.

Seguramente, havia na noção de igualdade defendida pelos integrantes da *República das Letras* o vínculo com a liberdade, uma liberdade manifestada ao longo de toda a performance do espaço de saberes, como a proporcionar que os saberes científicos ilustrados ganhassem forma a partir de impressos (livros, panfletos, gazetas, memoriais etc.) e, assim se tornar acessíveis a tanta gente.

O círculo da liberdade se expressou desde o nascimento das produções de conhecimento no debate entre os pares, perpetuado pela liberdade na aproximação a seus conteúdos, conforme

insinuou o *Papel Periódico de la Havana*, quando valorizou a prática de leitura feita por mulheres, mesmo que resumindo tal hábito às trivialidades: "Muitos pensam que ler os romances, longe de ser perigoso, é útil; mas, se devo apresentar minha opinião, confessarei que aqueles que não excedem os limites da decência têm muito por finalidade suavizar as almas duras, mas muito prejudiciais para as sensíveis". O autor prossegue contando que simpatiza muito com essas jovens entusiasmadas, que liam "como se bebessem licor venenoso em um cálice de ouro; como se a virtude tivesse sua morada na terra; como se o despotismo de erros e vícios não causasse tanto estrago", para, ao término do texto, assegurar: "Não há dúvida que os bons romances seriam úteis e dignos de apreciação", pois, na leitura, "aumentava a sensibilidade das meninas e que, em uma idade mais avançada, servia de instrução"<sup>93</sup>.

Para atingir a irrestrita liberdade de poder se comunicar com todo e qualquer público, os periódicos hispano-americanos convidaram na íntegra os indivíduos a participar do espaço literário que se estendia nos temas abordados pelos impressos, ainda que fosse apenas para o consumo da literatura produzida, como foi o caso das mulheres.

Dessa forma, ao tender a esticar seus espaços de sociabilidade, a história da *República das Letras* reduziu suas formas particulares e privadas sustentadas tão somente por amizades e compadrios, no sentido de aproximar-se de configurações de agremiações mais suscetíveis à adesão de pessoas. Para tal, valia votações regulamentárias, eleições de cargos e concursos de artigos, entre outros. Estes recursos foram inicialmente concebidos para a manutenção dos saberes científicos elaborados. No decorrer da experimentação, esses iguais meios geraram uma dinâmica nova e própria para os espaços de saberes que melhor se aproximaram da equidade e isenção pretendidas pelo discurso republicano das letras, permitindo, inclusive, demonstrações mais imparciais na busca pela verdade científica e, principalmente, sem se eximir de viabilizar mecanismos públicos e abertos de promoção do conhecimento ao converterem suas dinâmicas internas de maneira a serem conhecidas por todos.

Numa perspectiva semelhante, o *Mercurio Peruano* apresentou aos seus leitores o concurso dissertativo, detalhando prêmios e parâmetros de avaliação a serem seguidos: "A Sociedade [Econômica] oferece o prêmio de uma medalha de ouro pesando duas onças, com alça e corrente do mesmo metal, para a dissertação sobre a maneira mais fácil, barata e segura de melhorar os Caminhos do Reino". Comunica igualmente oferecer uma medalha de prata, nas mesmas circunstâncias de peso, para o autor cuja dissertação sobre mencionado assunto fosse reputada em segundo lugar. Para o exame "das dissertações, se elegerá treze segmentos de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Papel Periódico de la Havana. A las Señoritas de la Havana. Havana, n. 9, 29 de janeiro de 1792, p. 35, tradução nossa.

conhecida instrução teórica e prática na matéria proposta dos *Caminhos do Reino*. Estes irão atribuir os prêmios de acordo com os resultados da votação". Esclarece, ainda, que seis dos avaliadores seriam escolhidos "entre os indivíduos da sociedade" e os outros sete representantes "serão solicitados ao corpo de sábios desta Capital, e se nomeará a pluralidade de votos em uma de nossas reuniões". Avisavam também que, para não haver dúvida da formalidade do processo, "as dissertações não deveriam vir assinadas; levarão uma epígrafe, texto, cifra ou sinal que as distingam", colocado em um envelope com os dados pessoais do candidato. O público e os avaliadores apenas conheceriam o nome verdadeiro do autor da dissertação por meio da autorizada exposição no *Mercurio Peruano*, o que terminou ocorrendo na primeira edição de março no ano seguinte (1792) do *Mercurio*<sup>94</sup>.

De modo geral, eram promovidos concursos amplos nos periódicos americanos, sem quaisquer restrições de nacionalidade, nos quais se convocava o público ilustrado para resolver problemas que afligiam suas comunidades – adversidades que atingiam tanto a comunidade científica quanto a realidade socioeconômica local. Inclusive, evitando até nos concursos a cobrança de taxas pecuniárias de participação.

Em outra situação de aplicação da igualdade, observando o caso dos redatores dos periódicos hispano-americanos, constata-se que, apesar da maioria ter sido nomeada para os respectivos cargos, houve tentativas de seleção do cargo a partir da avaliação curricular e provas escritas, como implementou o *Papel Periódico de la Havana* – aliás, priorizando o rodízio de redatores.

Tais métodos seguiam a essência dos valores republicanos do saber, seja: por promover o espaço convidativo para qualquer entusiasmado do conhecimento em si; bem como por acreditar construir, a partir desse espaço, uma política gradual de instrução da população. Demonstrando como fora possível, em uma sociedade americana fortemente racista – repercutido no desigual acesso à educação –, iniciar-se esperançosos procedimentos de promoção da igualdade.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> Mercurio Peruano. Propuesta de unos premios para las disertaciones en que se proponga el método más económico, fácil y permanente para mejorar los caminos del Reyno. Lima, tomo III, n. 74, 18 de setembro de 1791, p. 44-45, tradução nossa.

# 5.3 LIBERDADE NÃO É LIBERTINAGEM (O VERDADEIRO USO PÚBLICO DA RAZÃO)

Ao convocar todos para interagir na República literária, os periódicos americanos ilustrados concordaram com o pronunciamento irrestrito das pessoas a respeito de temas complemente distintos. O que seria realmente essa liberdade de expressar-se? O famoso artigo *Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?*, de Immanuel Kant, nos aponta indícios de como se manifestaria tal liberdade.

Antes disso, no começo do texto, Kant (1990) define o Iluminismo: "É a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado", a menoridade seria a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. "Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que em vez de mim tem consciência moral, um médico que por mim decide da dieta etc., então, não preciso de eu próprio me esforçar". E, francamente, era difícil a cada homem desprender-se da menoridade, e mesmo quem dela se soltasse "só daria um salto inseguro", porque "não está habituado ao movimento livre". São, pois, muito poucos os que "conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e encetar então um andamento seguro" (p. 12).

Mas seria perfeitamente possível, de acordo com Kant, "que um público a si mesmo esclareça", porém, era quase inevitável, quando "para tal lhe for concedida a liberdade". Desse modo, Kant entendia que a maneira "quase inevitável" de os homens conseguirem alforriar-se da brutalidade da carência do entendimento exigiria "nada mais do que a liberdade" (1990, p. 12-13).

Já que a liberdade deveria ser encorajada, no discurso, Kant prioriza as peculiaridades da manifestação desta. Podia-se chamar de liberdade o mais inofensivo uso público da razão em todos os elementos, se porventura o *uso público* da razão traduzisse o que alguém fazia enquanto erudito "perante o grande público do mundo letrado" em um espaço no qual não existe limites para sua liberdade de expressão. Em contrapartida, nomeava-se de *uso privado* da expressão o "que se permite ao homem no interior de uma posição ou de uma função que lhe foi confiado", ambas situações que, em si mesmo, restringiam a liberdade e subordinavam o sujeito à autoridade (1990, p. 14-15).

A partir dessa ordem de ideias dos usos da razão, Kant idealizou maneiras notáveis de alcançar-se o progresso da Ilustração, ainda que havendo limitações na sua utilização privada. E, com relação ao perigo que haveria na liberdade irrestrita de promover alguma desordem pública ou desunião da comunidade, Kant discordava completamente.

Era como se a liberdade criasse um "duro invólucro" na sociedade, incitando sementes no "modo de sentir do povo" ou no "espírito do povo", ocorrendo até nos príncipes do governo, que lhes tornariam cada vez mais aptos em agir segundo a liberdade. Ou seja, o exercício da livre expressão, ao contrário do que se imaginava, estabeleceria nos indivíduos "limites intransponíveis" oriundos do cuidado que se fazia "a tendência e a vocação para o *pensamento livre*" (1990, p. 15). Fornecer liberdade às pessoas ensiná-los-ia a utilizar o pensamento livre da melhor forma.

A liberdade também teria uma aparência educativa, provavelmente, não por meio das revoluções, pois, para Kant, inclinava-se por demonstrações déspotas e opressivas, mas, ao invés disso, o filósofo defendia que tutores operassem lentamente através dos usos privado e público da opinião. Em verdade, Kant queria esclarecer aos leitores dos benefícios que a liberdade (em qualquer grau) garantiria à civilização, talvez, por isso, não tivesse se atido a explicar o caráter restritivo que os "limites intransponíveis" criariam nas pessoas no momento que preferia persuadir o público com concepções preliminares da liberdade.

Contudo, a dúvida permanece: o que viriam a ser os "limites" ou "o duro invólucro" que faria o homem se comportar de maneira "cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade"? Ao que tudo indica, Immanuel Kant se empenhou em argumentar que a liberdade influenciaria atitudes mais cautelosas e razoáveis na população, como um bom-senso exteriorizado no exercício da opinião para que fosse assegurado o similar direito de manifestar-se do outro. Consequentemente, de maneira alguma a liberdade deveria ser confundida por calúnias, injúrias ou difamações, sejam ofensas feitas contra indivíduos privado ou instituições representativas de coletividades, como a Igreja Católica, o Estado monárquico ou o próprio espaço de aprendizagem produtor de conhecimento da República das Letras. Era a tal prudência pedida pelo *Papel Periódico de Bogotá*, como abordou-se há pouco.

Manuel del Socorro Rodríguez opina com mais ênfase no *Papel Periódico de Bogotá* ao sentido correto que deve se dar à liberdade. Rodríguez escreveu durante a chamada Era do Terror ou Era Jacobina da Revolução Francesa, em oito edições do periódico, no decorrer de três meses. Nesse longo texto, encontra-se a angústia e a aversão do cubano diante do que se passava na França.

Para Rodríguez, existia no período a má interpretação da liberdade, pois confundiam-na com o amor próprio e o capricho, em puras manifestações egoístas das vontades individuais<sup>95</sup>. Viver sob o regime das vontades individuais e das paixões jamais seria liberdade, dizia

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. La Libertad bien entendida. Santafé de Bogotá, n. 21, 1° de julho de1791, p. 173-174, tradução nossa.

Rodríguez, era, de fato, "*libertinaje*" Por pensar-se na origem comum, à margem de qualquer hierarquia, domínio e/ou necessidade de obediência, existiria ali o embrião da abolição "dessas sagradas pessoas constituídas por Deus no Governo da terra": os reis<sup>97</sup>. Contra qualquer discurso de tendência republicana e laica de postular serem todos livres e iguais, Manuel Rodríguez dizia que "ali [na França] se filosofa sobre a origem comum e quer-se deduzir que é tirano tudo o que é superioridade; com reflexões tão cheias de fogo e artifício pretende-se provar por meio de suas infelizes parciais", que afrontam a Natureza e a Razão, de que "tudo o que não é viver a seu gosto não devesse entendê-lo por liberdade" Logo, os homens que raciocinam dessa maneira não só mal interpretavam a liberdade, mas também atentavam contra o objetivo da felicidade comum. "*La libertad bien entendida*" consiste no permanente reconhecimento da autoridade divina sobre os homens e sua soberania representada na Terra na pessoa do rei.

A justificativa desta forma de governo (a monarquia) e a condenação da "independência" tinha em conta a natureza social do ser humano. Manuel Rodríguez pedia aos seus leitores que tomassem consciência de sua natureza social e recomendava observar que na história o homem não se concebia isolado e sozinho, porém, em sociedade. Oposta à natureza social do homem, estava a liberdade individual absoluta, na qual Rodríguez mostrava-se convencido de que somente poderia avivar em cada um o desejo de dominar aos demais e conduzir à anarquia — inclusive, anarquia que já se apresentava na França<sup>99</sup>.

Enfim, pontos de vistas que se repetiam nos periódicos americanos da época quando se queria reforçar a liberdade na escrita, como afirmou o *Semanario Crítico* logo no título do seu artigo: "Dissertação sobre a Liberdade de escrever e falar quanto sente cada um em matérias que não sejam de Religião"<sup>100</sup>.

Predominava o entendimento de que em nenhum momento a liberdade deveria consistir na negação em viver sujeito à lei da Providência e nas suas determinações (como era a forma de governo absolutista), em virtude desta "lei suavíssima" não exigir nada "contra os direitos".

<sup>99</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Advertencia. Santafé de Bogotá, n. 26, 23 de setembro de 1791, p. 275-279.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Continuación al número 25. Santafé de Bogotá, n. 26, 5 de agosto de 1791, p. 216-217.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. La Libertad bien entendida. Santafé de Bogotá, n. 21, 1° de julho de 1791, p. 174, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>98</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> Semanario Critíco. Disertación sobre la Libertad de escribir, y hablar cuanto siente cada uno en materias que no sean de Religión. Lima, n. 11, 1791, p. 101, tradução nossa.

da Humanidade" e conservar "a cada um no gozo de suas legítimas faculdades, e [representar] sobre a terra a formosa imagem da celestial harmonia" 101, como afirmou Manuel Rodríguez 102.

Por conseguinte, entidades – Igreja e Estado monárquico – considerados muitas vezes como obstáculos às reações mais radicais da Ilustração ibero-americana foram, na realidade, reivindicadas por adeptos da razão iluminista na América do século XVIII como conciliatórias e decisivas para demonstrações em conformidade com a livre opinião. A proposta era o *convívio respeitoso* entre a ciência pleiteada pela *República das Letras* setecentista e os antigos valores da monarquia e do catolicismo, em uma relação que se mostrava estar sendo posta em prática, como descreveu a gazeta mexicana de José Alzate:

Sem dúvida, essa foi a persuasão [pelo convívio] dos sumos pontífices que estabeleceram esse estudo [da filosofia moderna] nos autênticos colégios de propaganda; encontra-se nos reis nossos senhores que o enviaram para seguir em várias universidades da Espanha; encontra-se no Ilustríssimo Sr. Inquisidor Geral que o impôs em seu seminário tridentino; encontra-se no Ilustríssimo Sr. Arcebispo do México, em cuja ordem é seguido em sua faculdade; e, finalmente, no Reverendo Comissário Geral dos franciscanos, sendo o qual Provincial da Andaluzia baniu a filosofia aristotélica de suas escolas, fazendo o bom gosto florescer junto com as ciências úteis<sup>103</sup>.

Estas realizações do monarca e de diferentes representantes da Igreja, presenciadas por Alzate acerca da abertura às "luzes do século" (sem, provavelmente, desafiar a fé em Deus e no Rei), são caracterizadas pela historiografia do Iluminismo como expressões moderadas da razão ilustrada, designadas *Despotismo Esclarecido* e *Ilustração Católica*.

A busca por este equilíbrio moderado fez com que o jornalismo americano setecentista exercesse os dois usos da opinião, conforme apontam os conceitos de opinião pública e privada formulados por Immanuel Kant. Primeiramente, o próprio entendimento nos periódicos hispano-americanos de que estariam prestando um *serviço público*, ao introduzir informações úteis à sociedade, justificava-se também pela estimada consideração que tinham aos valores tradicionais. Dessa forma, tratavam somente nos seus impressos de temas que guardassem das leis do decoro, o respeito devido às autoridades estabelecidas, jamais mesclando, assim, com matérias da alta política e do governo, e que não ofendam a ninguém (LEMPÉRIÈRE, 1998, p. 61-63).

<sup>102</sup> Para maiores informações sobre Manuel Rodríguez, consultar PADILLA, Iván (ed.). *Sociedad y cultura en la obra de Manuel del Socorro Rodríguez de la Victoria*. Nueva Granada, 1789-1819. *Colección Semilleros* n. 2. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2012.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Continuación al número 25. Santafé de Bogotá, n. 26, 5 de agosto de 1791, p. 216-217, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Gaceta de Literatura de México. Satisfacción a los Padres Franciscanos por lo que dijo de la filosofía moderna. Cidade do México, 20 de fevereiro de 1790, p. 285, tradução nossa.

Até mesmo porque para que o privilégio de imprimir fosse adquirido, necessitar-se-ia da outorgarão do rei ou das autoridades que o representavam – como sugere a frase *Con licencia del Superior Gobierno*, ao final dos periódicos americanos. Conquistar esse benefício perpassava, obrigatoriamente, pela escolha de indivíduos segundo os méritos atribuídos a seus escritos. Seria recusado qualquer um que prejudicasse a religião, a moral, a obediência e o respeito diante das autoridades, já que, ao receber a autorização do governo, selava-se uma função confiada aos periódicos, que lhes restringiam ao *uso privado* do que era permitido opinar.

E, a partir do momento em que se recebia a prerrogativa de imprimir-se os periódicos, seus autores continuavam a sentir a vigilância pesada exercida por distintos grupos sociais, como insinuam o encerramento do *Primicias*, de Eugenio Espejo, após acusações de insurreição e o fim de tantos projetos impressos desenvolvidos por José Alzate, bem antes da formação da *Gaceta de Literatura de México*:

O [periódico] Asuntos varios sobre ciencia y artes extinguiu-se em 4 de janeiro de 1773 sob um novo golpe de censura. De fato, apesar do fato de Alzate "gozar das simpatias do vice-rei Antonio María Bucareli", sua atividade jornalística foi suspensa pelas autoridades locais. Os motivos desta decisão são obscuros. No entanto, é muito possível que o projeto Alzate tenha sido considerado subversivo pelas autoridades, pois ele realmente tinha o potencial de perturbar a ilusão da ordem exigida pelo projeto político-econômico espanhol em marca. [Enquanto o periódico seguinte] Observaciones sobre la física, história natural y artes útiles (1787-1788), [mais uma vez], não foi a partir da existência de um jornal oficial na Cidade do México [a Gaceta de México] que Alzate conseguiu voltar ao trabalho editorial sem interrupção. (HÉBERT, 2011, p. 18-19, tradução nossa).

Em contrapartida, a prioridade em publicitar as utilidades, de fato, fez os periódicos não se limitarem a informar aos seus leitores apenas as disposições do governo, mas a expor suas reflexões, projetos, planos, hipóteses, enfim, novos campos de ação em sociedade. Poder-se-ia imaginar que esses periódicos hispano-americanos exerciam o *uso público* em termos do caráter e do impacto de sua função para com o público leitor, na medida em que seu acervo intelectual e sua postura crítica permitiriam que elaborassem opiniões.

De acordo com Annick Lempérière (1998),

os papéis periódicos e as gazetas, ainda que conjecturaram-se promover o novo curso político do absolutismo reformador, introduziam clandestinamente a ideia de que o governo poderia não acertar sempre em seu manejo dos assuntos políticos e que, em todo caso, podiam existir opções (p. 64, tradução nossa).

Surgindo assim uma situação inédita na vida coletiva. Pelo simples fato de as opiniões publicadas terem sido expostas à luz, independentemente da vigência restritiva do privilégio de criticar, estas adquiriram alguma "autoridade" que podia competir com os dirigentes estabelecidos do Estado monárquico. (LEMPÉRIÈRE, 1998, p. 64, tradução nossa).

No entanto, deve examinar com precaução a reflexão de Lempérière, para não criar a hipótese de que havia um regime colonial poroso que possibilitaria sujeitos confrontarem abertamente o poder monárquico. Ao menos nos periódicos hispano-americanos dos finais do século XVIII, essas explícitas oposições não existiram, porém, efetivamente, se vê tensões no ato de se emitir opiniões.

## **5.4** A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O INADEQUADO COMPORTAMENTO SOCIAL

Se a responsabilidade no impedimento do livre comentário não estaria na conduta das tradicionais instituições que regiam (pelos dogmas da fé e pelos decretos das ordens reais) a sociedade colonial hispano-americana, o que, então, seria inconveniente aos letrados americanos para o desenvolvimento e a manifestação da crítica ilustrada, portanto, a verdadeira objeção ao exercício da razão iluminista na América? Em uma carta escrita por um anônimo leitor e divulgada pelo *Papel Periódico de la Havana*, pode se encontrar indícios para essa resposta.

O artigo propõe-se a analisar o estado da literatura no país a partir da realidade na cidade de Havana e imediações para, assim, compreender como num país tão rico em possibilidades (naturais, comerciais, industriais e agrícolas) permanecia-se sob os transtornos do atraso: "Mas é preciso confessar que estamos todavia muito atrasados nos conhecimentos que preparam os materiais, ilustram as ideias, excitam o gosto e elevam o ânimo até o entusiasmo de enobrecer a Pátria com nossas luzes"<sup>104</sup>.

A questão indagada pelo autor foi publicada em seis edições do periódico *habanero*, provavelmente porque o editor, com o intuito de atrair o leitor, dividiu o texto anônimo em segmentos temáticos sucedidos na organização textual. De setor a setor, dos econômicos aos infraestruturais, o artigo aponta ser justamente no comportamento da população que se

 $<sup>^{104}</sup>$  Papel Periódico de la Havana. Consideraciones sobre La Havana. Havana, n. 41, 20 de maio de 1792, p. 162, tradução nossa.

entenderia como "um povo que logra tantas vantagens naturais tenha tão poucos monumentos que honrem sua civilidade" 105.

Logo ao expor sua opinião, o autor sugere os embaraços que se originariam em responder à discussão, proposta por ele, sem ferir a vaidade de seus filhos, uma vez que sua posição daria a entender "que este povo é ainda meio bárbaro" 106. Não obstante, o autor diz pouco se importar com quem assim pense, já que, na prática, dentre as barreiras que retrocediam, a cidade de Havana tinha uma população declaradamente adversa à execução dos ofícios da indústria, da agricultura e do comércio em associação aos conhecimentos, "os princípios, os raciocínios e as experiências". em que se fundamentavam estas ciências.

Mas o que observava o autor era o quanto "não sabíamos" e "mantínhamos insensatas manias" como provas irrefutáveis da "ignorância do verdadeiro cultivo e beneficio destas produções" econômicas 108. Num cenário tão negativo, no qual nem sequer diferentes setores econômicos se ajudam, "se houvesse em uns e outros mais instrução, se veria menos discordância de opiniões, e melhor disposição ao benefício comum"<sup>109</sup>, de tal maneira que a pouca instrução dos habitantes da ilha fazia-os desempenhar atitudes descuidadas, absolutamente contrárias ao interesse e benefício da pátria.

Nessa interpretação, o patriotismo apenas se expressara eficientemente pela valorização das luzes do conhecimento que lhes garantiriam comportamentos mais altruístas e civilizados. No momento em que os cubanos descumpriam essa lógica, "não havia [como existir] patriotismo", "porque reina a discórdia e a desunião na vizinhança"; "porque ninguém examina todo o fundo da dificuldade, e nem busca os meios mais oportunos e menos graves de vencêla; e, finalmente, porque não há luzes, cálculo, e nem combinações" 110.

Ademais, os argumentos seguem ao longo de mais três números do periódico habanero, enfatizando a infraestrutura (ruas, faróis, fontes públicas, edifícios públicos, pontes, estradas etc.) que assolava a cidade de Havana e "que tampouco nos dão ideia muito vantajosa de nossa inteligência nas circunstâncias que os fazem mais úteis"<sup>111</sup>. Um mês após a impressão do discurso do autor-leitor no periódico, foi publicada uma segunda resposta à pergunta

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> Ibidem, p. 163, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> Ibidem, p. 166, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> Ibidem, p. 167, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> Ibidem, p. 168, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> Papel Periódico de la Havana. Se continúan las consideraciones del medio filósofo sobre La Havana. Havana, n. 42, 27 de maio de 1792, p. 171, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> Ibidem, p. 175, tradução nossa.

originalmente feita pelo artigo anterior, intitulado: "Que havia feito Havana para seu fomento, para seu brilho?".

Revela-se elementar prolongar o debate acerca do conteúdo referenciado nessas tais considerações do filósofo sobre Havana, exatamente por discordar da tese central do primeiro artigo:

> Que foi feito por nossos conquistadores para o fomento de Havana? Devia ter considerado isso, e que, sendo estes países dependentes dos espanhóis, não podiam os habaneros dar um passo que não fosse dirigido por aqueles [...]. Como era possível que se ilustrassem e engradecessem uns colonos que tinham limitadas suas acões, e que o sistema que os governava nada trabalhava em benefício comum?"112.

Se, portanto, existia um agente responsável que explicaria o estado em que se viam os cubanos, referia-se originariamente à política limitante dos espanhóis. Conforme o (igualmente anônimo) crítico justifica, a despeito de todas as dificuldades que afligiam a ilha, o território havia se mantido graças ao esforço dos seus habitantes<sup>113</sup>.

Ao identificar um causador distinto para os males de Havana, a resenha crítica minimizava a responsabilidade dos habitantes da ilha. Nesse sentido, poderia, então, a declaração ser uma franca oposição ao Estado espanhol? Numa sociedade com tantas restrições às liberdades, evidentemente, tornou-se comprometedor expressar tamanha indignação. Dessa maneira, logo após contestar a política espanhola, evidenciava-se o seguinte: "Desde a Majestade do Sr. D. Carlos III, começou-se a derramar seu Real benefício sobre as Colônias de sua dependência, por ensaios [...], por ampliações [...], e por liberdades [...], que está fazendo em Havana rapidíssimo progresso"<sup>114</sup>. Assim, o que viria a ser uma crítica feroz e dissidente, não obstante, simbolizava a otimista e propagandista exaltação da monarquia.

Contudo, as argumentações conduzem-nos a acreditar que fora possível distanciar-se de observações comedidas e contrárias a algumas tradições arcaicas - envoltas "na obscuridade dos séculos passados" 115 – que mantinham as sociedades coloniais e, sem dúvida, eram tradições influenciadas pelas abençoadas instituições da administração monárquica e da religiosidade católica. Não por acaso, compreende-se nesse ponto a represália que os periódicos americanos certificavam sofrer do público no momento em que exibiam suas convições.

<sup>112</sup> Papel Periódico de la Havana. Respuesta a la cuestión. ¿Qué ha hecho La Havana para su fomento, para su lustre? Havana, n. 42, 5 de julho de 1792, p. 214, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> Ibidem, p. 214, tradução nossa.

<sup>114</sup> Papel Periódico de la Havana. Se finaliza la respuesta a la cuestión. Havana, n. 42, 5 de julho de 1792, p. 218, tradução nossa.

<sup>115</sup> Mercurio Peruano. Introducción al Tomo VII. Del Mercurio Peruano. Lima, tomo VII, n. 209, 4 de janeiro, 1793, p. 3, tradução nossa.

Como previu o autor sem nome, no periódico habanero, ao escrever sobre as barreiras ao fomento da ilha, Eugenio Espejo fora acometido de penosas acusações, ao declarar o infantil estágio intelectual em Quito num discurso que havia começado na epígrafe de Primicias de la Culura de Quito e continuou no primeiro número do periódico<sup>116</sup>. Sabe-se acerca da repercussão dessa opinião através de um balanço dos textos inaugurais, realizado na quarta edição do periódico por Espejo, sobretudo, analisando aquilo que enfrentava:

> Se atendeu [a ele, Espejo] também a manejar aquele espírito, que, alterados tão somente pela epígrafe do periódico, promoveram a difundir por toda a cidade o espírito de contradição, do ódio, e por agredir a seu Editor. Este, por sua parte, procurou atentamente calmar os ânimos inquietos, convidando-os a que escrevessem [...]. Nada bastou a serená-los [...]. Nem se diga uma palavra acerca dos pouquíssimos assinantes, filhos de Quito, que nos honrou<sup>117</sup>.

Segundo Espejo, a existência de uma "turba numerosa de malignos, e pelo canto de triunfo destes que solicitam a abolição e o abatimento dos Periódicos, e ruína de seu Autor"<sup>118</sup>, refletia-se no reduzido número de leitores.

Dentre tantas pluralidades experimentadas pelos autores e editores dos periódicos americanos, foi habitual evidenciar que, apesar de "publicar com frequência alguns suplementos agradáveis", não sabiam explicar como, "depois de algumas exibições voluntárias que estão oferecendo os Sócios [da Sociedade Econômica e, consequentemente, do periódico], não alcançam, todavia, o produto dos subscritos para os gastos ordinários da imprensa e repartidores"<sup>119</sup>.

Ao tentar buscar opções atraentes para agradar ao público supostamente descontente, esses periódicos precisaram rebater as críticas desses leitores ou, ao menos, minimizá-las: "Se a cada uma dessas oposições déssemos as respostas que merecem, ocuparíamos em estendê-la o lugar de muitos Mercurios. Eles simplesmente demonstram a ignorância dos que os formam" 120. Para tal, os impressos contra argumentavam mirando em categorias indesejadas de indivíduos que os consumiam, estes críticos seriam aqueles que nunca contribuíam ao debate espontâneo e respeitoso – portanto, livre – na República das Letras americana. Havia os pseudosábios,

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> Primicias de la Cultura de Quito. Literatura. Quito, n. 1, 5 de janeiro de 1792, p. 1-9.

<sup>117</sup> Primicias de la Cultura de Quito. História Literaria y Económica. Cidade de Quito, n. 4, 16 de fevereiro de 1792, p. 29, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> Ibidem.

<sup>119</sup> Mercurio Peruano. Introducción al Tomo XI. Del Mercurio Peruano. Lima, tomo XI, n. 347, 1º de maio de 1794, p. 1, tradução nossa.

<sup>120</sup> Mercurio Peruano. Introducción al Tomo II. Del Mercurio Peruano, que comprende el cuatrimestre de mayo, junio, julio y agosto. Lima, tomo II, n. 35, 1º de maio de 1791, p. 3, tradução nossa.

que, com a máscara enganosa de profundos mediadores, de consumados maestros na experiência, e somente sectários do útil e proveitoso, desdenham com altivez o ameno e agradável, não advertindo que as belas flores preparam e rodeiam a produção e maturidade dos mais apreciados frutos; e que a razão separada das graças é um preceptor molesto, [...] ficando só, e sem que encontre a quem intimar e persuadir suas severas regras<sup>121</sup>.

Incluía-se também os *charlatães* ao grupo, já que estes fingiam atributos e qualidades que não possuíam. Apesar destes enganadores terem o conhecimento tão reduzido quanto aquele

> que sem fluxo maior que o adquirido na rápida leitura de um fútil romance, de uma aplaudida tragédia, ou de outra obra de igual doutrina, se erigem como em censores universais de todas as ciências; e, com o repetido uso das consagradas palavras de humanidade, bom gosto, erudição etc., creem ter chegado ao elevado cume dos conhecimentos humanos 122.

Ademais dessas participações desagradáveis, permanecia no público "uma certa dose de ceticismo para toda invenção nova, que não é fácil convencer com as mais evidentes demonstrações"123. Para, então, convencer os céticos, era indispensável persistir na aprendizagem: "Quantas dissertações será necessária repetirmos para desarraigar os defeitos da educação, polícia, comércio, mineração e demais ramos que temos proposto por objeto de nossas discussões?"<sup>124</sup>. Não importa quantas vezes repetissem, era essa a sua função. Por esta razão, o Mercurio Peruano resolvera

> "entrar o novo ano com todo o vigor e liberdade que obriga a importância das matérias e que temos entre as mãos. [Pois,] um pulso tímido não consegue apresentar as verdades úteis diante daquele tom agudo que convence e domina. Nos belos séculos de Roma a liberdade era a alma dessa vitoriosa eloquência que fez tremer Silas e Pompeu na presença de uma tribuna da plebe"125.

Portanto, seria essa liberdade a ser almejada.

Mas, se a liberdade contribuiria para "desarraigar defeitos", por outro lado, valia até censurar para manter-se a liberdade. Em princípio, a censura deveria ocorrer porque "a escassez de notícias e a obscuridade com que se comunicam necessitam de uma prolixa indagação e exame, sendo-nos preciso ocupar um largo tempo para depurá-las das falsidades e ridicularizes

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> Ibidem, p. 2, tradução nossa.

<sup>123</sup> Mercurio Peruano. Introducción al segundo año del Mercurio Peruano. Lima, tomo IV, 1º de janeiro de 1792, p. 4, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>24 Ibidem.

<sup>125</sup> Ibidem.

que as desfiguram e obscurecem". <sup>126</sup> Geralmente, eram "falsidades e ridicularizes", produzidas por esses *pseudo-sábios* e *charlatães*, que obrigariam recusas.

Em relação às demais críticas recebidas, não cabia renegá-las. Nos discursos de editores e autores desses periódicos persistiram o sentido de harmonia para que coexistissem opiniões:

Nossas juntas acadêmicas não aspiraram nunca a tiranizar a opinião dos Sócios [...]. Cada qual medita, discorre, combina e escreve segundo seus valores. Já se vê que esta parte de dissonância não tem sido nem será nunca transcendental às relações das matérias feitas; se teve alguma [censura], foi unicamente no modo de ver e expor estas mesmas matérias e estes mesmos fatos<sup>127</sup>.

Os textos publicados pelo *Mercurio* eram abastecidos por essas juntas acadêmicas (na situação, correspondiam a grupos de debatedores por temáticas da Sociedade Econômica), que estabeleciam regras aos seus sócios e a maneira de lidar com seu público-leitor. O código deveria ser evidente: o fato de a liberdade coincidir com a norma republicana do saber jamais tornaria o expressar-se independente da maneira como se vê e expõe estas matérias e fatos. É sabido que a liberdade repudiava quaisquer manifestações grosseiras do pensamento. Por isso, mais uma vez, recorria-se à censura.

Os inconvenientes que a liberdade poderia oferecer derivariam de quão iniciantes eram essas práticas de criticidade ao público americano. Os autores dos periódicos americanos sabiam que precisavam ter paciência ao lidar com seus leitores e que nunca solucionar-se-ia tal controvérsia com pesadas limitações na participação da sociedade. Consequentemente, existia sempre uma insegura expectativa positiva de esperança, como se "o destino deste Periódico é flutuar pelo contínuo entre a ruína e a esperança" 128.

Em síntese, embora houvesse a carente sensibilidade do público ao relacionar-se com o espaço literário do periódico, o jornalismo americano procurou anunciar a colaboração do público, como aqueles que "dignaram-se a proteger o *Mercurio Peruano*" do "desagrado e desprezo com que rechaçou os malignos esforços de seus rivais", e que, "têm sido até aqui os apoios de nossas vigílias e o mais poderoso estímulo para não desmaiar no segundo ano que começamos"<sup>129</sup>.

 $<sup>^{126}\,</sup>Mercurio$  Peruano. Introducción al segundo año del Mercurio Peruano. Lima, tomo IV, n. 104, p. 3, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> *Mercurio Peruano. Concluye la Introducción al Tomo VII*. Lima, tomo VII, n. 210, 6 de janeiro de 1793, p. 11, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> *Mercurio Peruano. Introducción al Tomo X*. del *Mercurio Peruano*. Lima, tomo X, n. 313, 2 de janeiro de 1794, p. 1-2, tradução nossa.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Mercurio Peruano. Introducción al segundo año del Mercurio Peruano. Lima, tomo IV, n. 104, 1º de janeiro de 1792, p. 1, tradução nossa.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O interesse investigativo por redes de comunicação desta pesquisa começou a partir da leitura de algumas edições do *Papel Periódico de la Havana*. Em destaque nos títulos de alguns artigos publicados, o periódico cubano avisava serem textos copiados de outros impressos americanos. Inicialmente, ao buscar todas as referências de jornais americanos que o papel periódico de Havana reproduzia, não por acaso, defrontou-se com o coletivo de toda a prática jornalística hispano-americana ilustrada criada nas últimas décadas do século XVIII.

A curiosidade era entender como havia acontecido isso, como fora possível textos de um periódico de Lima terem sido retratados na Cidade do México, ou seja, um trânsito de papéis e pessoas que resultaram em comunicações pouco usuais.

Tais práticas foram inauguradas sobretudo pela própria juventude do periodismo americano, mas acentuadas pelos mecanismos do exclusivismo colonial espanhol, abertos de maneira gradual entre os anos de 1765 e 1776, quando o Estado espanhol autorizou o comércio intercolonial mediante decretos que fizeram os hispano-americanos ampliarem a comunicação entre eles e com o mundo, graças aos seguimentos das medidas: "Em 1778, um *comercio libre y protegido* entre a Espanha e a América foi ampliado de modo a incluir Buenos Aires, o Chile e o Peru, e, em 1789, a Venezuela e o México" (LYNCH, 2001, p. 32).

No que diz respeito a redes de comunicação, existe uma tendência a priorizar a circulação de escritos e impressos vindos da Europa ao continente americano. Realmente, a Europa correspondia a uma bússola para os hispano-americanos, segundo o historiador Teodoro Hampe Martínez (2011): estima-se que de 80% a 85% dos materiais identificados nas bibliotecas americanas nos séculos XVI e XVII foram importações oriundas do continente europeu, enquanto uma menor proporção de livros fora impressa na Cidade de México ou Lima. O pesquisador peruano continua esclarecendo que:

Acima de tudo, há uma escassez significativa de crônicas e estudos típicos do continente americano: suas civilizações pré-colombianas, suas línguas, seus costumes, seus recursos naturais, sua condição social sob o domínio espanhol. Essa deficiência não é explicada simplesmente pela predominância de livros europeus importados ou pela atividade restrita das impressoras locais, mas, principalmente, pelo conceito fundamental que governava a aquisição e a coleta de livros na época. Os materiais impressos foram usados principalmente para manter contato com a cultura e a ideologia europeia, não para acumular mais conhecimento sobre uma realidade que os colonizadores conheciam bem e enfrentavam em suas vidas diárias. [...] Em outras palavras, os livros eram essencialmente percebidos como um instrumento para assimilar e harmonizar com as tendências contemporâneas da tecnologia, cultura, política e moral europeias. Até o século XVIII, as obras impressas não eram um meio de articular intelectual e burocratas locais com a realidade imediata, mas veículos que

os mantinham conectados à Espanha e ao resto da Europa. (HAMPE MARTÍNEZ, 2011, p. 415, tradução nossa).

No decorrer do século XVIII, os periódicos hispano-americanos indicam-nos certamente como baseados pelo discurso das "luzes", eles escreveram mais sobre si mesmos, o que oportunizou aos americanos refletirem acerca de suas "realidades imediatas".

De acordo com José Chiaramonte, este exercício de autorreflexão que os americanos passaram a elaborar seria ainda limitado, dado que a "maior parte dos intelectuais coloniais não representa o fruto do desenvolvimento local de uma disciplina científica, nem a expressão ideológica de uma classe social relativamente desenvolvida e madura". Entretanto, "nesses escritos sobressai-se a intenção de promover interesses setoriais e momentâneos, e o recurso da teoria econômica europeia é fortemente condicionado, filtrado, pela trama desses interesses" (CHIARAMONTE, 1977, p. 36, tradução nossa).

Para Chiaramonte, o impulso dos ibero-americanos até o pensamento da Ilustração europeu decorreria do comércio inter-regional e intercontinental, pois estes procuravam ter acesso a uma visão de mundo e de critérios científicos sobre a sociedade e a economia que concordassem com suas necessidades, sendo, portanto, os interesses de setores específicos da sociedade (as elites econômicas) que havia atraído os hispano-americanos à ciência europeia. Aliás, uma conclusão coerente ao campo de pesquisa do historiador, visto que Chiaramonte tende a priorizar a economia nos seus estudos.

Existe, também, uma linha de pensamento que justifica a associação dos americanos ao ideário ilustrado por meio do fundamento nacionalista, uma vez que os americanos teriam alcançado uma ascendente ligação com a sua pátria ou comunidade imaginada através do discurso racionalista. Seria a alegação de que as noções protonacionalistas que rodeavam a escrita desses pensadores se manifestara no momento em que os americanos letrados propunham melhorias nas suas vidas em referência a setores socioeconômicos e culturais.

Para tal, cabia a exaltação aos seus recursos naturais ou a intervenção diante dos insultos e da indiferença europeia, combatidas por descrições dos elementos culturais próprios do continente americano, principalmente dos antigos povos aborígenes. A partir dessa interpretação, muito dos esforços editoriais praticados pelo jornalismo americano nos finais do século XVIII foram caracterizados como protonacionalista pela historiografia.

Ao descrever o trabalho de José Alzate (1737-1799) na *Gaceta de Literatura de México*, a estudiosa Sara Hébert explica que é creditado ao sacerdote mexicano a vontade de

desenvolver uma identidade diferente da espanhola, articulando um tipo de ciência nacional em torno da defesa da taxonomia *nahuatl* [...], da identificação e desenvolvimento de matéria médica diferente da europeia e, finalmente, da resistência às caracterizações negativas da América (baseadas no clima) pelos europeus. (2011, p. 65, tradução nossa).

Tais atributos patrióticos seriam igualmente aludidos a figuras como o quitenho Eugenio Espejo, os cubanos Manuel Rodríguez e José Caballero e o colombiano Francisco Antonio Zea, participantes ativos do periodismo da época.

Sob outra perspectiva, preferiu-se decifrar as atividades ilustradas científicas americanas com base no sentido dado ao conhecimento racional pela Era Moderna, uma vez que se propôs examinar, nesta dissertação, as expressões hispano-americanos em relação ao pertencimento à *República das Letras*,

À propósito, uma *República das Letras* que é, ao mesmo tempo, *ferramenta historiográfica* para se referir a redes de letrados e curiosos, organizados em torno de instituições acadêmicas, revistas científicas, encontros informais e trocas epistolares, e *ideal normativo* de uma comunidade de estudiosos e escritores que têm relações igualitárias e pessoais, autônomas do poder político, das solidariedades religiosas e das identidades nacionais (LILTI, 2009, p. 2).

No decorrer dos capítulos expostos, ambas as concepções do espaço literário foram reunidas com a finalidade de demostrar o comportamento perseverante dos hispano-americanos em agir nesse vasto espaço de saberes, concentrado na Europa, inclusive, sem deixar de utilizar das comunicações internas entre regiões distantes da América Hispânica para beneficiar-se e continuar conversando com o mundo.

O falar de si, ao se posicionar mediante a exposição das suas histórias e culturas como peruanos, mexicanos, cubanos etc., ou mesmo por suas semelhanças como americanos, significou a tentativa dos crioulos americanos de emendar e aumentar os conhecimentos que formavam o edifício universal de saberes. E, assim, como cosmopolitas, cooperarem para o progresso geral da Ciência.

No entanto, a *República da Letras* não rejeitava o patriotismo e a útil habilidade do conhecimento à pátria/nação. Entre os apreciadores do discernimento, estavam igualmente aqueles atentos às peculiaridades do espaço literário, a ponto de estes letrados recorrerem cada vez mais ao amparo do poder político estatal que se configurava por suas particularidades na história, nacionalidade, linguística, cultura etc.

Por este motivo, refere-se à *dupla cidadania* da *República das Letras*: a própria comunicação interna entre os periódicos americanos setecentista aconteceu por fins patrióticos

e, através desta finalidade, aproveitou-se o espaço de aprendizagem para conversar entre pessoas que viviam experiências correlatas em uma mesma porção continental do Império espanhol. Essas eram atitudes plenamente aceitáveis dentre as práticas republicanas de saber, as quais foram interpretadas pelos americanos como possibilidades de manifestar também a sua identidade espanhola.

Buscou-se o duplo sentido de cidadania do conhecimento na América espanhola, o que, por sua vez, não foi diferente no resto do mundo, como atesta Dena Goodman (1996) ao argumentar a tese da *dupla cidadania* através do contexto iluminista francês.

Logo, nem mesmo seria adequado explicar baseando-se na ciência evocada para auxiliar as pátrias americanas, conforme admitia-se a *República das Letras*, o precoce desenvolvimento da condição nacional das Américas em relação à Europa, defendida por Benedict Anderson na obra *Comunidades Imaginadas*. Segundo Anderson (2008), dentre os fatores que possibilitaram precisamente as comunidades crioulas a desenvolverem concepções de condição nacional, estaria na difusão das ideias "liberalizantes" do Iluminismo, na segunda metade do século XVIII (p. 88). Por outro lado, o atual trabalho argumentou por invalidar as correlações entre o ideário iluminista hispano-americano e os movimentos pró-nacionalistas na América, ao menos, durante o século XVIII.

Para alcançar estas conclusões, o texto apresentou as distintas maneiras de funcionamento dessas redes de comunicação. Os variados espaços de sociabilidade sintonizados com os interesses dos periódicos permitiram que o conteúdo impresso chegasse à longa distância: eram tertúlias, sociedades econômicas, academias e expedições que se espalharam por toda América espanhola.

Como ditava o costume da época, viajava-se em direção aos grandes centros do Império espanhol para se estudar ou trabalhar, em movimentos que trouxeram novos personagens à América, inclusive um agrupamento de espanhóis fomentado pelas medidas do reformismo bourbônico. Eram pessoas ansiosas por desenvolver ciência, e a presença delas resultou na renovação das baixas expectativas hispano-americanas e na dinamização do interesse científico.

Trata-se de uma circularidade estimulada pelo Estado monárquico e, em certa medida, dependente do governo, pois se via no Estado a instituição que garantiria a legitimidade de suas pautas educativas. Mas havia também um movimento espontâneo que explicaria a chegada de edições dos periódicos americanos por meio de leitores curiosos até regiões inimagináveis.

É verdade que nem sempre se mostrou satisfatório interagir pelas redes de comunicação, de modo que muitos dos seus associados enfrentaram circunstâncias nada agradáveis, como desabafa José Alzate:

Não realizei esse trabalho para meu conforto particular, [...] antes tive de inteirar com minhas curtas faculdades o necessário para financiar os custos de impressão. Meu amor pelo país, o amor que me obrigaria a sacrificar minha vida, se necessário, é o que me obrigou e ainda me obriga a continuar em meu primeiro empreendimento<sup>130</sup>.

Entre tantos desafios, os letrados viviam entre as contradições do privilégio e da igualdade, da proteção e da independência, da prudência reformadora e da aspiração utópica, às quais dificultaram a existência de defesas aguerridas por uma sociedade igualitária em sua extensão absoluta, e generalizadas proclamações por uma liberdade, em que nenhum indivíduo da sociedade fosse submetido a qualquer força (física ou moral) constrangedora ou impossibilitados de exprimir-se de acordo com sua vontade, consciência e necessidade.

Por isso, a persistência das demonstrações de companheirismo amigável entre homens das letras, que entendiam, nas suas condições iguais privilegiadas, a maneira de garantir a produção do conhecimento independente, bem como salvaguardar-se a liberdade sob a pretensão de garantir o desempenho mais independente pelos letrados.

Todavia, naquele momento, já se encontram debates de como a libertação não deveria ser distorcida por comportamentos grosseiros, intolerantes ou inverídicos, e, até mesmo, de forma que impulsione rebeliões por liberdade a escravizados. Enquanto a igualdade, visões baseadas na naturalidade do princípio influenciaram um espaço literário tão atencioso a promoção do conhecimento como em defender-se o *status quo*. Visto que a *República das Letras* desejava valorizar atitudes racionais na sociedade, buscou-se estabelecer métodos mais inclusivos a partir do uso dos pseudônimos, concursos abertos ao público e eleições para colocação de cargos intelectuais, conforme fizeram os periódicos americanos durante as décadas finais do século XVIII.

Em consequência, o que se observa através dos periódicos americanos é um cenário literário constituído por uma variedade plausível no perfil dos letrados, causado sobretudo pela transmissão dos ideais do conhecimento iluminista, efetuados por recursos distintos da oralidade, da musicalidade, das imagens, e da escrita, que amplificaram a disseminação entre grupos sociais diversos, inclusive, indivíduos marginalizados na sociedade.

Em verdade, para analisar as tensões que rodearam a *República das Letras* americana seria oportuno sistematizar os diferentes aspectos sociais que comportaram a vida dessa *gente de letras*. Entender os letrados conforme as questões de gênero, formação educacional, profissão, raça/ascendência, faixa etária, naturalidade, condição socioeconômica etc.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> Gaceta de Literatura de México. Medicina para acabar con las hormigas. Cidade do México, tomo II, 12 de junho de 1791, p. 221-222, tradução nossa.

possibilitaria problematizar com precisão as incongruências que faziam parte da dinâmica intelectual na América espanhola, dimensões que foram aludidas, sobretudo no quarto capítulo, para permitir entender como as vivências dos letrados contribuíram ou prejudicaram seus movimentos pelas tantas redes constituídas na global órbita literária.

Foi visto que a compreensão por homem de letras materializou-se de diferentes formas: o dedicado erudito poliglota, o assíduo leitor dos periódicos (que até escrevia cartas aos impressos) e o funcionário representante da realeza, principalmente, na atuação de espanhóis na América. Cada um deles foi acolhido na dinâmica republicana de saber, bastando, para tanto, que compartilhasse o *bel esprit* (belo espírito), como expressa a definição de homem de letras voltairiano, numa descrição que até admitia menos cultura, mas supunha a imaginação brilhante e os encantos da conversação, auxiliados pela leitura corrente (VOVELLE, 1995, p. 154). Não obstante, diante de todas essas informações, ainda há muito por investigar no perfil socioeconômico desses letrados.

# FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 FONTES

#### 1.1 Periódicos e Gazetas

# Biblioteca Virtual Luís Ángel Arango

Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 18 de fevereiro de 1791.

Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 8 de abril de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 1º de julho de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 22 de julho de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 5 de agosto de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 23 de setembro de 1791.

Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 7 de outubro de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 9 de dezembro de 1791. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 30 de março de 1792. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 19 de abril de 1793. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 13 de agosto de 1793. Papel Periódico de la Ciudad de Santafé de Bogotá. Santafé de Bogotá, 12 de agosto de 1796.

## Biblioteca Digital da Universidad Autónoma de Nuevo León

Diario Literario. Cidade do México, 1768. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 15 de janeiro de 1788. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 15 de fevereiro de 1788. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 20 de fevereiro de 1790. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 26 de junho de 1790. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 2 de novembro de 1790. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 5 de novembro de 1790. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México. 30 de novembro de 1790. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 22 de fevereiro de 1791. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 30 de maio de 1791. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 12 de junho de 1791. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 26 de julho de 1791. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 16 de agosto de 1791. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 17 de janeiro de 1792. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 6 de março de 1792. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 26 de junho de 1792. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 8 de janeiro de 1793. Gaceta de Literatura de México. Cidade do México, 9 de agosto de 1794.

## Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes

Mercurio Peruano. Lima, Prospecto, 1790. Mercurio Peruano. Lima, 2 de janeiro de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 6 de março de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 17 de março de 1791. Mercurio Peruano. Lima. 28 de abril de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 1º de maio de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 9 de junho de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 18 de setembro de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 3 de novembro de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 6 de novembro de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 17 de novembro de 1791. Mercurio Peruano. Lima, 1º de janeiro de 1792. Mercurio Peruano. Lima, 2 de setembro de 1792. Mercurio Peruano. Lima, 27 de setembro de 1792. Mercurio Peruano. Lima, 4 de janeiro de 1793. Mercurio Peruano. Lima, 6 de janeiro de 1793. Mercurio Peruano. Lima, 11 de fevereiro de 1793. Mercurio Peruano. Lima, 9 de junho de 1793. Mercurio Peruano. Lima, 2 de janeiro de 1794. Mercurio Peruano. Lima, 1º de maio de 1794.

### ■ Biblioteca Virtual HathiTrust

Primicias de la Cultura de Quito. Quito, 5 de janeiro de 1792. Primicias de la Cultura de Quito. Quito, 2 de fevereiro de 1792. Primicias de la Cultura de Quito. Quito, 16 de fevereiro de 1792. Primicias de la Cultura de Quito. Quito, 15 de março de 1792.

# ■ Biblioteca Digital Cubana

Papel Periódico de la Havana. Havana, 24 de outubro de 1790. Papel Periódico de la Havana. Havana, 8 de janeiro de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 26 de abril de 1804.

### Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da España

Papel Periódico de la Havana. Havana, Plan de Redacción para el Papel Periódico, 1790. Papel Periódico de la Havana. Havana, 15 de janeiro de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 19 de fevereiro de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 12 de abril de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 19 de abril de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 2 de maio de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 20 de maio de 1792.

Papel Periódico de la Havana. Havana, 27 de maio de 1792. Papel Periódico de la Havana. Havana, 5 de julho de 1792.

#### Biblioteca Virtual da Biblioteca Nacional del Peru

Semanario Critico. Lima, Prospecto, 1791. Semanario Critico. Lima, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1791.

### 1.2 Legislação

### Biblioteca Jurídica Digital do BOE (Boletín Oficial del Estado – Espanha)

Carlos IV. *Novísima Recopilación de Leyes de España*. Tomo III. Madri: Gabinete Jurídico del Boletín Oficial del Estado, 1993.

#### 1.3 Cartas

ACHIM, Miruna (org.). *Observaciones útiles para el futuro de México*. Selección de artículos, 1768-1795 de José Antonio Alzate. México: **Conaculta**, 2012.

CACUA, Antonio Prada. *Don Manuel del Socorro Rodríguez*: itinerario documentado de su vida, actuaciones y escritos. Bogotá: **Universidad Central**, 1985.

FREILE, Carlos Granizo. *Cartas y Lecturas de Eugenio Espejo*. Quito: **Nuevo Arte**, 2008. Disponível em: <a href="https://digitalrepository.unm.edu/abya\_yala/519/">https://digitalrepository.unm.edu/abya\_yala/519/</a>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HERNÁNDEZ DE ALBA, Guillermo (org.). *Archivo epistolar del sabio naturalista don José Celestino Mutis*. **Compilación, Prólogo y Notas de Guillermo Hernández de Alba**. 2. ed. Tomos I, II, III e IV: Cartas del sabio Mutis. S.d.p., 1983. Disponível em: <a href="https://bibdigital.rjb.csic.es/records/item/16230-archivo-epistolar-del-sabio-naturalista-don-jose-celestino-mutis-2ordf-ed?offset=7">https://bibdigital.rjb.csic.es/records/item/16230-archivo-epistolar-del-sabio-naturalista-don-jose-celestino-mutis-2ordf-ed?offset=7>.

# 2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUADO, Iago Gil. *La clausura del Mercurio Peruano*. Una perspectiva a contracorrente. **Revista de Indias**, vol. 76, n. 267, p. 481-507, 2016.

ALARCÓN, Roberto Mejía. História del periodismo. Lima: Escuela de Periodismo Jaime Bausate y Mesa, 2001.

ALFARO, Xavier Tavera. *Periodismo dieciochesco*. **História Mexicana**, Cidade do México, vol. 2, n. 1, p. 110-115, jul./set. 1952.

ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, vol. 1, p. 90-110, 1996. AMBRÓSIO, R. Cícero e a História. **Revista de História**, São Paulo, n. 147, 2002.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANGO, Diana Elvira Soto. Papel periódico de Santafé. *Un medio de expresión de las propuestas académicas en el siglo XVIII. CIAN. Revista de historia de las universidades*, n. 2, 1999, p. 163-183.

ARANGO, D. E. S.; URIBE, Jorge Tomás. *Textos ilustrados en la enseñanza y tertúlias literárias de Santafé de Bogotá en el siglo XVIII*. In: **Recepción y difusión de Textos Ilustrados. Intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración**. Madri: Calambur, p. 59-75, 2003.

BARROS, José d'Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, n. 71, p. 155-180, 2017.

BEAUCLAIR, Nicolas. La instrumentalización del Indio en el desarrollo de una identidad peruana patriótica: el caso del Mercurio Peruano (1790-1795). Tinkuy: Boletín de Investigación y Debate, n. 14, p. 35-56, 2010.

BEERMAN, Eric. Sociedad Económica de Amigos del País de Quito y Eugenio Espejo, su secretario. Madri: **Delegación en Corte**; Departamento de Publicaciones; Real Sociedad Bascongada de Amigos del País, 1998.

BLACKBURN, Robin. O emancipacionismo revolucionário e o nascimento do Haiti. In: **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, p. 231-284, 2002.

BRAVO, Guillermo. *Comercio y mercados en la América andina en el último siglo comercial*. In: GARRIDO, Margarita (org). *História da América Andina*. *El sistema colonial tardío*. Vol. 3. Quito: Universidad Simón Bolívar, p. 117-152, 2001.

BURKE, Peter. Erasmus and the Republic of Letters. Europe Review 7, n. 1, p. 5-21, 1999.

\_\_\_\_\_. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. La República de las Letras como sistema de comunicación (1500-2000). **IC Revista** Científica de Información y Comunicación, n. 8, p. 34-49, 2011.

BÜSCHGES, Christian. Eugenio Espejo, la Ilustración y las elites. **Anuário de História de América Latina**, vol. 34, n. 1, p. 259-275, 1997.

CABANILLAS, Rocío Moreno. Cartas en pugna. Resistencias y oposiciones al proyecto de reforma del correo ultramarino en España y América en el siglo XVIII. In: **Débats**. Vencer la distancia. Actores y prácticas del gobierno de los imperios español y portugués. Parte 2: Correos en los Imperios ibéricos: Un acercamiento material, social y comunicativo Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n. 17, 2017.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (organizadores). **Nacionalismo no novo mundo**. A formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CANO, Gilberto Loaiza. La opinión pública y la República de las Letras. La opinión ilustrada en la América española, 1767-1810. Cali, Colômbia: *Prismas*: Revista de História intelectual, n. 21, p. 11-31, 2017.

CARBIA, Rómulo D. *Historia de la leyenda negra hispano-americana*. Madri: Consejo de la Hispanidad, 1944.

CARNOY, Martin. O Estado e o pensamento político norte-americano. In: **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, p. 19-62, 1994.

CARPENTIER, Alejo. **O Reino deste mundo**. Trad. Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Filosofía, Ilustración y Colonialidad. In: **El pensamiento filosófico latino americano del Caribe y "latino" (1300-2000)**: historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI; Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2009.

CHIARAMONTE, José Carlos (comp.). Pensamiento de la Ilustración. Economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.

\_\_\_\_\_. La Ilustración en el Río de la Plata. **Cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato**. Buenos Aires: Puntosur, 1989.

CÍCERO. Da República. São Paulo: Kiron, 1995.

CLÉMENT, Jean-Pierre. *La Ciencia en la prensa periódica hispanoamericana del siglo XVIII. El Argonauta español*, n. 14, 2017. Disponível em: <a href="http://journals.openedition.org/argonauta/2617">http://journals.openedition.org/argonauta/2617</a>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CONTRERAS, C. A. Crecimiento económico en el Perú bajo los Borbones, 1700-1820. In: *Iberoamérica y España antes de las independencias, 1700-1820. Crecimiento, reformas y crisis*. Cidade do México: Instituto Mora; Conacyt; *El Colegio de México*, 2015.

CRUZ SOTO, Rosalba. Las publicaciones periódicas y la formación de una identidad nacional. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, Cidade de México, n. 20, p. 15-39, 2000.

CUESTA, Martín. *Precios y mercados en Buenos Aires en el siglo XVIII.* **América Latina en la Historia Economica**, Cidade do México, n. 28, jul./dez. 2007. Disponível em: <a href="http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S140522532007000200002">http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S140522532007000200002</a>. Acesso em: 2 dez. 2019.

DASTON, Lorraine. The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. Science in Context, n. 4, p. 367-386, 1991.

E. DE PEDRO, Antonio. A la conquista del saber: de la República de las Letras a la República Civil en la Real Expedición Botánica del Nuevo Reino de Granada (1783-1816). In: Recepción y difusión de Textos Ilustrados. Intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración. Madri: Calambur, p. 45-57, 2003.

ELIZONDO, María Isabel Terán. *José Antonio de Alzate y la crítica ilustrada y neoclásica en sus Gacetas de Literatura de México*. *Pensamiento Novohispano*, n. 14, p. 679-695, 2013.

ESCUDERO, Antonio Gutiérrez. *Un precursor de la emancipación americana: Antonio Nariño y Álvarez. Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, n. 13, p. 205-220, 2005.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. "En honor de la patria y de la nación": José Antonio Alzate e a construção da ciência na Nova Espanha. **Dimensões.** Dossiê: América Latina Independente: História, política, cultura e território, vol. 35, p. 1-37, 2015.

FUMAROLI, Marc. La República de las Letras. Barcelona: Acantilado, 2013.

GARCÍA-MARRUZ, F. *La crítica y la polémica en el "Papel Periódico"*. Havana: *Letras Cubanas*, 1990.

GARRARD, Graeme. *Rousseau's Counter*-Enlightenment: *A Republican Critique of the Philosophes*. Nova York: State University of New York Press, 2003.

GARZA, Dalia Valdez. *La Gazeta de Literatura de México* (1788-1795). *Tránsitos entre periódicos novohispanos y de la metrópole*. In: *El Argonauta español*, n. 14, 2017. Disponível em: <a href="http://journals.openedition.org/argonauta/2684">http://journals.openedition.org/argonauta/2684</a>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

GELZ, Andreas. Prensa y tertúlias — Interferencias mediales en la España del siglo XVIII. Olivar: Revista de Literatura y Cultura Españolas, ano 10, n. 13, p. 165-200, 2009.

GONZÁLEZ CRUZ, David. Propaganda y fuentes de información en la prensa periódica de la América Hispana durante las guerras del siglo XVIII. **Revista Obradoiro de Historia Moderna**, Santiago de Compostela, n. 20, p. 355-384, 2011.

GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D. Ocio, lecturas y escritura en la Ilustración Cubana. **Revista de Indias**, vol. LX, n. 219, p. 331-343, 2000.

GOODMAN, Dena. The Republic of Letters. A Cultural History of ther French Enlightenment. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

GRAFTON, Anthony. A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters. Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and the Arts 1, n. 1, mai. 2009.

GUILLÉN, Kevin S. "[P]erseguido, principalmente de los literatos" o la infamia de poseer las tres nobles artes: raza, clase y canon en la Nueva Granada. Siglos XVII y XIX. In: PADILLA, Iván (ed.). Sociedad y cultura en la obra de Manuel del Socorro Rodríguez de la Victoria. Nueva Granada, 1789-1819. Colección Semilleros, n. 2. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

GUTIÉRREZ, Eileen Marticorena. *El Papel Periódico de la Havana en su aniversario* 225. In: *Imaginarios: El Papel Periódico de la Havana. Revista Librínsula*, n. 345, 2015. Disponível em: <a href="http://librinsula.bnjm.cu/secciones/345/expedientes/345\_exped\_1.html">http://librinsula.bnjm.cu/secciones/345/expedientes/345\_exped\_1.html</a>. Acesso em: 4 fev. 2020.

HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. Bibliotecas, imprentas y difusión de noticias en el Perú colonia. Bulletin hispanique, vol. 113, n. 1, p. 409-432, 2011.

HAMPSON, Norman. O Iluminismo. Lisboa: Ulisseia, 1973.

HÉBERT, Sara. *José Antonio de Alzate y Ramírez. Una empresa periodística "sábia" en el Nuevo Mundo*. Dissertação (Mestrado em Estudos Hispânicos). Montreal: Universidade de Montreal, 2011.

HENAO, Pablo Andrés Castro. *Pensamiento americanista en la Nueva Granada: la conciencia histórica en la obra periodística de Manuel del Socorro Rodríguez de la Victoria* (1791-1810). *Lingüística y Literatura*, n. 61, p. 151-171, 2012.

HERNANDÉZ, Alfonso Rubio. *Prácticas y actores del comercio de libros en la Nueva Granada*. *História*, vol. 36, p. 1-26, 2017.

HERNÁNDEZ PÉREZ, José Santos. Medicina y Salud Pública: su difusión a través de la Gaceta de Guatemala (1797-1804). Eä - Journal of Medical Humanities and Social Studies of Science and Technology 2, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. La Gaceta de Guatemala: un espacio para la difusión del conocimiento científico (1797-1804). Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa; Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

HERRERO, Pedro Pérez. El crecimiento económico novohispano durante el siglo XVIII: una revisión. **Revista de Historia Económica**: Journal of Iberian and Latin American Economic History, ano 7, n. 1, p. 69-110, 1989.

HITA, Beatriz Sánchez. La prensa en Cádiz en el siglo XVIII. *El Argonauta español*, n. 4, 2007. Disponível em: <a href="https://journals.openedition.org/argonauta/1232#tocto1n3">https://journals.openedition.org/argonauta/1232#tocto1n3</a>>.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISRAEL, Jonathan. A revolução das luzes: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da democracia moderna. São Paulo: EDIPRO, 2013.

JOHN, Henry. **A Revolução Científica e as origens da Ciência Moderna**. trad. de Maria L. X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

KALMANOVITZ, Salomón. *La economía de la Nueva Granada*. Bogotá: Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: **O que é o Iluminismo?** Trad. de Artur Morão. In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, p. 11-19, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LAFAYE, Jacques. A Literatura e a Vida Intelectual na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**. América Latina Colonial. Vol. 2. São Paulo: Edusp, p. 595-636, 2004.

LAMY, Jérôme. *La République des Lettres et la structuration des savoirs à l'époque moderne. Littératures*, n. 67, p. 91-108, 2013.

LANDÁZURI, Andrés. *Espejo, el ilustrado*. Quito: INPC; *Municipio del Distrito Metropolitano de Quito*, 2011.

LEMPÉRIÈRE, Annick. República y publicidad a finales del Antiguo Régimen (Nueva España). In: \_\_\_\_\_\_; GUERRA, François-Xavier (ed.). Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Cidade do México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos Fondo de Cultura Económica, p. 50-75, 1998.

LILTI, Antoine. The Kingdom of Politesse: Salons and the Republic of Letters in Eighteenth-century Paris. Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and Arts 1, n. 1, p. 1-11, 2009.

LYNCH, John. Los Orígenes de la nacionalidad hispano-americana. In: Las revoluciones hispano-americanas: 1808-1826. Barcelona: Ariel, p. 9-47, 1976.

\_\_\_\_\_. As origens da Independência da América Espanhola. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870. Vol. III*. São Paulo: Alexandre de Gusmão, p. 19-72, 2001.

MACLEOD, Murdo J. Aspectos da Economia Interna da América Espanhola Colonial: mão-de-obra; tributação; distribuição e troca. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. América Latina Colonial. Vol.2. São Paulo: Edusp, p. 219-268, 2004.

MADRID, Raúl. La República de las Letras y el tránsito de la universidad medieval a la moderna. Cauriensia, vol. XII, p. 513-534, 2017.

MARCHENA, F. Juan. Su Majestad quiere saber. Información oficial y reformismo borbónico en la América de la Ilustración. In: **Recepción y difusión de Textos Ilustrados**. Intercambio científico entre Europa y América en la Ilustración. Madri: Calambur, p. 45-83, 2003.

MARTÍNEZ, Nelson Fernando González. De los 'chasquis' de Nueva España: la participación de los indios en la movilización de correo y la reforma del aparato postal novohispano (1764-1780). **Revista Indiana**, vol. 2, n. 34, p. 85-110, 2017.

MIERT, Dirk van. What was the Republic of Letters? A brief introduction to a long history (1417-2008). **Groniek**, n. 204/5, p. 269-287, 2016.

MONGUIÓ, L. Palabras e ideias, patria y nación en el virreinato del Perú. **Revista Iberoamericana**, n. 104-105, p. 451-470, 1978.

MONTIEL, Celia del Palacio. La imprenta y el periodismo en las regiones de México (1539-1820). Comunicación y Sociedade; Guadalajara, n. 2, p. 161-184, 2004.

NAVARRO, María Dolores González-Ripoll. *Ocio, lecturas y escritura en la Ilustración cubana. Revista de Indias*, vol. 60, n. 219, p. 331-344, 2000.

SILVA, Cristina Nogueira. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. **Análise Social**. Lisboa, vol. 44, n. 192, p. 533-563, 2009.

NÚÑEZ, Eloy Martos. De la República de las Letras a internet. De la ciudad letrada a la cibercultura y las tecnologías del S. XXI. Álabe: Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura, n. 1, p. 1-16, 2010.

ORTIZ, Sergio Elias. Francisco Antonio Zea y sus actividades científicas. En la conmemoración del bicentenário de su nascimiento (1766-1966). **Boletín Cultural y Bibliográfico 9**, n. 5, p. 839-848, 1966.

OTERO MUÑOZ, Gustavo. Don Manuel del Socorro Rodríguez: Homenaje en el II centenario de su nacimiento. Bogotá: Imprenta del Banco de la República, 1952.

OUTRAM, Dorinda. *La Ilustración*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2009.

PADILLA, Iván (ed.). Sociedad y cultura en la obra de Manuel del Socorro Rodríguez de la Victoria. Nueva Granada, 1789-1819. Colección Semilleros, n. 2. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

PAGDEN, Anthony. El cosmopolitismo ilustrado. In: La Ilustración y sus enemigos. Dos ensayos sobre los orígenes de la modernidad. Madrid: Península, 2002.

PAQUETTE, Gabriel. *Carlos III: la Ilustración entre España y ultramar*. In: FRACESCO, Antonio de; MIGLIORINI, Luigi Mascilli; NOCERA, Rafaele (coord.). **Entre Mediterráneo y Atlântico: Circulaciones, conexiones y miradas**, 1756-1867. Chile: *Fondo de Cultura Económica*, p. 73-93, 2014.

PERALTA RUIZ, Víctor. *Prensa y redes de comunicación en el Virreinato del Perú, 1790-1821.* **Tiempos de América: Revista de História, Cultura y Território.** Castellón de la Plana, n. 12, p. 113-131, 2005. Disponível em: <a href="https://www.raco.cat/index.php/TiemposAmerica/index">https://www.raco.cat/index.php/TiemposAmerica/index</a>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PÉREZ, Pedro Guibovich. Alcances y límites de un proyecto ilustrado: la Sociedad de Amantes del País y el Mercurio Peruano. **Revista Histórica**, Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, vol. 29, n. 2, p. 45-66, 2005.

PÉREZ DE TUDELA, Rocío Oviedo. *Periodismo hispano-americano de Independencia y sus antecedentes*. *Anales de literatura hispanoamericana*, n. 9, p. 167-186, 1980.

POLO VARGAS, Mario William. *El sentimiento patriótico del diario Mercurio Peruano antes de la independencia del Perú*. Monografia (Graduação em Jornalismo). Lima:

Universidad Jaime Bausate y Mesa, 2016.

POUPENEY-HART, Catherine. Tierra e historia, del Mercurio Peruano a la Gazeta de Guatemala. In: La formación de la cultura virreinal. Vervuert: Iberoamericana, vol. 3, p. 307-318, 2006. \_. El Mercurio Peruano; El aporte de José Rossi y Rubí en el Mercurio Peruano. Invención del Lector Ilustrado. Tinkuy: Boletín de Investigación y Debate, n. 6, p. 25-98, 2007. Disponível em: <a href="https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/252929">https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/252929</a>. Acesso em: 10 jan. 2020. \_\_\_. Prensa e ilustración: José Rossi y Rubí, del Mercurio Peruano a la Gaceta de Guatemala. Revista Istmo, n. 13, 2007. Disponível em: <a href="http://istmo.denison.edu/n13/proyectos/prensa.html">http://istmo.denison.edu/n13/proyectos/prensa.html</a>. Acesso em: 14 dez. 2019. escritura en el Mercurio Peruano. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**, n. 70, p. 165-182, 2009. \_\_\_\_. Prensa periódica y letras coloniales. **Tinkuy: Boletín de Investigación y Debate**, n. 14, p. 1-34, 2010a. \_\_\_. Entre gaceta y "espectador": avatares de la prensa antigua en América Central. Cuadernos de Ilustración y Romanticismo: Revista del Grupo de Estudios del siglo XVIII, n. 16, p. 10-11, 2010b. QUESADA, Carlos Cornejo. Las gacetas y el Semanario Crítico en el Perú Colonial del siglo XVIII. Cultura: Lima, n. 26, 2012. QUIJADA, Mónica. ¿Qué Nación? Dinámicas y Dicotomías de la Nación en el Imaginário Hispanoamericano. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (orgs.), Inventando la Nación: Iberoamérica siglo XIX. México/DF: Fondo de Cultura Económica, p. 287-315, 2003. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), p. 117-142, 2005. QUINZIANO, Franco. Fin de siglo en La Habana: lujo, apariencias y ostentación en el "Papel Periódico de la Havana" (1790-1805). Anais da XVIII Conferência de la Associação *Hispanista Italiana*, vol. 1, p. 421-432, 1999. REBOLLO ESPINOSA, María José. Ecos cubanos de la Ilustración española: el proyectado Instituto de Ciencias Exactas y Naturales de La Habana. Cuestiones pedagógicas, Sevilla, n. 6-7, p. 111-118, 1990.

\_\_\_\_\_. El libro, la imprenta y el periodismo en América durante la dominación española. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras de

REVELLO, José Torres. Lecturas indianas (siglos XVI-XVIII). In: Thesaurus. Boletín del

Instituto Caro y Cuervo, tomo XVII, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 1962.

la Universidad de Buenos Aires, 1974.

ROBLES, A. E.; HERNÁNDEZ, F. La prensa y la divulgación del conocimiento ilustrado en el Virreinato de Nueva España en el siglo XVIII. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, n. 6, p. 318-324, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou Da Educação (Livro Primeiro). São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALDAÑA, Juan José. Ilustración, ciencia y técnica em América. In: La Ilustración en América Colonial. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (COLCIENCIAS); Doce Calles, p. 19-53, 1995.

SÁNCHEZ-BARBA, Mario Hernández. La población hispanoamericana y su distribución social en el siglo XVIII. Revista de estudios políticos, n. 78, p. 111-142, 1954.

SÁNCHEZ MENCHERO, Maurício; MORALES SARABIA, Angélica. Lecturas y prácticas de novohispanos ilustrados. Libros y gacetas científicas en México (siglo XVIII). Actas do Congresso "Ciencia y Cultura entre dos mundos". La Orotva: Fundação Canaria Orotava de História da Ciencia, 2009.

SUTHERLAND, Madeline. *Censura y prensa periódica a finales del siglo XVIII: el caso del "Semanario erudito" (1787-1791)*. **Revista de Literatura**, tomo 75, n. 150, p. 495-514, 2013.

TOMÁS, José Pardo. El libro científico en la República de las Letras. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2010.

TORRES MORENO, James Vladimir. *Precios, oferta monetaria y crecimiento económico en la Nueva Granada de la segunda mitad del siglo XVIII.* **Revista de Economia Institucional**, vol.15, n. 29, p. 195-225, 2013.

VELÁSQUEZ RODRÍGUEZ, Nancy Stephanie. La libertad de expresión en Ecuador: indagación sobre sus orígenes en la obra y en la época de Eugenio Espejo. Monografia (Graduação em Comunicação). Quito: Pontificia Universidad Católica del Ecuador, 2013.

VILLAMARÍN, José Carrascal. Los primeros periódicos y la prensa insurgente en América Latina. Sala de Prensa, vol. 3, n. 87, p. 1-6, 2006.

VOVELLE, Michel. *El hombre de letras*. In: *El hombre de la Ilustración*. Madri: Alianza, p. 151-195, 1995.

WASSERMAN, FABIO. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica (1750-1850). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamericas**, n. 45, p. 197-220, 2008.

XAVIER-GUERRA, François. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**, vol. 1, n. 1, p. 9-30, 1999.

ZAMALLOA ARMEJO, R. La polémica entre el Mercurio Peruano y el Semanario Crítico. **Histórica**, Santiago do Chile, vol. 17, n. 1, p. 109-118, 1993.